

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista de Geografia -- Departamento de Geociências

Ano 2, N.º 2, Jan./ Jun. 2013

Detalhe de imagem do satélite Landsat 5 com a grande mancha urbana da
Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“o Arco Rodoviário Metropolitano, envolvendo uma região com afinidades diversas e particularidades com a cidade do Rio de Janeiro, e constituindo uma rede de municípios que compartilha, dentre outras coisas, uma infraestrutura de transporte e mobilidade, é um exemplo complexo desse processo onde diversos atores se envolvem na reconfiguração do espaço metropolitano”. Júlio César Gomes Filho, *O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Estruturação do Espaço Fluminense*, p. 154-155.

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

– Geomorfologia –

– Climatologia –

– Epistemologia da Geografia –

– Geografia Urbana –

– Geografia do Mundo Contemporâneo –

Ano 2, N.º 2, Jan./ Jun. 2013

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 2, N.º 2, Jan./ Jun. 2013

[http://r1.ufrrj.br/revistaconti/
continentes@ufrrj.br](http://r1.ufrrj.br/revistaconti/continentes@ufrrj.br)

CONTINENTES: Revista de Geografia da UFRRJ

Revista Semestral – Jan. / Jun. 2013, Ano 2, número 2.

ISSN 2317-8825

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Agronomia – Departamento de Geociências

Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Reitor: Professora Ana Maria Dantas Soares

Vice-Reitor: Professor Eduardo Mendes Callado

Diretor do IA: Antonio Carlos de Souza Abboud

Chefe do DEGEO: Sérgio Brandolise Citroni

Coordenadora do Curso de Geografia: Regina Cohen Barros

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ)

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Francisco Carlos de Francisco (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ)

Jader de Oliveira Santos (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)

Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Científico:

Ana Maria Lima Daou (UFRJ)

Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)

Clarice Cassab (UFJF)

Denizart Fortuna (UFF)

Cleber Marques de Castro (UERJ; PUC-RJ)

Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)

Eduardo Vedor de Paula (UFPR)

Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)

Federico Ferretti (Univ. de Genebra)

Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ)

Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)

Hector Mendoza Vargas (UNAM)

Helena Pina (Univ. do Porto)

Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)

Jorge Soares Marques (UERJ)

Juliana Menezes (UFF)

Jurandyr Ross (USP)

Leonardo Arantes (UFF)

Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)

Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)

Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)

Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFF)

Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)

Marisa Silva Amaral (UFU)

Paul Claval (Sorbonne – Paris IV)

Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)

Rodrigo Teixeira (PUC-MG)

William Ribeiro da Silva (UFRJ)

SUMÁRIO

1 EDITORIAL

ARTIGOS

8 *O Relevo Brasileiro nas Macroestruturas Antigas*
Jurandyr Ross

28 *Notas Conceituais e Metodológicas em Clima Urbano e Ilhas de Calor*
Andrews José de Lucena

60 *Território, Geografia e Ciências Sociais:
Notas Histórico-epistemológicas*
Marie-Vic Ozouf-Marignier

70 *História, Tempo e Política na Longa Duração
Considerações Críticas ao Redor de Escritos Sobre a História e
Gramática das Civilizações, de Fernand Braudel*
Guilherme Ribeiro

96 *A Dimensão Espacial das Lutas Sociais:
A Experiência do Movimento dos Sem-teto*
Tatiana Tramontani Ramos

124 *Para Além da Ocupação do Território:
Notas Sobre o Discurso da “Pacificação” e Seus Críticos*
Marcos Barreira

147 *O Arco Rodoviário Metropolitano como
Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense*
Júlio César Gomes Filho

RESENHA

165 *Para Pensar a Geografia do Mundo Contemporâneo:
Diálogos com Eric Hobsbawm*
André Santos da Rocha

SUMMARY

1 **EDITORIAL**

ARTICLES

8 *The Brazilian Relief in Old Macro-Structures*
Jurandyr Ross

28 *Conceptual and Methodological Notes
on Urban Climate and Urban Heat Islands*
Andrews José de Lucena

60 *Territory, Geography and Social Sciences:
History and Epistemological Notes*
Marie-Vic Ozouf-Marignier

70 *History, Time and Politics in the Longue Durée:
Fernand Braudel's Critical Considerations around Écrits Sur
L'histoire and Grammaires des Civilisations*
Guilherme Ribeiro

96 *The Spatial Dimension of Social Struggles:
The "Homeless" Movement Experience's*
Tatiana Tramontani Ramos

124 *Beyond Occupation of Territory:
Notes on Pacification Speech and his Critics*
Marcos Barreira

147 *The Road Metropolitan Arc: an Element of
Restructuring the Urban Space in Rio de Janeiro*
Júlio César Gomes Filho

REVIEWS

165 *To think the Geography of the Contemporary World:
Dialogs with Eric Hobsbawm*
André Santos da Rocha

SOMMAIRE

1 **EDITORIAL**

ARTICLES

8 *Le relief brésilien dans les macrostructures anciennes*
Jurandy Ross

28 *Climat urbain et îlots de chaleur:
notes conceptuelles et méthodologiques*
Andrews José de Lucena

60 *Le territoire, la géographie et les sciences sociales:
Aperçus historiques et épistémologiques*
Marie-Vic Ozouf-Marignier

70 *L'histoire, le temps et la politique dans la longue durée:
Considerations critiques autour
d'Écrits sur l'histoire et Grammaire des civilisations*
Guilherme Ribeiro

96 *La dimension spatiale des luttes sociales:
L'expérience du mouvement des sans-toit*
Tatiana Tramontani Ramos

124 *Au-delà de l'occupation du territoire: notes sur le discours de
l'apaisement et ses critiques*
Marcos Barreira

147 *L'arc routier métropolitain:
l'élément de restructuration de l'espace à Rio de Janeiro*
Júlio César Gomes Filho

COMPTES-RENDUES

165 *Pour penser la Géographie du Monde Contemporain:
dialogues avec Eric Hobsbawm*
André Santos da Rocha

*“Para melhor entender o relevo brasileiro, é preciso conhecer também o continente sul-americano e seu dinamismo”, afirma Jurandyr Ross no artigo que abre esta edição de Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A “história dos espaços é a história dos poderes”, e para entender os mecanismos do poder é preciso “ir além do espaço como continente, fixação, buscá-lo como forma econômico-política”, explica em seu trabalho Tatiana Tramontani Ramos, a partir dos ensinamentos de Michel Foucault (*Microfísica do poder*, 1979) – algo lembrado inclusive no Editorial Inaugural do número inicial de Continentes. Em ambas as frases presentes neste segundo número que agora apresentamos a noção de “continente” é evocada – guardando as devidas peculiaridades analíticas – para a compreensão profícua do tempo-espaço contemporâneo. Seja na Geografia Física, onde o estudo do continente sul-americano permite uma melhor compreensão da geomorfologia brasileira; seja na Geografia Humana, cujo intento é extravasar qualquer aprisionamento do conceito de espaço geográfico, torna-se oportuno registrar que a revista cumpre seu papel: a reflexão sobre os fenômenos espaciais em sua diversidade, envolvendo questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais.*

Assim, o artigo inicial do segundo número de Continentes se chama *“O Relevo Brasileiro nas Macroestruturas Antigas”*, de autoria do Prof. Jurandyr Luciano Sanches Ross, da Universidade de São Paulo [USP]. O trabalho trata de uma meticulosa apreciação geomorfológica do território brasileiro, com o escopo de ir além da mera combinação analítica entre superfícies de aplanamento, a morfologia e topografia e as idades das formas de relevo. O autor assevera que a constituição dos níveis morfológicos ou topográficos brasileiros, em escala local ou regional, possui marcante

diversidade temporal, combinando superfícies antigas de erosão (meso-cenozóica) com mais recentes (terciário-quadernário), através das implicações, por exemplo, de diferentes efeitos climáticos e paleoclimáticos nos processos esculturação. Referência fundamental nos estudos do relevo brasileiro, Jurandy Ross realça a importância de se estudar as formações geomorfológicas do país inseridas na apreciação conjuntural do *continente* sul-americano.

A seguir, o trabalho intitulado “*Notas Conceituais e Metodológicas em Clima Urbano e Ilhas de Calor*”, do Prof. Dr. Andrews José de Lucena, do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ], aborda esta anomalia climática – *a ilha de calor urbana* –, do atual modelo de cidade, cuja urbanização preconizou focos de aumento da temperatura pela perigosa combinação de pavimentação e impermeabilização da superfície, poluição atmosférica, densificação predial, utilização de materiais não propícios à liberação de calor e diminuição das áreas verdes urbanas. Com o objetivo de fazer uma revisão bibliográfica sobre a temática, Andrews Lucena efetua neste artigo um exercício de definição, caracterização, tipologia, monitoramento e mitigação das ilhas de calor, pois ainda sugere ações planejadas para diminuir seus impactos, como o aumento de áreas de vegetação na cidade e o controle do crescimento dos edifícios.

Em tempos de vulgarização do uso do conceito de território e seus congêneres – *territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização* e muitos outros – o artigo “*Território, Geografia e Ciências Sociais: Notas Histórico-epistemológicas*”, de autoria de Marie-Vic Ozouf-Marigier, Professora da *École des Hautes Études em Sciences Sociales* [EHESS / Paris, França], é de fundamental importância para uma análise histórico-epistêmica desta palavra-chave da ciência geográfica (e das ciências sociais!), marcada pela pluralidade analítica. Para além do uso do termo *de facto*, a autora perfaz um esforço teórico de ilustrar o quanto as ideias de fronteira, organização dos Estados Nacionais e o próprio planejamento espacial estão vinculadas a uma reflexão com base no conceito de território. E se historicamente o território está visceralmente conectado à conjugação entre espaço e

poder, atualmente o seu posicionamento interpretativo na articulação entre espaço, tempo e política torna possível empreender uma leitura do território a partir de seu caráter *processual*, ultrapassando as fetichizações e naturalizações do termo.

A seguir, Guilherme Ribeiro, professor adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ] e coordenador do Laboratório de Política, Epistemologia e História da Geografia [LAPEHGE / UFRRJ], apresenta o artigo *“História, Tempo e Política na Longa Duração: Considerações Críticas ao Redor de Escritos Sobre a História e Gramática das Civilizações, de Fernand Braudel”*, dando prosseguimento às suas análises sobre este fundamental historiador francês do século XX, em particular sobre o conceito (e método de análise) da *“longa duração”* da história. Baseado na análise de dois trabalhos específicos do autor (*Escritos sobre a história*, 1969, e *Gramática das Civilizações*, 1963), cuja conjugação interpretativa permite um exame teórico-metodológico e temático (economia, sociedade, geopolítica, religião, ciência, mentalidade, civilização), respectivamente, do pensamento de Braudel, Guilherme Ribeiro se debruça sobre a compreensão do *tempo histórico braudeliiano*, que privilegia o *“durável”* em detrimento do *“efêmero”*, e implica na noção de que *“a história faz os homens mais do que os homens fazem a história”*. Uma história lenta e durável, um verdadeiro contraponto às noções contemporâneas de *“tempos rápidos”* e *“compressão espaço-tempo”*.

O próximo artigo, intitulado *“A Dimensão Espacial das Lutas Sociais: A Experiência do Movimento dos Sem-teto”*, é de autoria de Tatiana Tramontani Ramos, Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense [UFF], Campos dos Goytacazes. Segundo a autora, à revelia de uma herança a-espacial de análise, os movimentos sociais possuem *“identidades espaciais”*, que envolvem a organização, localização, a ação, a manifestação na paisagem, as escalas de atuação e até mesmo a cartografia de suas atuações. Para pensar a espacialidade dos movimentos sociais, a Tatiana Ramos está atenta à *“guinada espacial”* do marxismo contemporâneo, bem como às contribuições de importantes autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault e aos estudos do geógrafo brasileiro Marcelo

Lopes de Souza. Nesta senda, movimentos como o dos sem-teto buscam enfrentar as adversidades espaciais do modelo hegemônico. A partir da nutriz de pensamento lefebvriano, a autora lembra que a *produção do espaço* é um amplo processo que extravasa o ciclo da mercadoria e a engenharia de produtos e serviços, pois engloba a multiplicidade de significações políticas, econômicas, culturas e discursivas que vão regular a vida social, e desta maneira, o estudo dos ativismos sociais urbanos não pode negligenciar esta compreensão da produção do espaço capitalista.

“Para Além da Ocupação do Território: Notas Sobre o Discurso da “Pacificação” e Seus Críticos”, artigo assinado por Marcos Rodrigues Alves Barreira, geógrafo, mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ], trata do horizonte ideológico da pacificação da cidade do Rio de Janeiro. Ainda presente na memória de todos, a ocupação do Complexo do Alemão, em novembro de 2010, pela ação conjugada do Exército Brasileiro e de diferentes batalhões da Polícia Militar fluminense, é um bom exemplo do que propõe o autor: com transmissão em tempo real por diferentes mídias, com doses impactantes de sensacionalismo e discurso reacionário, esta ocupação expôs as chagas de um processo de policialização, criminalização e isolamento das áreas carentes da cidade. Marcos Barreira alimenta o debate, mostrando que estas ocupações atuais das favelas não foram precedidas por nenhuma reforma das instituições policiais, e as UPPs se consolidaram enquanto dispositivos de controle por “biopoder”. O autor ainda aponta que o cerceamento das áreas pobres serviu para uma explosão profícua do potencial imobiliário da capital fluminense com a recriação da imagem da cidade, em particular por causa dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). A tomada destes territórios reconstrói a propaganda de “Cidade Maravilhosa” à custa de profunda segregação, remoção das camadas mais pobres e incursões policiais violentas nos morros, combinadas com a implantação de “teleféricos” e “projetos sociais de lastro diminuto” como compensações burlescas para a comunidade local.

O trabalho que fecha a seção de Artigos da Revista Continentes chama-se *“O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense”*, e

é de autoria Júlio César Gomes Filho, aluno da graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estácio de Sá. O Arco Rodoviário Metropolitano, objeto de reflexão do artigo em tela, é um projeto viário em fase de implantação – amalgamando trechos de rodovias existentes (BR-493 e BR-101) com novos segmentos rodoviários de integração – que circundará a Baía de Guanabara e conectará os extremos da Região Metropolitana Fluminense, ligando Niterói ao Porto de Itaguaí, sem necessidade de recorrer à Ponte Rio-Niterói e Avenida Brasil ou mesmo cruzar a cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma estratégia estatal de incremento ao processo de reestruturação produtiva fluminense, integrando diferentes áreas industriais do Leste metropolitano, em particular as instalações do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí), e Baixada Fluminense ao Porto de Itaguaí, principal ponto de escoamento marítimo da produção fabril da Região Metropolitana e toda a parte oeste do estado do Rio de Janeiro. Mas esta integração, alerta o autor, não pode abdicar de qualificar a mão-de-obra local e oferecer contrapartidas sociais à população do entorno.

Na seção Resenhas, André Santos da Rocha, professor assistente do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ] e coordenador do Laboratório de Geografia Políticas e Práticas Educativas [LAGEPPE-UFRRJ], realiza uma leitura crítica da obra *“Globalização, Democracia e Terrorismo”*, de Eric Hobsbawm (São Paulo: Companhia das Letras, 2007). Sob o título *“Para Pensar a Geografia do Mundo Contemporâneo: Diálogos com Eric Hobsbawm”*, André Rocha indaga: *“De que maneira podemos fazer uma leitura geográfica do mundo contemporâneo neste início de século?”* Segundo a resenha, Hobsbawm oferece importantes subsídios, como os processos ininterruptos de crise e auge econômico do Século XX, as relações militar-beligerantes dos Estados Unidos, o avanço técnico imprimindo novas velocidades nas relações de conhecimento e poder e a consolidação dos processos intercambiados de globalização, urbanização e industrialização do mundo. Resenhando Hobsbawm e dialogando com Giorgio Agamben (*Estado de Exceção*, 2004), para André Rocha parece não haver dúvidas que o Século XXI nasce sob o estigma da violência, sob uma

ideologia ocidental-burguesa de democracia a escamotear o aumento do controle dos corpos, das disputas por hegemonia e das perspectivas de guerra.

Esta resenha não deixa de ser uma singela homenagem a este importantíssimo historiador inglês marxista recentemente falecido, intérprete dos últimos séculos, e que na sua trajetória certamente fez do conhecimento da história dos continentes uma aula geografia. Assim, *Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* reafirma seu papel de oferecer um espaço de reflexão da ciência geográfica, e, entre aspectos físicos e sociais, tempos rápidos, de longa duração ou mesmo *geológicos*, entre planejamento territorial e espaços de resistência, buscar consolidar-se progressivamente com um importante canal de interpretação da realidade em sua multiplicidade.

[por Leandro Dias de Oliveira]

ARTIGOS

O RELEVO BRASILEIRO NAS MACROESTRUTURAS ANTIGAS

Jurandyr Luciano Sanches Ross*

Resumo: as formas do relevo no território brasileiro não podem ser entendidas sem a compreensão do que ocorre com o relevo do continente sul-americano. Os processos estruturais e esculturais que se desenvolvem no relevo brasileiro estão diretamente relacionados com a abertura do Atlântico e com a formação da Cadeia Orogenética dos Andes. A epirogênese meso-cenozóica foi o fator que desencadeou os processos denudacionais que estabelecem a marca definitiva na compartimentação do relevo brasileiro. As grandes formas associam-se às macroestruturas dos Crátons, Cinturões Orogenéticos e Bacias Sedimentares. Essas macromorfologias são produzidas pelas diversas fases erosivas pré e pós-cretácea e a tectônica antiga e Cenozóica. Posições altimétricas elevadas coincidentes com litologias de massas ígneas e de rochas de alto metamorfismo e relevos mais rebaixados esculpidos sobre rochas de baixo metamorfismo sugerem importantes efeitos do desgaste erosivo químico atuando na gênese das formas do relevo brasileiro.

Palavras-chave: relevo; processos; macromorfologias.

THE BRAZILIAN RELIEF IN OLD MACRO-STRUCTURES

Abstract: the understanding about forms of relief in brazilian territory cannot to occur without if know the events that happen in South-American relief's. The structural and sculptural process that develop on brazilian relief are related with the opening of Atlantic ocean and with the formation of Andes chain orogenetic's. The factor that trigger the denudational process's that establish the definitive brand in vaulting Brazilian relief is the meso- Cenozoic Epirogeny . The big forms are associates with the macro-structures of crotons, orogenic belt's and sedimentary basins. This macro-morphology are produced by different erosive phases of pre and post-cretaceous and the tectonic former and Cenozoic. Altimetry of high position, coincident with lithologies of igneous masses and high metamorphism rocks, and lower relief carved on low metamorphism rocks, suggest importants wear effects by chemical erosive in action on genesis of forms of brazilian relief.

Keywords: relief; process; macro-morphology.

* Geografia – FFLCH – USP. E-mail: juraross@usp.br.

LE RELIEF BRÉSILIEN DANS LES MACROSTRUCTURES ANCIENNES

Résumé: les formes du relief brésilien ne peuvent pas être comprises sans la clarté de ce qui arrive dans le relief du continent sud-américain. Les processus structuraux et sculpturaux développés dans le relief brésilien sont-ils directement liés à l'ouverture de l'Océan Atlantique et à la formation de la Chaîne Orogénétique des Andes. L'épirogenèse meso-cénozoïque a été le facteur responsable pour les processus de dénudations qui ont établi la marque définitive dans la compartimentation du relief brésilien. Les formes majeures sont associées aux macrostructures des Crâtons, des Ceintures Orogénétiques et des Bassins Sédimentaires. Ces macromorphologies sont produites par les différentes phases érosives pré et post-crétacée, ainsi que par la tectonique ancienne et cénozoïque. Des hauts niveaux altimétriques coincidentes avec des lithologies de masses ignées et de roches de haut métamorphisme, ainsi qu'avec des reliefs plus rabaissés sculptés sur les roches de faible métamorphisme suggèrent des effets importants de l'érosion chimique sur la génèse des formes du relief brésilien.

Mots-clés: relief; macrostructures; érosion; Brésil; Amérique du Sud.

Introdução: macroestruturas e formas do Relevo Brasileiro

Para melhor entender o relevo brasileiro, é preciso conhecer também o continente sul-americano, e seu dinamismo. De modo simples, pode-se descrever o relevo do continente sul-americano como tendo em toda a sua borda oeste a cadeia orogênica dos Andes, cuja formação iniciou-se no Mesozóico e estendeu-se ao Cenozóico. A parte central e o leste do continente são marcados por estruturas e formações litológicas antigas que remontam ao Pré-cambriano.

Ao contrário da cordilheira dos Andes, que é relativamente estreita, alongada na direção norte-sul e muito alta, ultrapassando em várias áreas os 4.000 m de altitude, os terrenos do centro e do leste são mais baixos, prevalecendo altitudes inferiores a 1.000 m. Nessa parte, os terrenos são mais desgastados por várias fases erosivas, que geraram simultaneamente as grandes bacias sedimentares. Entre os terrenos antigos do centro e do leste, representados pelos planaltos do Brasil e das Guianas, ao norte, encontra-se um corredor de terrenos baixos constituído por sedimentação recente que

se estende da Venezuela e da Colômbia, ao norte, até a Argentina, ao sul, passando por Bolívia, Paraguai e extremidade oeste do Brasil.

O território brasileiro é formado por estruturas geológicas antigas. Com exceção de algumas bacias de sedimentação recente, como a do Pantanal mato-grossense, parte ocidental da bacia amazônica e trechos do litoral nordeste e sul, que são do Terciário e do Quaternário (Cenozóico), o restante das áreas tem idades geológicas que vão do Paleozóico ao Mesozóico, para as grandes bacias sedimentares, e ao Pré-cambriano (Arqueozóico-Proterozóico), para os terrenos cristalinos.

No território brasileiro, as estruturas e as formações litológicas são antigas, mas as formas do relevo são recentes. Estas foram produzidas pelos desgastes erosivos que sempre ocorrem e continuam ocorrendo, e com isso estão permanentemente sendo reafeiçoadas. Desse modo, as formas grandes e pequenas do relevo brasileiro têm como mecanismo genético, de um lado, as formações litológicas e os arranjos estruturais antigos, de outro, os processos mais recentes associados à movimentação das placas tectônicas e ao desgaste erosivo de climas anteriores e atuais. Grande parte das rochas e estruturas que sustentam as formas do relevo brasileiro são anteriores à atual configuração do continente sul-americano, que passou a ter o seu formato depois da orogênese andina e da abertura do oceano Atlântico, a partir do Mesozóico. Pode-se dizer de forma simplificada que são três as grandes estruturas que definem os macrocompartimentos de relevo encontrados no Brasil: em plataformas ou crátons, cinturões orogênicos e grandes bacias sedimentares.

As plataformas ou crátons correspondem aos terrenos mais antigos e arrasados por muitas fases de erosão. Constituem-se numa grande complexidade litológica, prevalecendo as rochas metamórficas muito antigas (Pré-cambriano Médio a Inferior, com 2 a 4,5 bilhões de anos). Também ocorrem rochas intrusivas antigas (Pré-cambriano Médio a Superior, com 1 a 2 bilhões de anos) e resíduos de rochas sedimentares datadas do Pré-cambriano Superior, que em alguma fase da história da Terra encobriam partes das plataformas. São três as áreas de plataformas ou crátons: a plataforma Amazônica, a do São Francisco e a Uruguaio-sulriograndense.

Os cinturões orogênicos existentes no território brasileiro são muito antigos, ou seja, de diversas idades ao longo do Pré-cambriano. Esses cinturões são o do Atlântico, o de Brasília e o Paraguai-Araguaia. Essas três antigas cadeias montanhosas encontram-se atualmente muito desgastadas pelas várias fases erosivas ocorridas, mas ainda guardam aspecto serrano em grandes extensões. Essas faixas de dobramentos foram no passado bacias sedimentares que por várias vezes foram dobradas por pressões da crosta. Os sedimentos, ao serem dobrados, também sofreram metamorfização, intrusões e efusões vulcânicas. Algumas dessas áreas orogênicas, como é o caso do cinturão do Atlântico, passaram por até três fases de dobramentos, acompanhados de metamorfismo e intrusões alternados por longas fases erosivas.

O terceiro tipo de estrutura que ocorre no território brasileiro é o das grandes bacias sedimentares: Amazônica, do Parnaíba ou Maranhão, do Paraná e do Parecis. Essas bacias formaram-se ao longo do Fanerozóico, ou seja, nos últimos 550 milhões de anos. Os sedimentos são do Paleozóico, do Mesozóico e do Cenozóico. Quando essas bacias se organizavam, os terrenos do continente sul-americano encontravam-se em posições altimétricas bem mais baixas. Os depósitos marinhos e continentais formaram as rochas sedimentares das três grandes bacias. Assim, nelas são encontrados, sobretudo, arenitos de diferentes idades e granulações, às vezes intercalados por siltitos, argilitos, conglomerados e calcários. Especificamente, na bacia do Paraná ocorreu, no Jurássico, extensivo derrame de lavas vulcânicas, que se acomodaram sobre as camadas sedimentares em planos horizontais e estratificados.

Os depósitos do Cenozóico – período Terciário – são encontrados mais extensivamente na parte ocidental da bacia amazônica e no litoral. Já os sedimentos Cenozóicos – período Quaternário – são mais extensivos no Pantanal do Mato Grosso, no litoral do Rio Grande do Sul, na ilha do Bananal no rio Araguaia e nas planícies que margeiam o rio Amazonas e os baixos cursos de seus afluentes.

No Mesozóico (período Cretáceo) ocorreu a última fase de deposição extensiva nas bacias sedimentares do Brasil, com exceção da amazônica, que recebeu sedimentos ao longo do Terciário. No Cenozóico (Terciário) o continente sul-americano sofreu em seu conjunto soerguimentos orogenéticos na borda ocidental (cordilheira dos Andes) e

epirogenético em todo o restante. Esse soerguimento atingiu o território brasileiro de modo desigual, sendo que algumas áreas foram mais levantadas e outras bem menos. Esse processo, associado à tectônica de placas, soergueu tanto as áreas dos crátons como os antigos cinturões orogênicos e as bacias sedimentares. Foi através da epirogênese Cenozóica que as bacias sedimentares ficaram em níveis altimétricos elevados. A partir desse processo tectônico desencadeou-se um prolongado e generalizado desgaste erosivo que atuou sobre as bacias sedimentares, originando em suas bordas as depressões periféricas. Desse modo, parte dos terrenos sedimentares ficou em posição mais elevada do que os terrenos cristalinos das áreas serranas dos cinturões orogênicos.

Os processos erosivos que ocorreram tanto na fase de epirogênese, no Terciário e Quaternário, foram de diferentes características. Ao longo de mais de 70 milhões de anos o desgaste erosivo processou-se em ambientes climáticos oscilando entre quentes e úmidos, e áridos ou semi-áridos.

Processos esculturais: as superfícies de erosão

A respeito dos processos erosivos, alguns pesquisadores deram significativas contribuições, entre eles estão De Martonne, Ab'Saber, Almeida, King, Bigarella, Silveira entre outros.

O trabalho de DE MARTONNE (1943), denominado “Problemas morfológicos do Brasil tropical úmido”, apesar de ter considerado os efeitos de tectônica que afetou o Leste-Sudeste do Brasil, deu grande peso para os níveis morfológicos que identificou como produtos de diversas fases de erosão a que denominou de Superfícies Pré-Permiana; do Campos; das Cristas Médias; e Neogênica.

A superfície Pré-Permiana, considerada por ele como superfície de erosão fossilizada, corresponde a um plano inclinado que mergulha sob os sedimentos carboníferos e permianos da Bacia do Paraná, na altura dos 550-600 m, e projeta-se para cima, tangenciando os topos das cristas apalacheanas dos terrenos cristalinos, atingindo aproximadamente 1.600 m.

A Superfície dos Campos foi basicamente estabelecida nos topos retelinizados da Serra da Mantiqueira, balizada em torno dos 1.400-1.500 m, referenciando-se à vegetação de campos naturais de Campos do Jordão, e de Ribeirão Fundo, associada possivelmente ao Cretáceo. Esta superfície, que fora identificada com a ocorrência da vegetação de campos e com o nivelamento dos topos dos morros em um trecho da Serra da Mantiqueira, desconsiderou outros níveis morfológicos como, por exemplo, o bloco estrutural da Serra da Bocaina, com topos nivelados acima da cota de 1.700 m, onde se passa, também, a observar a presença da vegetação de campos, conhecidos como Campos da Bocaina. A mesma observação se aplica aos Campos do Maciço de Itatiaia, cuja ocorrência da vegetação de campos encontra-se acima de 2.000 m, localizados em um raio não superior a 200 Km de Campos do Jordão. A ocorrência dos campos certamente está associada a problemas climáticos e pedológicos e não obrigatoriamente a superfícies de erosão antiga, muito embora possa ocorrer alguma coincidência.

As Superfícies das Cristas Médias, cujos topos dos morros e serras estabelecem uma superfície plana imaginária, encontra-se entre 1.000-1.100 m e foi datada, por De Martonne, como Paleogênica, ou seja, do Terciário Inferior. Este nível de erosão tangencia os topos das serras como Jaraguá, Japi, Cantareira, entre outras, cujas partes mais elevadas encontram-se nas altimetrias acima citadas. Projetando-se para o Centro-Oeste de São Paulo esta superfície tangencia o topo do front da Cuesta de Botucatu - São Carlos onde as altitudes oscilam em torno dos 900-1000 m. Tal projeção sugere, portanto, que a superfície das Cristas Médias também truncou por erosão os trechos atualmente planos e mais altos da Bacia do Paraná, cujos testemunhos são encontrados nos limites do Planalto Ocidental Paulista com a faixa escarpada das frentes de cuevas que também delimitam a Depressão Periférica Paulista, a oeste. Esta superfície, na área dos terrenos cristalinos do leste paulista, coincide com os blocos rochosos associados a intrusões de corpos graníticos (serras da Cantareira, do Itapeti, de São Roque, de São Francisco, do Itaquí e parte sul do Japi) ou com blocos estruturais metamórficos rígidos de quartzitos (Jaraguá e parte do Japi) que oferecem

maior resistência aos processos de meteorização e, conseqüentemente ao desgaste, tanto por ação química quanto física.

A superfície Neogênica, de De Martonne, é considerada como sendo os terrenos que nivelam-se entre 800-900 m, compreende trechos do vale do Paraíba, do alto Tietê, projetando-se ligeiramente inclinado para oeste, correspondendo ao nível dos topos das colinas da Depressão Periférica. Esta superfície datada, portanto, entre o Terciário Superior e o Quaternário Inferior (Plioceno-Pleistoceno), coincide com o que denominou-se de Superfície de São Paulo por ALMEIDA (1964), que envolve tanto os terrenos cristalinos quanto os sedimentares da Bacia de São Paulo, cujos setores mais altos (800-830 m) nivelaram-se com trechos do cristalino ligeiramente aplanado dos arredores da cidade de São Paulo.

“À luz dos conhecimentos mais recentes, não se pode mais interpretar os diferentes níveis topográficos-morfológicos da faixa atlântica como sendo diretamente associados às superfícies de erosão”

À luz dos conhecimentos mais recentes, não se pode mais interpretar os diferentes níveis topográficos-morfológicos da faixa atlântica como sendo diretamente associados às superfícies de erosão. Os níveis altimétricos diferenciados podem estar associados a diversas gêneses, como os efeitos tectogenéticos Cenozóicos ocorridos no Leste-Sudeste que soergueram com basculamento de blocos e acabaram por se posicionar em diferentes níveis altimétricos; pelo efeito estrutural das intrusões graníticas e sieníticas que, sob os processos de erosão química (rebaixamento geoquímico), apresentam velocidades diferenciadas de desgaste; pelo efeito estrutural de litologias da família das metamórficas que, em face do arranjo estrutural dos minerais ou da presença maior de um mineral sobre os outros, como ocorre nos casos dos quartzitos, oferecem maior resistência ao desgaste; ou ainda pelo efeito combinado da tectônica-erosão-deposição, que estabelece níveis morfológicos associados a fecho de sedimentação, como ocorre com os vários níveis das colinas das bacias de Taubaté e de São Paulo.

A contribuição de Lester KING (1956) com o trabalho “Geomorfologia do Brasil Oriental”, após um inventário exaustivo de campo associado à análise da

documentação cartográfica e a produtos geológicos, formulou uma interpretação da evolução do relevo brasileiro, associando-o ao do continente africano. A contribuição de King tem mérito principalmente pelo fato de introduzir no país uma nova linha de interpretação – a dos policiclos de erosão – e de utilizar na interpretação da gênese das formas de relevo do Brasil o conceito de Pedimentos e Pediplanação, bem como o de introduzir na análise o efeito das fases de soerguimentos generalizados do bloco continental, alternados com fases de erosão pela regressão de escarpas e pedimentação. É o entendimento de que o bloco subcontinental sofre soerguimento por compensação isostática que não é mais possível de aceitação, bem como a obrigatoriedade da alternância soerguimento-erosão. Os basculamentos de blocos e os arqueamentos estão associados a outros fatores que não a isostasia, bem como as fases erosivas que não têm começo e nem fim são processos permanentes que podem ter momentos de maior ou menor atuação em função das mudanças climáticas, de um lado, e dos efeitos da tectônica, de outro.

A chave de interpretação do relevo brasileiro elaborada por KING (1956) parte de uma constatação por ele feita afirmando que “Elemento fundamental do cenário brasileiro é a vasta planície produzida por denudação entre o Cretáceo Inferior e o Terciário Médio, que após soerguida e passou a ser dissecada pela erosão policíclica”. Essa vasta planície foi denominada de “Superfície Sul-Americana” ou de “Peneplanação Sul-Americana”, transformando-se, para King, na chave de entendimento da evolução morfogenética cenozóica do Brasil.

Os testemunhos dos ciclos anteriores como o Gondwana (Cretáceo Inferior ao Jurássico) e o Pós-Gondwana (Cretáceo Superior) encontram-se fossilizados pelos depósitos do Cretáceo, os ciclos Velhas (Terciário Superior) e Paraguaçu (Pleistoceno) dissecam a Superfície Sul-Americana e com isso os seus testemunhos estão embutidos nesta última, que foi mais ampla.

A projeção automática para qualquer parte do Brasil, dos níveis ou ciclos de erosão de Lester King, é extremamente complicada. Como todo trabalho foi desenvolvido na região serrana e planáltica do Leste-Sudeste, sobretudo nos terrenos da Serra do Espinhaço e entorno, tornam-se impraticáveis as extrapolações generalizantes. Cabe

ressaltar, como exemplo, o fato de que King não percebeu a importância dos corredores de depressões circundantes às bacias sedimentares, depressões estas esculpidas a partir das faixas de contato entre os sedimentos e o cristalino, já identificadas e apresentadas por AB'SÁBER E ALMEIDA (1949), principalmente para o caso da Bacia do Paraná.

A contribuição de BIGARELLA, MOUSINHO E SILVA (1965) a respeito das superfícies de erosão chegou através de uma tentativa de modelização para interpretação da evolução do relevo brasileiro. Os autores, a partir de estudos efetuados no Sul e Sudeste do Brasil, sobretudo na região da Serra do Mar, através de trabalho publicado com a denominação de "Pediplano, Pedimentos e seus Depósitos Correlativos no Brasil", propõem três grandes fases erosivas ocorridas por Pediplanação. Tal interpretação apoiou-se na influência de King e Penck e passa pela concepção de que as vertentes evoluem por recuo paralelo em ambientes áridos e semi-áridos e ao recuarem geram superfícies aplanadas e arrasadas por erosão. Tais superfícies se definem através dos Pedimentos e a coalescência destes define os Pediplanos. A atividade exercida de um lado implica na deposição dos sedimentos de outro, os chamados depósitos correlativos. Deste modo, fica implícito que a cada fase erosiva deve existir uma correspondência de sedimentação. Os autores identificam três superfícies de Pediplanação a que denominaram de Pd1, Pd2 e Pd3, a que devem corresponder três significativos depósitos correlativos, P1, P2 e P3. Com a preocupação de estabelecer a relação entre gênese e idade, propõem para o Pd3, idade no Cretáceo-Eoceno, coincidindo com a sedimentação do Cretáceo por todo o Brasil.

Essa superfície chamada de Pd3 deveria corresponder à Superfície de Cimeira, também chamada, por De Martonne, de Superfície dos Campos e das Cristas Médias. Estas superfícies mostram-se, segundo os autores, deformadas por efeito da tectônica e da dissecação Cenozóica.

A superfície Pd2 teria se processado a partir do Terciário Médio, correspondendo às superfícies interplanálticas periféricas com ciclicidade de fases secas e úmidas. Esta fase grosseiramente corresponde ao ciclo Velhas de King, quanto à idade. A abertura

das depressões periféricas que definem corredores depressionários nos contatos do cristalino com os sedimentos da bacia do Paraná, Parnaíba e Amazonas, Ab'Sáber denominou de superfície Neogênica.

A superfície Pd1 corresponde às áreas em processo de esculturação definidos morfologicamente através de alvéolos embutidos na superfície Neogênica do Sul e Sudeste, bem como os tabuleiros litorâneos do Nordeste, que corresponderia ao ciclo Paraguaçu de Lester King.

A aplicação automática da proposta dos autores supracitados encontra dificuldades extremamente grandes. Ao conseguir-se identificar uma determinada superfície que se enquadra no Pd1, Pd2 ou Pd3 é muito complicado encontrar-se o depósito correlativo correspondente.

Nas tentativas de pesquisas em que se procurou aplicar tal linha teórica, os resultados sempre foram decorrentes de análise conjectural. A dificuldade de encontrar-se fósseis e qualquer outro tipo de materiais datáveis coloca os resultados da interpretação no condicional. Quando a área estudada encontra-se nos terrenos muito dissecados do cristalino do Leste-Sudeste, as dificuldades ainda se tornam maiores, em face da elevada dissecação do relevo, o elevado estágio de meteorização das rochas e o mascaramento dos perfis dos depósitos pela intensa pedogênese típica dos ambientes quentes e úmidos.

Contribuições importantes para o entendimento da evolução do relevo brasileiro foram dadas por AB'SÁBER (1949, 1960 e 1972) no âmbito das superfícies de erosão. A identificação, por Ab'Sáber, de regiões no Brasil com marcas de circundenudações cenozóicas foi a primeira etapa para, posteriormente (1960), estabelecer uma sequência de níveis ou superfícies de erosão, a que denominou de "Posição das Superfícies Aplainadas do Planalto Brasileiro". Nesta proposta, identifica quatro níveis ou superfícies de aplainamento, assim denominadas:

- Superfícies de Cumiada ou Cimeira.
- Superfícies Intermontanas, Interplanálticas ou Embutidas.
- Superfícies Fósseis em Exumação.
- Superfícies de Eversão.

As Superfícies de Cumiada ou Cimeira englobam tanto as Superfícies de Campos quanto as Cristas Médias anteriormente identificadas por De Martonne. Para Ab'Sáber, estas superfícies correspondem a antigas áreas de erosão, atualmente posicionadas em níveis elevados (acima de 1.000 m) em face dos processos tectogenéticos – arqueamentos devidos à epirogênese pós-cretácea.

As Superfícies Intermontanas, Interplanálticas ou Embutidas correspondem, para Ab'Sáber, às grandes depressões periféricas que circundam as bacias sedimentares como a Depressão Periférica Paulista (Superfície Neogênica de São Paulo), Depressão Central do Rio Grande do Sul e a Depressão Sertaneja do Nordeste Brasileiro. Estas depressões teriam sido esculpidas ao longo do Neogeno (Plioceno-Pleistoceno).

As Superfícies Fósseis em Exumação correspondem às antigas superfícies de aplanamento que foram encobertas por sedimentos das grandes bacias sedimentares e que atualmente se encontram em processo de exumação. Estas áreas correspondem às margens das Depressões Periféricas.

As Superfícies de Eversão correspondem, para Ab'Sáber, àquelas áreas que representam superfícies antigas exumadas. Compreendem depressões como a Cuiabana e a Sertaneja, e as da Amazônia norte e sul que se encontravam encobertas por sedimentos das bacias sedimentares e que atualmente estão expostas por efeito de fases erosivas mais recentes.

AB'SÁBER (1972), em estudos posteriores mais sistematizados, redefine as superfícies aplainadas na participação da compartimentação do Planalto Brasileiro, valorizando a tipologia das depressões em face de uma classificação genética. Assim, surgem as denominações de:

- Depressões Periféricas Subsequentes.
- Depressões Monoclinais.
- Depressões Marginais com forte Eversão.
- Depressões marginais com Eversão e Formação de Bacias Detríticas.

As Depressões Periféricas Subsequentes estão representadas pelas superfícies esculpidas ao longo do Neogeno e Pleistoceno, nas bordas de bacias sedimentares. Estas depressões são caracterizadas ainda por encontrarem-se embutidas entre reversos de maciços cristalinos de um lado e escarpas cuestiformes de outro, que acabam por determinar extensos corredores depressionários subsequentes às estruturas das bacias sedimentares. Isto ocorre, por exemplo, com a depressão Periférica Paulista, Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense ou, como é conhecida regionalmente, Depressão Central do Rio Grande do Sul.

As Depressões Monoclinais, conforme a denominação indica, correspondem às depressões embutidas em bordas de bacias sedimentares. Estas depressões, geralmente escavadas por rede hidrográfica cujo eixo principal é de drenagem anaclinal (obsequente), são individualizadas por frentes de Cuestas desdobradas. Estas depressões são encontradas principalmente na borda oeste e noroeste da Bacia do Paraná, destacando-se as do rio Taquari (MS) e do rio Vermelho (região de Rondonópolis, MT).

As Depressões Marginais com Forte Eversão assim foram denominadas por margearem bordas de bacias sedimentares, e por encontrarem-se esculpidas em rochas antigas de maciços cristalinos ou de rochas metassedimentares antigas.

A denominação de Eversão decorre do fato de estas depressões apresentarem suas superfícies aplanadas por ciclos erosivos muito antigos (Pré-Devoniano) e por terem sido sepultadas pelos depósitos paleomesozóicos das grandes bacias sedimentares e, no Cenozóico Superior, após e durante os eventos epirogenéticos (Terciário), terem sido parcialmente exumados pelos processos erosivos circundenudacionais. Nestas características genéricas, enquadram-se as depressões Cuiabana (MT), do Miranda (MS), a Sertaneja (Nordeste), do Tocantins (TO) e as do Norte e Sul Amazônicas (PA,AM,AP).

As Depressões Marginais com Eversão e Formações de Bacias Detríticas correspondem àquelas cujas gêneses assemelham-se à anteriormente descrita, acrescentando-se a estas a geração de depósitos detríticos Cenozóicos. Entre as que apresentam estes depósitos, podem ser lembradas a Depressão do alto Paraguai, com cobertura da

Formação Pantanal (Pleistoceno), e a Depressão do Guaporé, com cobertura da Formação Guaporé (Pleistoceno), entre outras de menor expressividade em área.

Sintetizando ainda um pouco mais, pode-se afirmar que, de fato, a compartimentação do relevo no território brasileiro torna-se mais facilmente compreensível quando se utiliza dos conceitos de Morfoestrutura e Morfoescultura de GERASIMOV e MESCERJAKOV (1968).

No âmbito das morfoestruturas (formas de relevo comandadas pela estrutura), têm-se as grandes formas determinadas pelas estruturas cristalinas antigas (crátons), cinturões orogênicos e as bacias sedimentares (paleomesozóicas).

São nessas grandes morfoestruturas que os processos exógenos (ação climática) atuam e atuaram no passado, resultando em morfoesculturas de gêneses complexas.

Entretanto, além da complexidade morfológica gerada, de um lado, pelas variações climáticas pretéritas e, por outro lado, pela complexidade litoestrutural, há um grande divisor na história da evolução do relevo brasileiro – a epirogenia ou soerguimento generalizado, porém desigual da plataforma sul-americana. Se o processo de

“estrutura, tectônica e esculturação são ingredientes indispensáveis para a interpretação geomorfológica e não tão somente fases de erosão.”

soerguimento Pós-Cretáceo foi contínuo ou intermitente, ainda é difícil de afirmar; entretanto, é indiscutível sua ocorrência. Deste modo, o que se tem, em nível de compartimentação do relevo no Brasil, são, de fato, as influências passivas da litoestrutura (morfoestruturas), das influências ativas da tectônica (epirogenia-soerguimento, falhas, intrusões) e influências ativas dos processos exógenos (variações climáticas no tempo e no espaço).

As influências climáticas antigas (Pré-Cenozóicas), que resultaram em processos erosivos extensivos e deixaram marcas indeléveis nas formas particularmente grandes do relevo, ainda podem ser testemunhadas por resíduos de antigas superfícies de aplanamento deixadas em morfoestrutura antigas como nas áreas Cratônicas ou de Plataformas e nos níveis topográficos elevados dos cinturões orogênicos. Deste modo, os testemunhos de superfícies de erosão ou aplanamento antigas (Pré-Cenozóicas)

aparecem nos diversos níveis de superfícies retilinizadas, nivelados e até mesmo aplanados, nas áreas elevadas do Cinturão do Atlântico (Serra do Espinhaço, Serra da Mantiqueira, reverso da Serra do Mar), no Cinturão de Brasília (Serra Dourada, Serra das Caldas Novas, Serra da Mesa, Chapada de Brasília, Chapada dos Veadeiros, em Goiás), no Cinturão do Paraguai-Araguaia nos topos planos ou ainda retilinizados da Província Serrana (Serra Azul, Serra das Araras, Serra da Água Limpa, Serra da Poção-Sabão, Serra da Bodoquema, MT e MS) e na Plataforma Amazônica (depressões Marginal Norte-Amazônica e Marginal Sul-Amazônica) e em trechos baixos e arrasados nas áreas do Cinturão do Paraguai-Araguaia (depressões Cuiabana e do Miranda), do Cinturão do Atlântico (Depressão Sertaneja), estas últimas correspondendo às Superfícies de Eversão definidas por Ab'Sáber.

As marcas das atividades erosivas Cenozóicas são testemunhadas pelos corredores de Depressões circundantes às bacias sedimentares, quer sejam elas periféricas, monoclinais ou marginais. Ressalte-se mais uma vez que as Depressões Marginais, conforme AB'SÁBER (1972), foram abertas no Neogeno e Pleistoceno, como as demais; entretanto, ao serem esculpidas, exumaram antigas superfícies (Pré-Devonianas) que encontravam-se sepultadas pelos sedimentos das grandes bacias sedimentares Fanerozóicas.

A proposta de classificação do relevo de ROSS (1989) deixa bastante clara a macrocompartimentação do relevo brasileiro sob a influência dos efeitos esculturais, de um lado, e estruturais, de outro. Sob a égide dos conceitos de Morfoestrutura e Morfoescultura, que em última análise é a influência de W. PENCK (processos endógenos e exógenos), ROSS (1989) propõe a divisão do relevo do Brasil em Unidades Morfoesculturais (incorporando o morfoestrutural), assim definidos:

- Planaltos em
 - Bacias Sedimentares
 - Cinturões Orogênicos
 - Núcleos Cristalinos Arqueados
- Depressões Marginais e Periféricas
- Planícies Fluviais e Marinhas

Essa classificação, que não trata especialmente dos níveis de erosão, procura valorizar a gênese como fator de definição das formas do relevo. Deste modo, estrutura, tectônica e esculturação são ingredientes indispensáveis para a interpretação geomorfológica e não tão-somente fases de erosão.

Conclusão: a diversidade genética dos níveis morfológicos

22

Diante do que foi exposto, fica evidente que não se pode estabelecer uma relação direta e absoluta entre as Superfícies de Aplanamento, os diferentes níveis morfológicos ou topográficos e as idades das formas. Embora se possa estabelecer algumas generalizações de âmbito regional, admitindo-se que os níveis aplanados ou, pelo menos retilinizados, dos topos das faixas de dobramentos (Cinturões), sejam testemunhos de fases erosivas antigas (Pré-Cenozóico) e que as depressões e superfícies embutidas e de bordas das grandes bacias sedimentares sejam de idade mais recentes (Terciário e Quaternário), quando se aumenta a escala de análise é preciso avaliar o que se enquadra no contexto geral e o que é particularmente da área pesquisa.

Os níveis morfológicos ou topográficos, locais ou regionais, podem estar associados às diversas origens, e, portanto, suas existências associam-se a gênese diversas. Entre as gênese dos níveis morfológicos, podem-se destacar os seguintes:

- Extensos níveis planos ou de topos retilíneos nivelados, em posição de cimeira, que testemunham superfícies antigas de erosão;
- Topos retilinizados posicionados em dois ou mais níveis altimétricos diferenciados por blocos basculados por efeito da tectônica antiga e Meso-cenozóica;
- Topos retilinizados em níveis diferenciados, esculpido em estruturas cristalinas e/ou cristalofílicas, por efeito da meteorização e rebaixamento geoquímico desigual;

- Níveis em patamares com superfícies planas ou aplanadas em estruturas sedimentares com litologias tenras alternadas com rígidas, frequentes em bordas de bacias ou em depressões interiores;
- Níveis em patamares escalonados com superfícies planas ou em rampas de pouca declividade, condicionadas pelo acamamento de diversas fases de derrames de lavas vulcânicas básicas;
- Superfícies aplanadas antigas, sepultadas por pacote sedimentar e posteriormente exumadas, marginais às bordas de bacias sedimentares/depressões marginais;
- Superfícies aplanadas por processos erosivos generalizados - superfície de erosão ou aplanamento, embutidas entre bordas de bacias sedimentares e maciços antigos/depressões periféricas;
- Superfícies planas de topos posicionados em reverso de escarpa de bordas de bacias sedimentares/chapadas;
- Níveis diferenciados de topos de ocorrência local, ou regional, associados a corpos intrusivos ou vulcânicos/corpos graníticos, sienitos, rialitos, andesitos;
- Níveis diferenciados associados a fases de deposição/erosão Cenozóicas, alojados nas depressões tectônicas fechadas ou semi-abertas;
- Pequenos níveis diferenciados associados a fases de deposição/erosão Quaternárias de ambientes de sedimentação fluvial, marinha ou lacustre.

Evitou-se neste trabalho discutir as questões polêmicas sobre os efeitos climáticos e Paleoclimáticas nos contextos dos processos esculturais. Estamos propositadamente tratando estes processos genericamente como erosivos, face às evidentes dificuldades de comprovação, por falta de testemunhos confiáveis. Grande parte dos denominados depósitos correlativos das fases erosivas de pediplanação tidos como testemunhos de climas áridos ou semi-áridos são constituídas por materiais rudáceos quartzosos de morfologias angulosas e dimensões heterométricas. Estes materiais quartzosos quase sempre procedem de veios de quartzo contidos em rochas metamórficas como micaxistos, filitos, migmatitos entre outros, e como a sílica que compõe os cristais de quartzo, são pouco solúveis, acabam por se manter acumulados em forma de lentes

descontínuas no manto de alteração e cobertura pedológica e em fundos de vales planos, sobretudo, em terraços.

VITTE (1998), ao estudar os processos morfogenéticos da bacia do Ribeira, vem ao encontro com o que ROSS (1987, 1991 e 1998) conclui analisando a evolução do relevo nos Cinturões Orogenéticos. Pode-se perceber que as variações altimétricas e as configurações morfológicas estão associadas a uma complexidade de processos que envolvem a tectônica pré-Cambriana, a reativação tectônica do meso-cenozóico, os arranjos lito-estruturais dos bandeamentos, antigos níveis de erosão desmanteladas pela tectônica, antigas superfícies de erosão exumadas pelos processos erosivos Cenozóicos e, sobretudo, por rebaixamento morfológicos desiguais decorrentes das atividades químicas das águas. Ainda nesta direção a constatação por ROSS e MOROZ (1997) e ROSS (1998) de que os diferentes níveis morfológicos/topográficos encontrados nos planaltos do leste paulista estão relacionados a uma complexidade de processos morfogenéticos, que se manifestam no espaço e no tempo e que envolvem atividades tectônicas de diferentes tempos e gêneses, como dobramentos, metamorfismos, magmatismos, falhamentos antigos, reativação de falhas no Cenozóico, juntamente com evidências de antigas superfícies de erosão.

Nessa região despertou atenção os diferentes níveis morfológicos/topográficos que se observam entre as estruturas rochosas representadas pelas massas de granitos como os das Serras do Itapeti, Cantareira, Itaqui, São Francisco, São Roque, Paranapiacaba e várias outras, que estão com seus topos em níveis altimétricos entre 850, 900 a 1000 metros, ao lado dos relevos esculpidos nas massas rochosas de quartzito, como Pico do Jaraguá, Serra do Japi, Serra de Voturuna, cujos topos encontram-se entre 1100 e 1200 metros. Ao redor desses relevos proeminentes, encontra-se uma vasta superfície cujos topos se nivelam ao redor dos 800m de altitude que estão preferencialmente esculpidos em rochas metamórficas, sobretudo, migmatitos e gnaisses entremeados por extensas faixas de micaxistos e filitos que por sua vez frequentemente estão em posições topograficamente mais rebaixadas.

Estes fatos levaram ROSS (1998) a considerar para os planaltos da faixa do cinturão do atlântico no Estado de São Paulo, que:

- a evolução do relevo da região, tem nos processos tectônicos Cenozóicos, importante papel como desencadeador de vigorosos processos esculturais, tanto nas escarpas das Serras do Mar e Mantiqueira, quanto nas superfícies de topos dos planaltos;
- esses processos esculturais já se faziam presentes no pré-Cenozoico e criaram significativas diferenças altimétricas em função das variações litológicas e de arranjos estruturais destas, não sendo obrigatoriamente superfícies de erosão distintas, e sim rebaixamentos desiguais de superfícies do terreno.
- os depósitos Cenozóicos de finos (argilas) sendo relativamente pouco expressivos em extensão e volume frente à extensividade das áreas com relevos fortemente dissecados, sugere predominância de processos de desgaste (erosão e transporte) por dissolução química dos minerais primários, permanecendo *in situ* apenas os “resíduos” dos processos químicos e mecânicos.
- a presença de relevos mais elevados sustentados por rochas ígneas maciças (granitos) e rochas metamórficas (quartzitos) circundados por relevos mais baixos esculpidos em rochas metamórficas que apresentam maior densidade de linhas de fraqueza, também sugerem a prevalescência de processos químicos de erosão e, portanto, de esculturação e rebaixamento geoquímico.

Considera-se que o processo de meteorização das rochas/minerais primários e a transformação em minerais secundários, que compõem a cobertura pedológica e os depósitos Cenozóicos é um significativo processo escultural, onde os minerais dissolvidos são transportados para as águas oceânicas, restando sobre os continentes os resíduos arenosos de quartzo e mais restritos depósitos de finos (argila, silte).

Assim sendo, ainda que se tenham poucos testemunhos de que nos tempos passados houve climas mais secos que contribuíram para os processos esculturais do relevo regional, são as atividades químicas dos ambientes úmidos e preferencialmente quentes, que estabelecem de um lado a marca definitiva nos processos morfoesculturais das formas de relevo em serras, morros e colinas e de outro os processos morfotectônicos e arranjos morfoestruturais juntamente com as diferenças

de resistências aos desgastes das diferentes famílias de rochas, que estabelecem os parâmetros para entendimento da morfogênese tropical.

Referências bibliográficas

AB'SABER, A.N. (1949) "Regiões de Circundenação Pós-Cretáceas no Planalto Brasileiro". *Boletim Paulista de Geografia* 1. São Paulo.

_____. (1960) "Posição das Superfícies Aplainadas no Planalto Brasileiro". *Geomorfologia* 20. Campinas.

_____. (1969) "Um conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas sobre o Quaternário". *Geomorfologia* 18. IGEOG – USP. São Paulo.

_____. (1972) "Participação das Depressão e Superfícies Aplainadas na Compartimentação do Planalto Brasileiro". *Geomorfologia* 28. IGEOG – USP. São Paulo.

ALMEIDA, F.F.M. de (1964) "Os Fundamentos Geológicos do Relevo Paulista". *DNPM/DGM, Boletim* 41. Rio de Janeiro.

_____. (1967) "Origem e evolução da Plataforma Brasileira". *DNPM/DGM, Boletim*. Rio de Janeiro.

BIGARELLA, J.J. & MOUSINHO, M.R. & SILVA, J.X. (1965) "Contribuição ao estudo da Formação Pariquera-Açu". *Boletim Paranaense de Geografia*. Curitiba, (16/17): 17-41.

DE MARTONNE, E. (1943) "Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico". *Revista Brasileira de Geografia* 4, ano V, IBGE. Rio de Janeiro.

KING, L.C. (1956) "A Geomorfologia do Brasil Oriental". *Revista Brasileira de Geografia* 18. Rio de Janeiro.

MESCERJAKOV, J.P. (1968) "Les Concepts de Morphostruture et de Morphosculture: un nouvel instrument de l'analyse géomorphologique". *Annales de Geographie* 423.

ROSS, J.L.S. (1987) "Estudo e cartografia geomorfológica da Província Serrana". MT, Tese de Doutorado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo.

_____. (1989) "As Unidades Morfoesculturais: uma nova classificação do relevo brasileiro". *III Simpósio de Geografia Física Aplicada*, v.1. Nova Friburgo.

_____. (1991) "O Relevo Brasileiro, as Superfícies de aplainamento e os Níveis Morfológicos". *Revista do Departamento de Geografia*, 5 FFLCH- USP São Paulo.

ROSS, J.L.S. & MOROZ, I.C. (1997) *Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo – escala 1:500.000*. FFLCH-USP-IPT-FAPESP. São Paulo.

NOTAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS EM CLIMA URBANO E ILHAS DE CALOR*

Andrews José de Lucena**

Resumo: o artigo aborda os principais trabalhos em clima urbano na literatura internacional recente, atendo-se a investigação da ilha de calor, principal manifestação do clima urbano. Inicialmente, traz-se uma fundamentação teórica sobre clima urbano e ilha de calor, discutindo-se a definição, caracterização, propriedades, tipologia, monitoramento e mitigação das ilhas de calor. A seção seguinte destaca os principais métodos utilizados no tratamento da ilha de calor, a análise de séries temporais, o sensoriamento remoto e a modelagem atmosférica. A última seção ressalta a importância das pesquisas, sugere métodos mais integrados e uma leitura mais consistente da teoria nos trabalhos de ilhas de calor.

Palavras-chave: climatologia; clima urbano; ilhas de calor; teoria; método.

CONCEPTUAL AND METHODOLOGICAL NOTES ON URBAN CLIMATE AND URBAN HEAT ISLANDS

Abstract: the article discusses the main works in urban climate on recent international literature, in particular on the investigation of urban heat islands, the main manifestation of the urban climate. Initially, it brings up a theoretical background about urban climate and urban heat island, discussing the definition, characterization, properties, typology, monitoring and mitigation of urban heat islands. The following section highlights the main methods used in the treatment of urban heat island, the time series analysis, remote sensing and atmospheric modeling. The last section highlights the importance of research, suggests more integrated methods and a more consistent reading of theory on the work of heat islands.

Keywords: climatology; urban climate; heat island; theory; methodology.

* Este artigo é parte da tese de doutorado do autor, "*A ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro*", defendida em julho de 2012 no Programa de Engenharia Civil (habilitação em Ciências Atmosféricas em Engenharia) do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Professor Assistente do curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – campus Seropédica. e-mail: lucenageo@yahoo.com.br.

CLIMAT URBAIN ET ÎLOTS DE CHALEUR: NOTES CONCEPTUELLES ET MÉTHODOLOGIQUES

Résumé: cet article veut récupérer la littérature internationale récente sur le climat urbain, en soulignant le phénomène des îlots de chaleur. Au début, on discute les fondements théoriques autour du climat urbain et des îlots de chaleur, cela veut dire la définition, la caractérisation, les propriétés, la typologie, le monitoring et la mitigation de ces îlots. Ensuite, on indique les principaux méthodes utilisés pour la compréhension des îlots de chaleur urbains : l'analyse de séries temporelles, la télédétection et la modélisation atmosphérique. Finalement, on signale l'importance des recherches autour de ces thèmes, même si l'on doit remarquer le besoin de méthodes plus intégrées et d'une interprétation plus consistante de la théorie en ce qui concerne les recherches sur les îlots de chaleur urbains.

Mots-clés: climatologie; climat urbain; îlots de chaleur; théorie; méthode.

1. Fundamentação teórica em clima urbano e ilhas de calor

O clima urbano é um sistema complexo, singular à cidade. Lugar de profundas alterações nos parâmetros atmosféricos, abrangendo circulação, turbulência e dispersão do ar, albedo e estocagem de calor, evapotranspiração e balanço de energia na superfície (TAHA, 1997; ARNFIELD, 2003; KANDA, 2006). A ilha de calor é a principal manifestação do clima urbano e um dos principais problemas ambientais do século XXI (RIZWAN *et al.*, 2008), embora outros fenômenos associados ou resultantes façam parte do sistema clima urbano, como a poluição atmosférica e as inundações.

No início do século XIX, em 1833, Howard inaugurou as primeiras pesquisas em clima urbano, que, mais tarde, sustentaram a análise da ilha de calor urbana,¹ ao comparar a temperatura da cidade com o meio rural, encontrando, na primeira, valores bem mais elevados, acima de 2°C (STEWART, 2011). Em meados do século XX, MANLEY (1958), pela primeira vez, denominou o gradiente térmico mais elevado, encontrado na cidade, como ilha de calor. Os trabalhos de Landsberg e Chandler para a cidade de

¹ Embora naquela época não fosse empregada a nomenclatura *ilha de calor urbana*, optou-se, ainda assim, por seu emprego nesse momento do texto.

Londres são obras clássicas para o estudo do clima urbano. LANDSBERG (1956) comparou o centro urbano de Londres com suas imediações e observou médias térmicas anuais superiores na cidade, principalmente no que concerne à temperatura mínima, bem como no que diz respeito às chuvas e ao nevoeiro. Em relação à umidade relativa e à velocidade do vento, foi observado um decréscimo de 6% e 25%, respectivamente. CHANDLER (1965) monitorou a ilha de calor urbana e encontrou diferenças de até 2,0°C na área central, no verão, em relação a sua circunvizinhança. No transcorrer do século XX, e do atual, novos estudos em ilhas de calor foram desenvolvidos (ARNFIELD, 2003; STEWART, 2011). TAHA (1997) esclarece as causas e efeitos da ilha de calor, de modo particular, o papel do calor antropogênico na sua intensificação, os impactos no albedo da superfície e na evapotranspiração. VOOGT e OKE (2003) resumem os principais aspectos, implicações e efeitos da ilha de calor, destacando sua forma, intensidade e a localização do seu núcleo mais quente. ROTH (2007) reúne os principais trabalhos sobre ilhas de calor para as regiões subtropicais. RIZWAN *et al.* (2008) discutem os conceitos básicos, metodologias e as ferramentas usadas na compreensão, determinação e mitigação da ilha de calor.

1.1. Definição, caracterização, propriedades e tipologia

A ilha de calor urbana² (do inglês *Urban Heat Island - UHI*) é o calor característico das áreas urbanas, quando comparadas com seus arredores (não-urbanizados) e, geralmente, refere-se ao aumento na temperatura do ar, mas pode igualmente referir-se ao calor relativo da superfície ou materiais subsuperficiais. Desse modo, a ilha de calor é uma medida de diferença (VOOGT, 2002), que não se evidencia a partir de uma medida absoluta da temperatura, indevidamente empregada em alguns trabalhos na literatura. Portanto, a definição conceitual e quantitativa do fenômeno ilha de calor é necessária para evitar incorreções nas análises espaciais do clima urbano.

² A literatura internacional geralmente emprega a nomenclatura *ilha de calor urbana*, pois se entende que o fenômeno é uma anomalia do “urbano”, isto é, da cidade. Entretanto, não será adotada a nomenclatura, haja vista que será proposta, na última seção do artigo, uma nomenclatura mais adequada para grandes áreas metropolitanas de países tropicais, a *ilha de calor metropolitana*.

Outras expressões derivadas da ilha de calor urbana surgem, a saber: ilha térmica, expressão sinônima; ilha de frescor urbana (IFU) ou vale urbano fresco (VUF) (RIZWAN et al, 2008), núcleos mais frios no interior ou ao redor das ilhas urbanas de calor; ilha de calor (GARCÍA, 1999), núcleo secundário de calor, geralmente de menor proporção e intensidade que a ilha de calor principal da cidade, que aparece localizada nas áreas suburbanas e arredores; ilha seca (GARCÍA, 1999), fenômeno próprio dos núcleos mais quentes da ilha de calor, onde os setores mais quentes apresentam umidade relativa mais baixa que o subúrbio e arredores.

Uma categoria de ilha de calor urbana adotada atualmente é a ilha de calor urbana da superfície (do inglês *Surface Urban Heat Island* - SUHI). Essa categoria difere da UHI por captar a temperatura de superfície por meio do sensoriamento remoto, enquanto aquela se restringe em registrar a temperatura do ar por meio do termômetro de uma estação convencional ou automática ou de instrumentos de campanha de campo. A SUHI é uma medida indireta da temperatura e exige a correção das propriedades da superfície radiativa que influenciam a emissão e reflexão da radiação de comprimentos de ondas espectrais detectadas pelo sensor (VOOGT e OKE, 2003).

A ilha de calor é, assim, nomeada porque o padrão espacial do contorno das isotermas dá forma a uma ou a várias feições de ilhas. A distribuição das isotermas depende da configuração da área urbanizada, que se caracteriza por um elevado gradiente térmico no limite urbano-rural, seguida por uma ascensão gradual da temperatura em direção ao núcleo da cidade. Configura-se, deste modo, a ilha de calor clássica, com seu núcleo no centro da cidade ou na área central da cidade (*downtown*) que identifica o distrito comercial central (*central business district – CBD*) (Figura 1.1). Entretanto, identifica-se um outro padrão, com a disseminação de núcleos igualmente quentes pelo perímetro urbano, desfazendo a ilha de calor clássica, que, geralmente, ocorre em grandes regiões metropolitanas de uso do solo bastante heterogêneo.

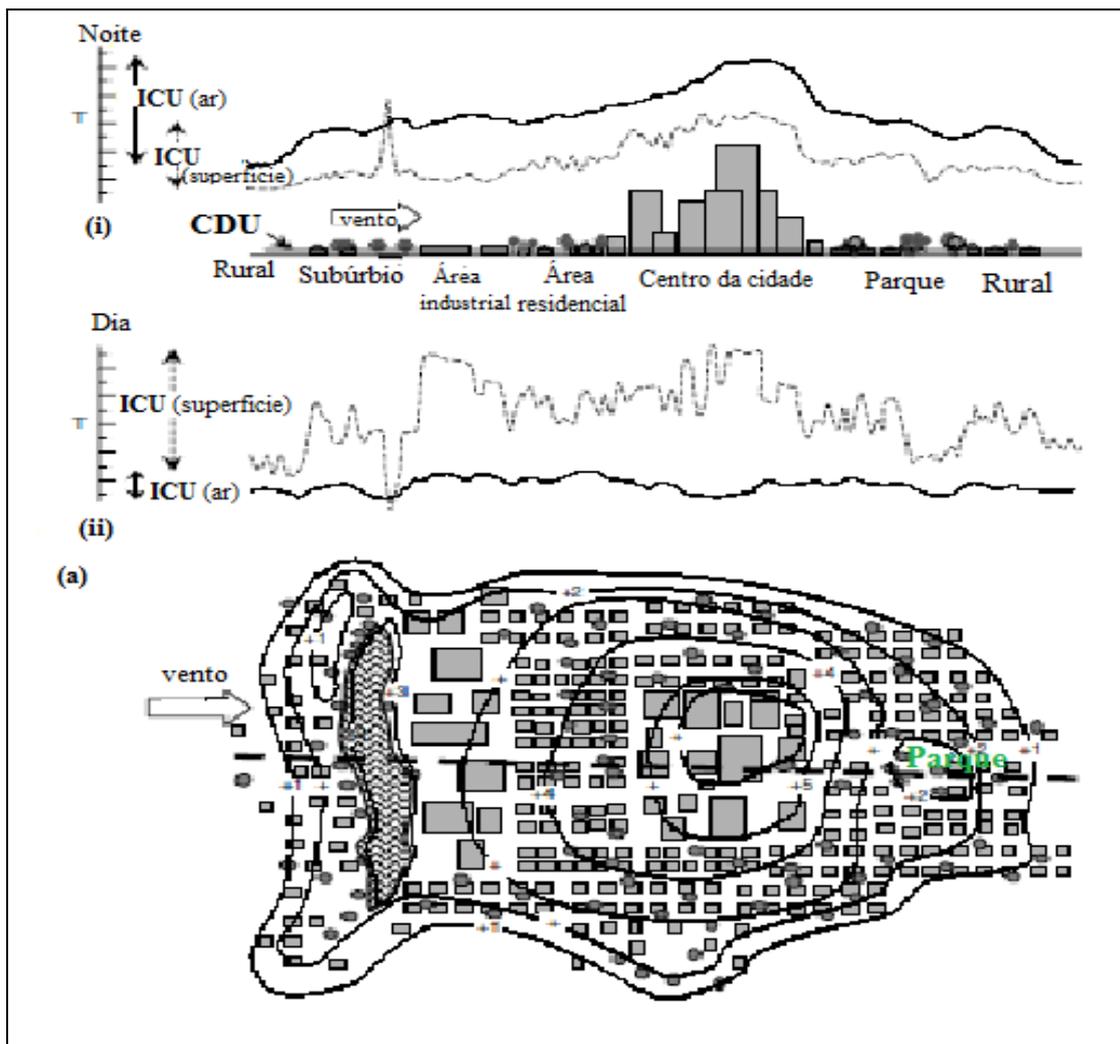


Figura 1.1: Esquema hipotético da configuração vertical e espacial da ilha de calor: a) as seções transversais de temperaturas do ar, medidas na CDU (camada do dossel urbano), e as temperaturas de superfície (i) à noite e (ii) de dia. b) Modelo que representa os padrões espaciais da temperatura do ar que compõe a ilha de calor urbana (ICU). No centro da figura, que demarca o centro da cidade (*downtown*), tem-se a maior isoterma (6°C), enquanto nas franjas e no parque as isotermas declinam (1° e 2°C , respectivamente).

Fonte: adaptado de VOOGT (2002).

A ilha de calor caracteriza-se por três aspectos principais: forma, intensidade e localização do seu núcleo mais quente. Esses aspectos são distintos em cada cidade, em função do momento do dia e da época do ano, do tempo atmosférico, da localização geográfica, incluindo sua morfologia natural, como morros, corpos hídricos e áreas verdes, e das propriedades térmicas dos materiais que compõem a superfície urbana.

A variabilidade diuturna e sazonal são fatores importantes. Durante o dia, podem ser detectados e contrastados os períodos mais favoráveis para a manifestação da ilha de calor, seja no horário de maior aquecimento diurno ou mesmo no momento de resfriamento noturno (SUN *et al.*, 2009). Sazonalmente, distintos sistemas atmosféricos atuam, ora no verão, ora no inverno, que determinam situações mais secas, que, geralmente, são marcadas por ilhas de calor mais intensas, ou úmidas, geralmente evidenciadas por ilhas de calor mais amenas (ROTH, 2007).

O padrão espacial é influenciado pelas características locais de superfície, como parques, corpos hídricos e adensamento das áreas construídas. A topografia, em conformação litorânea ou em uma situação de fundo de vale, por exemplo, pode alterar as características espaciais da ilha de calor.

A ilha de calor apresenta, assim como a variabilidade espacial, uma variabilidade temporal, isto é, diuturna, que ocorre em consequência das diferenças nas taxas de resfriamento entre áreas urbanas e rurais. Tais diferenças ocorrem em função da superfície urbana, das condições atmosféricas ou até mesmo da sazonalidade anual.

A intensidade da ilha de calor esteve associada ao tamanho da população da cidade, conforme sugere o trabalho de OKE e MAXWELL (1974). Neste caso, uma reta logarítmica sinaliza que cidades mais populosas favorecem o aumento da intensidade da ilha de calor, mais comum nas cidades da Europa e da América do Norte. A análise mostra que a maior intensidade da ilha de calor ocorre sob um céu sem nuvens e com a diminuição da velocidade do vento. No trabalho de PONGRACZ *et al.* (2006), para Budapeste, uma das cidades mais populosas da Hungria, os autores reconhecem uma correlação positiva da intensidade da ilha de calor com a sua densidade demográfica.

Contudo, as circunstâncias favoráveis para o desenvolvimento de uma ilha de calor são caracterizadas por uma concentração relativamente alta de fontes de calor nas cidades (OKE 1982; 1987; OKE *et al.*, 1991). As propriedades térmicas dos materiais das construções também facilitam a condução de calor mais rapidamente que o solo e a vegetação das áreas rurais, contribuindo para um aumento no contraste de temperatura. A perda de calor durante a noite, por radiação infravermelha para a atmosfera e para o espaço, é parcialmente compensada nas cidades pela liberação de

calor das fontes antropogênicas, tais como veículos, indústrias, construções em geral e materiais de construção relativamente densos.

Na cidade, a taxa de evapotranspiração, tipicamente mais baixa, acentua ainda mais o contraste de temperatura com suas redondezas. O sistema de drenagem (bueiros) rapidamente remove a maior parte da água das chuvas, de modo que apenas uma pequena parcela da radiação absorvida é utilizada para evaporação (calor latente) e a maior parte dessa radiação é utilizada para aquecer a superfície terrestre e o ar diretamente (calor sensível). Por outro lado, as superfícies úmidas das áreas rurais (lagos, riachos, solo e vegetação) aumentam a fração de radiação absorvida que é utilizada para evaporação (BRETZ *et al.*, 1998; TAHA, 1997; ARNFIELD, 2003).

O desenvolvimento das camadas não está isolado no perímetro urbano. O limite de influência é maior durante o dia, onde existe um aumento da convecção do ar aquecido pelos processos térmicos ou mecânicos (elevação do ar pela rugosidade da superfície). À noite, a camada limite contrai-se devido à estabilização vertical. Não obstante, a convecção térmica é capaz de desestabilizar o ar da zona rural durante a noite, produzindo advecção sobre a cidade. A camada limite urbana apresenta um perfil vertical térmico diferente das áreas adjacentes rurais, devido principalmente ao fluxo de calor sensível, antropogênico ou não, liberado pela camada do dossel urbano, além de um arrasto do ar friccionado, em movimentações provocadas pela ilha de calor.

Os ventos e as nuvens são importantes controladores atmosféricos da ilha de calor. A ilha de calor urbana desenvolve-se, na maior parte das vezes, quando ventos de escala sinótica são fracos, uma vez que fortes ventos misturariam o ar da cidade e das áreas rurais e diminuiriam o contraste de temperatura. Nessas condições, o aquecimento relativo da cidade, comparado com seus arredores, pode promover uma circulação convectiva do ar: o ar relativamente quente ascende sobre o centro da cidade e é trocado por ar mais frio e mais denso, convergente das zonas rurais. A coluna de ar ascendente acumula aerossóis sobre a cidade formando uma nuvem de poeira (poluentes), que podem se tornar muitas vezes, mais concentrados sobre uma área urbana do que sobre as áreas rurais. Em uma atmosfera turbulenta, a velocidade do

vento aumenta, de forma que a mistura turbulenta reduz diferenças exponenciais da temperatura do ar próximo à superfície (FREITAS e DIAS, 2005).

A umidade atmosférica também participa do controle. Quando elevada, reduz a intensidade da ilha térmica, enquanto a umidade mais baixa permite maior radiação da superfície. A advecção é igualmente um controle importante na caracterização e intensidade da ilha de calor. Os ventos terrestres em cidades litorâneas podem experimentar advecção mais fresca, no verão, quando as temperaturas da superfície do mar estão mais suaves do que aquelas da terra, e o aquecimento advectivo durante a estação do inverno, na medida em que a temperatura de superfície do mar está relativamente mais alta à temperatura da superfície continental. Sob tais circunstâncias, é importante avaliar o impacto relativo da advecção nas estações rurais e urbanas. A advecção em escala local, induzida por circulações da ilha de calor pode igualmente modificar temperatura e umidade locais e alterar as taxas de resfriamento (VOOGT, 2002). As Tabelas 1.1 e 1.2 resumizam as principais causas para a manifestação da ilha de calor e os controladores atmosféricos da sua magnitude.

Tabela 1.1: Possíveis causas da ilha de calor urbana (ICU)

Causa	Descrição
Superfície urbana	A ampliação da superfície conduz ao aquecimento devido a uma maior absorção de radiação solar; Construções pouco espaçadas reduzem o fator de visão do céu e reduzem a perda de calor radiativo particularmente à noite; O abrigo/telhado das construções reduz a perda de calor convectiva da superfície e próximo da superfície de ar.
Propriedades térmicas da superfície	Materiais de construções urbanas têm uma superfície termal maior, ampliando sua capacidade de estocar e suportar calor.
Condições da superfície	A impermeabilização da superfície urbana por construções e pavimentação reduz a evaporação; mais energia é canalizada em calor sensível ao invés de calor latente (calor retornado pela evaporação da água).
Calor antropogênico	Calor liberado por uso de energia urbana em construções e veículos e pelos próprios habitantes da cidade.
Efeito estufa urbano	A atmosfera poluída e mais quente emite mais radiação em direção à superfície da cidade. A umidade urbana reforçada pode também contribuir para esse efeito.

Fonte: adaptado de VOOGT (2002).

Tabela 1.2: Controles atmosféricos na magnitude da ilha de calor urbana (ICU)

Controle	Descrição
Vento	Aumento da velocidade do vento e de sua turbulência diminui a magnitude da ICU.
Vento (advecção)	Transporte horizontal de calor: advecção quente pode reforçar a ICU; advecção fria pode suprimi-la.
Nuvem	A nuvem reduz o arrefecimento radiativo pela superfície; nuvens espessas e baixas têm maior efeito em relação às nuvens finas e altas.
Umidade	Efeitos variáveis

Fonte: adaptado de VOOGT (2002).

A camada limite planetária (CLP) é fundamental para a compreensão do padrão espacial e temporal da ilha de calor (GRIMMOND, 2006). A CLP é uma região da atmosfera, junto à superfície, onde a turbulência é a característica dominante. A

intensidade da turbulência determina a distribuição espacial das propriedades termodinâmicas e dinâmicas e de sua extensão vertical. Sobre áreas continentais, a turbulência é mantida pela ação do vento ao longo do dia, intensificada pela convecção térmica, e contida pela camada de inversão de superfície, durante a noite. Sua extensão vertical varia de 300-1500 m, durante o dia, a 100-300 m na noite. É

“No cenário de um suposto aquecimento global, as ilhas de calor não são diretamente responsáveis, pois se trata de uma anomalia local do clima. Os impactos da ilha de calor são indiretos e têm efeitos sobre as observações de séries temporais de estações, usadas para construir a média da temperatura global. A maioria das estações está localizada nas cidades, e o efeito da ilha de calor pode conduzir a uma contaminação do registro da série.”

afetada pela superfície numa escala de tempo inferior a uma hora e numa escala vertical até 2 km (OKE, 1976; OKE, 1997).

Outra camada, a camada limite urbana (CLU), estende-se acima do nível dos telhados com características produzidas pela natureza da superfície urbana, cuja rugosidade, proporcionada pela presença de prédios relativamente altos, provoca uma aerodinâmica particular. A velocidade do vento reduz-se, mas ocorre um aumento da turbulência e no arrasto produzido pela fricção do ar. A camada do dossel urbano (CDU) é uma porção da CLU estratificada abaixo do nível dos telhados, produzida pelos processos

em microescala localizados nas ruas, entre os prédios (OKE, 1997; GRIMMOND, 2006). Um produto gerado ou identificado na CLD são os vales urbanos (*canyons urbanos*), que incluem as paredes dos edifícios que criam corredores entre edificações altas e concentradas separadas por ruas. Considera-se, para tal, a relação entre a altura, largura e comprimento das construções urbanas e as propriedades térmicas dos materiais que as constituem, como cobertura do solo e materiais de construção, entre outros. No interior do vale (*canyon*), a radiação sofre múltiplas reflexões entre as ruas e as paredes dos edifícios com diferentes absorções (OKE, 1981; OKE, 1987; GRIMMOND, 2006).

A Figura 1.2 sintetiza os processos atmosféricos que ocorrem nas escalas espaciais urbanas: (a) camada limite planetária, (b) camada limite urbana e (c) camada do dossel urbano, ou intraurbana, que representam, respectivamente, as escalas regional, local e micro. À medida que a escala de detalhe se amplia, mais complexa torna-se a compreensão dos processos formadores da ilha de calor.

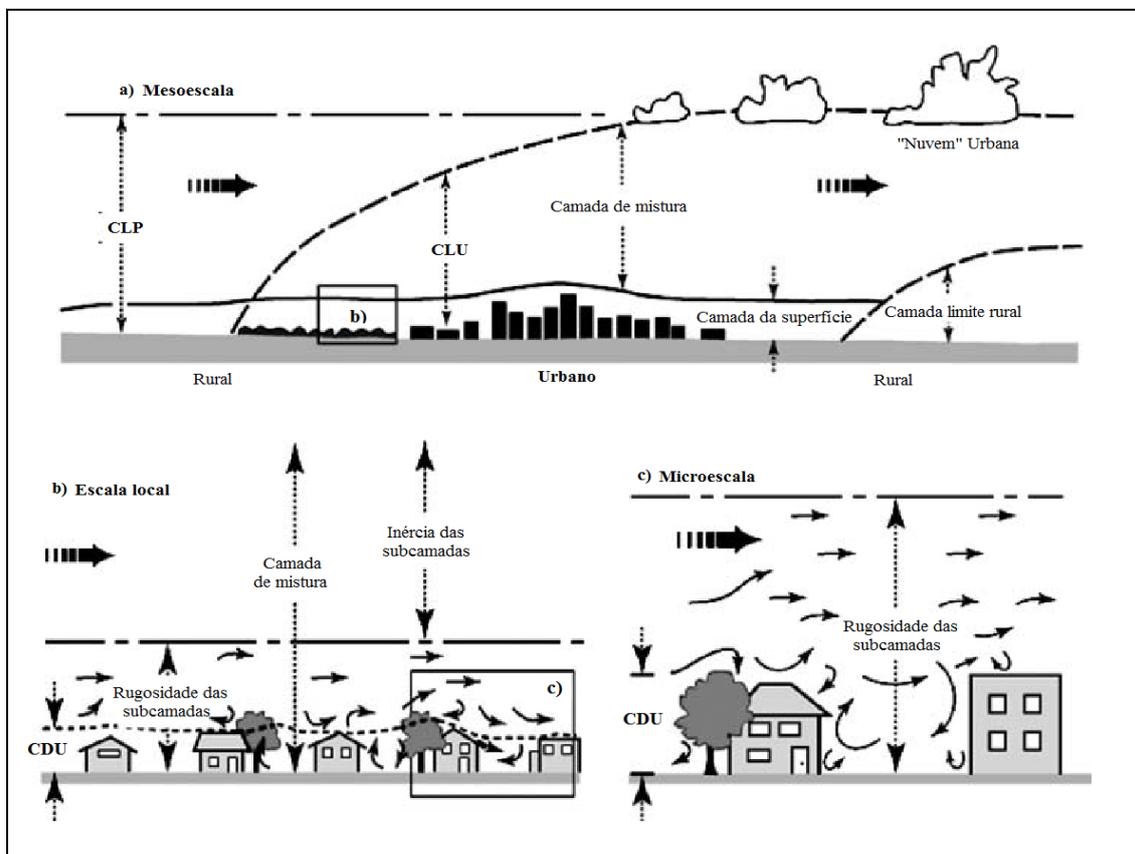


Figura 1.2: Processos atmosféricos nas três escalas espaciais urbanas: (a) camada limite planetária – CLP, (b) camada limite urbana – CLU e (c) camada do dossel urbano (CDU). A seta realçada em negrito em cada uma das figuras secundárias indica o sentido médio do vento. As setas menores, mostradas em (b) e em (c), indicam a natureza do fluxo médio e turbulento.

Fonte: adaptado de GRIMMOND (2006).

Os efeitos da ilha de calor são diversos e, em grande parte, negativos, trazendo implicações para o conforto e para a saúde humana (VOOGT e OKE, 2003). Sabe-se que a principal seqüela é o aumento da temperatura urbana com impactos ambientais, diretos e indiretos, que favorecem o aumento no consumo de energia para fins de refrigeração (KONOPACKI e AKBARI, 2002), a elevação no nível de ozônio na troposfera (ROSENFELD *et al.*, 1998) ou mesmo um aumento nas taxas de mortalidade

(CHANGNON *et al.*, 1996). Trata-se de impactos de alto custo ambiental com elevada pegada ecológica (SANTAMOURIS *et al.*, 2007).

OLESON *et al.* (2011) examinam as características da ilha de calor urbana em um modelo climático global e concluem que o aquecimento urbano e o uso do ar condicionado pode adicionar cerca de $0,01 \text{ W.m}^{-2}$ de calor distribuído globalmente, o que resulta em um pequeno aumento na ilha de calor. Desse modo, os modelos climáticos precisam levar em conta as superfícies urbanas para avaliar o impacto das alterações climáticas sobre o conforto das pessoas no ambiente onde vivem.

REN *et al.* (2010) analisam e revisam os progressos nos estudos dos mapas climáticos urbanos (UCMap). O ambiente térmico e as condições de ventilação do ar dentro da camada do dossel urbano (CDU) são os mais importantes pontos no processo de análise da avaliação climático-ambiental. Sugerem-se ações planejadas para diminuir a liberação de calor antropogênico, melhorando a ventilação do ar, proporcionando mais áreas sombreadas, aumentando a vegetação, criação de vias aéreas para dissipação do ar e o controle do crescimento dos edifícios. Essas ações são recomendações voltadas especialmente para as cidades em rápida expansão dos países em desenvolvimento.

No cenário de um suposto aquecimento global, as ilhas de calor não são diretamente responsáveis, pois se trata de uma anomalia local do clima. Os impactos da ilha de calor são indiretos e têm efeitos sobre as observações de séries temporais de estações, usadas para construir a média da temperatura global. A maioria das estações está localizada nas cidades, e o efeito da ilha de calor pode conduzir a uma contaminação do registro da série. Técnicas para remover os efeitos urbanos podem ser inadequadas (OKE, 1997; CHANGNON, 1999), além de limitarem a intenção em incluir o papel dos atributos urbanos sobre a sua atmosfera.

KRUGER *et al.* (2004) chamam a atenção para a análise de tendência das séries temporais na África do Sul, cuja maioria das estações meteorológicas são classificadas como urbanas, mas não comprometem a análise de tendências, pois estão situadas na periferia das cidades e, portanto, não são significativamente influenciadas pela ilha de calor urbana. Nesse caso, é clara a intenção dos autores em segregar as estações de

qualquer influência do ambiente urbano para que a temperatura registrada seja a do ar livre, valorizando o conceito tradicional do clima.

Em estudo recente, BORNSTEIN *et al.* (2012) investigam as possíveis relações que possam ocorrer entre as mudanças climáticas globais e as ilhas de calor urbana, reforçando a desigualdade entre escalas espaciais, isto é, global e local. Foi mostrada esta análise com dados de temperatura máxima para o período de 1970-2005 para uma região bastante populosa ao sul da Califórnia, que exibia um padrão complexo de resfriamento nas áreas costeiras e de aquecimento em áreas do interior. O resfriamento costeiro foi determinado pelo aquecimento de áreas interioranas, produzidas por invasões da brisa marítima, ou seja, uma reação inversa para o aquecimento global. Para investigar as interações entre aquecimento global e expansão da ilha de calor urbana, pares de locais foram identificados, próximo de fronteiras de resfriamento e aquecimento. Quanto maior o índice de crescimento da cidade, mais rápida é a dilatação da ilha de calor. O resfriamento costeiro é mais provável em climas marítimos da costa oeste, gerando ilhas frias urbanas que segregam o aquecimento global e reduzem o estresse térmico em climas de solo seco e rural, enquanto o aumento de eventos de estresse térmico é mais provável em climas de solos úmido e rural.

Nesse contexto das mudanças climáticas globais, KAWAMOTO *et al.* (2012) exaltam o papel da brisa marítima como uma mitigação da ilha de calor urbana na região metropolitana de Tóquio, no Japão. A brisa marítima da baía de Tóquio é um fator importante para mitigar o aumento da temperatura do ar, principalmente no verão. No entanto, a urbanização contínua mudou não apenas o mecanismo do balanço de energia na superfície urbana, mas também o sistema de brisa do mar na região. Para esclarecer os efeitos da urbanização, um modelo meteorológico de mesoescala foi adotado para análise. Os resultados da simulação sugerem que a expansão da área metropolitana de Tóquio, a partir dos anos de 1970 até a década de 1990, induziu a um aumento da temperatura de superfície, com maior diferença nas zonas interiores. Esses resultados sugerem que o processo de urbanização em curso pode elevar a

temperatura do ar e mudar o sistema de brisa marítima na região metropolitana de Tóquio.

1.2. Breve revisão sobre a produção, monitoramento e mitigação da ilha de calor

Os principais aspectos, implicações e efeitos da ilha de calor são analisados por VOOGT (2002). Para o autor, a ilha térmica é derivada de um clima adverso modificado pelas alterações atmosféricas e de superfície em áreas urbanas. Mudanças na radiação e no balanço de energia da superfície conduzem primeiramente à redução nas taxas de resfriamento nas áreas urbanas, comparadas àquelas de seus arredores. Apresenta implicações para o conforto humano e saúde, na poluição do ar urbana, na gerência de energia e no planejamento urbano.

Os conceitos, métodos, metodologias e as ferramentas empregadas para compreender e mitigar a ilha de calor são discutidos por RIZWAN *et al.* (2008). Os autores frisam que a ilha de calor é causada pelo aquecimento solar indireto e pelo calor antropogênico. Há uma necessidade de desenvolver métodos para verificar a redução dos efeitos adversos do fenômeno a partir de projetos que utilizem os parâmetros oriundos dos resultados das pesquisas em clima urbano.

GRIMMOND (2006) reúne os recentes progressos na observação e medição do ambiente urbano. Uma atenção é dada à coleta e ao armazenamento de dados por longos períodos, particularmente nas cidades tropicais, e com grande diversidade morfológica e de usos urbanos.

OKE (2006) preocupa-se em melhorar a comunicação em clima urbano, haja vista que diversas áreas do conhecimento tem se interessado por esse tópico, tornando-o um tema interdisciplinar. Criar uma forma de facilitar a interação entre os diversos cientistas, incluindo aqueles que estudam os mecanismos e efeitos quanto à aplicação no planejamento e gestão do espaço geográfico. Uma alternativa eficiente será a utilização de um conjunto de símbolos e terminologias que melhor expressam os resultados, a fim de padronizar as variáveis e auxiliar na comparação e na comunicação dos resultados.

KANDA (2006) revisa os progressos realizados na meteorologia urbana nas últimas décadas. Inicialmente, é apresentada a dificuldade em generalizar superfícies urbanas devido a sua diversidade na aplicação de uma única lei física. A secção 2 descreve as características das superfícies urbanas como o limite inferior da atmosfera. A secção 3 explica as características do ambiente urbano, incluindo os campos de temperatura, de circulação do ar e de precipitação. Na última secção descrevem-se os recentes progressos na modelagem numérica e as tecnologias promissoras, revelando uma futura e possível orientação para estudos meteorológicos urbanos.

GÓMEZ *et al.* (1998) exploram a importância das áreas verdes na cidade de Valência na Espanha e descrevem o papel de amortecimento de áreas verdes em vários aspectos no espaço urbano. Em trabalho mais recente, ALEXANDRIA e JONES (2008) visam o efeito térmico dos telhados e paredes verdes sobre o ambiente construído em um *canyon* urbano de diferentes cidades do mundo (Londres, Montreal, Moscou, Atenas, Beijim, Riyadh, Hong Kong, Brasília e Mumbai). Partindo dessa pesquisa quantitativa, mostrou-se que há um potencial importante para redução das temperaturas urbanas quando o teto do edifício for coberto com vegetação. Em um clima mais quente e seco, o efeito da vegetação é maior. A redução da temperatura é afetada primeiramente pela própria vegetação. Quanto maior a radiação solar incidente, maior será a redução da temperatura quando a superfície é coberta por vegetação.

Sem esgotar a bibliografia, uma ampla discussão em clima urbano é encontrada em TAHA (1997), ARNFIELD (2003), OKE *et al.* (2006), GRIMMOND (2006), KANDA (2006), ROTH (2007) e RIZWAN *et al.* (2008). Um destaque é dado ao artigo de STEWART (2011), que realiza uma revisão crítica acerca das metodologias empregadas nas pesquisas sobre ilhas de calor, que, em sua maioria, revelam uma prática científica incipiente.

2. Métodos empregados nas pesquisas sobre ilhas de calor: breve revisão

A produção bibliográfica em clima urbano é significativa nos últimos 20 anos e tem se concentrado em contribuições nas metodologias e nas técnicas empregadas

(ARNFIELD, 2003; KANDA, 2006; STEWART, 2011), desde as abordagens mais tradicionais, como os estudos de séries temporais climatológicas com análises estatísticas variadas (CHUNG *et al.*, 2004; HOMAR *et al.*, 2010) e o emprego dos transectos de redes móveis e fixas (SUN *et al.*, 2009; MURPHY *et al.*, 2011), até os procedimentos mais recentes e robustos, como é o caso do sensoriamento remoto (STREUTKER, 2003; CHEVAL *et al.*, 2009; STATHOPOULOU and CARTALIS, 2009; IMHOFF *et al.*, 2010) e da modelagem atmosférica (YOSHIKADO, 1994; EZBER *et al.*, 2007; VAN WEVERBERG *et al.*, 2007; KARAM *et al.*, 2010; OLESON *et al.*, 2011; ZHANG *et al.*, 2010).

Os métodos empregados delimitam ao menos quatro abordagens: o emprego de transectos fixos e móveis, análise de séries temporais, o sensoriamento remoto e a modelagem atmosférica.

Transectos em redes de estações móveis e fixas distribuem-se a partir de pontos espalhados pela cidade e visam colher os registros, preferencialmente de temperatura (mas também são colhidos dados de umidade relativa e de vento, sua direção e intensidade) em diferentes espaços, na tentativa de identificar contrastes térmicos que serão determinantes na magnitude da ilha de calor (ALCOFORADO e ANDRADE, 2006; SOFER e POTCHTER, 2006; SUN *et al.*, 2009; MURPHY *et al.*, 2011). Apesar da sua importância, a técnica com transectos não será priorizada nesta breve discussão.

A análise de séries temporais é a mais tradicional das técnicas e tem como principal atributo avaliar a evolução dos dados meteorológicos e como a ilha de calor urbana os influencia. Nesse caso, o conceito de ilha de calor refere-se à diferença entre a temperatura da estação urbana e rural -- a partir das diferenças entre as estações revela-se a ilha de calor, geralmente condicionada e intensificada nas estações urbanas. Entretanto, as séries temporais não necessariamente são analisadas a partir da separação entre estações urbanas e rurais para se estimar uma possível ilha de calor pontual temporalmente. Essas séries podem ser analisadas revelando sua evolução temporal e tendências observadas para melhor compreender o cenário do clima em que será espacializada a ilha de calor urbana.

De um modo geral, nos trabalhos revisados, os elementos analisados do clima são precipitação (pluviosidade) e temperatura (máxima, mínima e/ou média), cuja temporalidade dos dados varia desde diários, mensais, sazonais até anuais. Quanto à periodicidade, o período varia entre 35 e 110 anos de dados. Períodos mais curtos são inferiores a 40 anos, geralmente a partir de 1970 até o presente. Períodos bem curtos, como no trabalho de LEE e BAIK (2010) para Seoul na Coreia do Sul, utilizam uma série de apenas 4 anos (1999-2002) e comparam as estações urbanas e rurais a partir de dados horários de temperatura.

O conjunto de estações utilizadas considera o maior número possível, desde que apresentem dados confiáveis (a fonte) e/ou com uma série sem ou com poucos períodos interrompidos de dados faltosos. Neste caso, geralmente, muitos se utilizam de técnicas de preenchimento de dados. O acesso à série depende do registro histórico documentado e da disponibilidade por parte dos órgãos oficiais responsáveis.

Estudos que mostram interesse pelas cidades ou regiões metropolitanas concentram-se em uma única estação ou em um número pequeno (até 4) que melhor represente o clima urbano, aquele comprometido com o organismo funcional da cidade.

Em Nova York, GAFFIM *et al.* (2008) utilizaram a estação meteorológica do Central Park, em Manhattan, e a compararam com a média de 23 estações que cercam a cidade, com distâncias que variam de 50 a 150 quilômetros de seu centro. O objetivo foi comparar a estação urbana do Parque com as demais 23 estações rurais e/ou suburbanas e, assim, definir a evolução temporal da ilha de calor, assim como a sua magnitude.

Os métodos estatísticos mais comuns, utilizados para a análise de tendência, são o de regressão linear (simples e múltipla) e o teste de Mann-Kendall, este usado extensivamente em estudos de tendências hidrológicas. Adicionalmente, trabalhos que se utilizam da análise de componente principais (ACPs) são pouco utilizadas, mas importantes para sintetizar a análise dos grandes grupos de séries temporais (HANSEEN-BAUER e FORLAND, 2000).

XAVIER e PEREIRA FILHO (2007) enfatizam a importância das técnicas estocásticas para a análise de séries temporais, incluindo a análise de variância e a regressão linear. Os

autores utilizam essas técnicas para a análise dos dados de pluviosidade, temperatura, pressão e umidade relativa, diária e mensal, entre 1936 e 2005, da estação meteorológica da Universidade de São Paulo (USP).

Os cenários e tendências descritos pelas séries temporais são associados às causas de ordem natural, antrópica ou a ambas simultaneamente. O que se conclui, a princípio, é a grande dificuldade em atribuir uma única causa ou fenômeno, o comportamento descrito pela série temporal ou ainda estabelecer a relação de causa e efeito, muito comum nos estudos de clima urbano.

Os estudos de séries temporais são abundantes e contemplam grande parte da série de dados do século XX e tratam especialmente da temperatura. Maiores detalhes são encontrados, por exemplo, nos seguintes trabalhos: TAYANC e TOROS (1997) para a Turquia; BOHM (1998) para Viena na Áustria; CHENOWETH (1998) para as ilhas Bahamas na América Central; CHANGNON (1999) para os EUA; MONTAVEZ *et al.* (2000) para Granada na Espanha; TURKES *et al.* (2002) para diversas cidades da Turquia; KIM e BAIK (2004) para Seoul na Coreia do Sul; CHUNG *et al.* (2004) para diversas cidades da Coreia do Sul; CONWAY *et al.* (2004) para Addis Abeba na Etiópia; EZBER *et al.* (2007) para Istambul na Turquia; SAJJAD *et al.* (2009) para Karachi no Paquistão; HOMAR *et al.* (2010) para as Ilhas Baleares na Espanha; LAI e CHENG (2010) para Taiwan; LIU *et al.* (2010) para diversas cidades da China.

A terceira e quarta abordagem, o sensoriamento remoto (STREUTKER, 2003; CHEVAL e DUMITRESCU, 2008; STATHOPOULOU e CARTALIS, 2009; IMHOFF *et al.*, 2010) e a modelagem atmosférica (YOSHIKADO, 1994; EZBER *et al.*, 2007; VAN WEVERBERG *et al.*, 2007; KARAM *et al.*, 2010; OLESON *et al.*, 2010; ZHANG *et al.*, 2010), englobam procedimentos mais recentes e com um alto grau de complexidade e sofisticação. Nesses métodos há uma grande vantagem sobre os demais por explorar a espacialização, restritos naqueles dois primeiros. Entretanto, em muitos trabalhos, o sensoriamento remoto e a modelagem têm sido empregados em conjunto com os transectos fixos e móveis buscando validar os dados remotos e simulados e, assim, complementar a metodologia de análise (SUN *et al.*, 2009).

O uso do sensoriamento remoto consiste em uma alternativa objetiva para os estudos de clima urbano, permitindo aplicá-lo na avaliação das ilhas de calor urbana (GALLO *et al.*, 1995) a partir do uso das bandas termais. RAO (1972), segundo a literatura pesquisada, foi um dos primeiros autores a mostrar a aplicação do sensoriamento remoto ao estudo do clima urbano. A partir da banda termal (10,2-12,5 um) do satélite TIROS (ITOS-I), a temperatura da superfície das cidades ao longo da costa do médio Atlântico foi mapeada. Simultaneamente e complementarmente, são utilizados índices a partir dos demais canais do sensor para reforçar as pesquisas em clima urbano, desde os mais clássicos índices de vegetação, FR, SAVI e NDVI (ZHA *et al.*, 2003; YUAN e BAUER, 2007; XU, 2008; ZHANG *et al.*, 2009; IMHOFF *et al.*, 2010) até índices para áreas construídas, tais como o NDBI, IBI e ISA (ZHA *et al.*, 2003; CHEN *et al.*, 2006; XIAN e CRANE, 2006; YUAN e BAUER, 2007; XU, 2008; ZHANG *et al.*, 2009; IMHOFF *et al.*, 2010).

Em uma edição especial do periódico científico *Remote Sensing of Environment*, CARLSON (2003) revisa as aplicações do sensoriamento remoto aos estudos urbanos. Para o autor, o progresso no monitoramento da urbanização por sensoriamento remoto é importante para cientistas e planejadores urbanos estreitarem a comunicação, unindo conhecimento técnico e gerenciamento da cidade. Nesta revisão, em todos os trabalhos, há o emprego de um ou mais satélites associados a outras ferramentas, como o sistema de informação geográfica (GIS). A preferência, nesses trabalhos, é por resoluções espaciais entre 15m e 30m, consideradas como ideais para muitas aplicações sociais, tais como a modelagem do crescimento urbano. Dentre os sensores utilizados, estão o Ikonos, Meteosat, Modis, Aster e o Landsat.

VOOGT e OKE (2003) revisam o uso da banda termal para fins de estudo do clima urbano, incidindo principalmente sobre o efeito ilha de calor. Embora ocorram progressos, o avanço é lento e tem se restringido à descrição qualitativa. Os autores salientam o surgimento de novos sensores e do uso cada vez mais difundido dos sensores infravermelhos, o que igualmente explora o monitoramento da ilha de calor e o entendimento do clima urbano.

Para VOOGT e OKE (2003), as pesquisas de sensoriamento remoto aplicadas ao clima urbano precisam ser aperfeiçoadas nas seguintes áreas: (1) determinação apropriadamente da radiação das estruturas da superfície (por exemplo, a emissividade) para melhor descrever a superfície urbana e assegurar se são apropriados para o uso em modelos atmosféricos urbanos; (2) modelos de transferência radiativa entre as edificações e modelos de balanço de energia para melhor simular e compreender a anisotropia termal urbana e a ligação entre as temperaturas de superfície, o balanço de energia da superfície e a temperatura do ar no interior e acima da camada intra-urbana; (3) executar estudos observacionais com o objetivo de obter melhores validações dos parâmetros de superfície derivados por sensoriamento remoto.

WENG e QUATTROCHI (2006), em outra edição especial do periódico *Remote Sensing of Environment*, revisam a utilização do sensoriamento remoto para as áreas urbanas com a utilização da banda termal. Os autores discutem a utilização de imagens de satélite de média resolução como o Landsat TM/ETM+ e o Aster e de alta resolução (até 10 metros) do ATLAS. A revisão é agrupada em quatro sub-temas: (1) descrição e análise quantitativa da temperatura da superfície, as ilhas de calor urbanas e suas relações com características da superfície e morfologia da cidade; (2) validação da radiação térmica e da temperatura da superfície terrestre com medições *in situ* e calibração de imagens termais para uma melhor quantificação e análise dos dados termais sobre áreas urbanas; (3) análise da temperatura da superfície terrestre a partir de correções para efeitos atmosféricos, emissividade da superfície, rugosidade superficial e anisotropia; (4) fluxos de energia em áreas urbanas e as interações entre temperatura da superfície da terra, a vegetação, o solo e a água e interações terra-atmosfera.

Os modelos numéricos são ferramentas muito utilizadas para a análise dos fenômenos atmosféricos dentro de uma escala temporal e espacial. Para as áreas urbanas, os grupos de modelos operados são os de mesoescala, espaços com dimensões de poucos metros ou quilômetros, como a área central da cidade, ou a mais de uma centena de quilômetros, como as grandes regiões metropolitanas.

KANDA (2006) descreve o progresso na modelagem urbana a partir de experimentos em laboratório e ao ar livre que usam uma disposição semelhante ao ambiente urbano, com obstáculos e elementos rugosos, tais como cubos, blocos e cilindros. WEBER e PUISSANT (2003) modelam o crescimento urbano para a região metropolitana da Tunísia e destacam as tendências futuras com a utilização de imagens de satélite.

Modelos atmosféricos exclusivos para áreas urbanas são conhecidos a partir dos trabalhos de MASSON (2000), LEMONSU *et al.* (2004) e PIGEON *et al.* (2006). A utilização da modelagem para os estudos de ilhas de calor tornou-se uma prática recorrente nas últimas décadas, como bem destacam as revisões de HAFNER e KIDDER (1999) e KANDA (2006). Para um nível de maior complexidade da superfície urbana, isto é, a camada limite urbana (CLU) e a camada limite do dossel (CLD), tem se aplicado os modelos tridimensionais, mais eficientes para estimar o balanço de energia da superfície (SEB) no interior dos vales (*canyons*) urbanos (VUKOVICH e KING, 1980; ARNFIELD, 1984; OKE, 1987; GRIMMOND e OKE, 1991; GRIMMOND e OKE, 2002; YOSHIKADO, 1992; MASSON, 2000; KUSAKA *et al.*, 2001; MARTILLI *et al.*, 2002). Os modelos de mesoescala, de menor complexidade, como o *mesoscale model* (MM-5) e o *regional atmospheric modeling system* (RAMS), tem sido amplamente utilizados para simular a ilha de calor urbana (KINOUCI e YOSHITANI, 2001; VELAZQUEZ-LOZADA, 2006; LIN *et al.*, 2010).

O uso atual dos modelos de mesoescala mostra a habilidade de reproduzir o fenômeno da ilha de calor urbana e seus efeitos correlatos, que simulam não somente a intensidade, mas também sua estrutura espacial e sua dinâmica temporal. Dentre os efeitos, estão os impactos dos fluxos de calor, o início de uma tempestade, as brisas de terra e mar, as brisas urbanas e a poluição atmosférica.

A aplicação desses modelos abre perspectivas na mitigação da ilha de calor, como a avaliação do papel de sistemas de condicionamento de ar ou o impacto da dinâmica urbana na poluição do ar. Contudo há uma necessidade de validar os diferentes modelos urbanos com a parametrização das variáveis urbanas.

3. Considerações finais

Este artigo é uma pequena parte da revisão bibliográfica elaborada para a tese de doutorado do autor, que abordou a problemática da ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro (LUCENA, 2012). A intenção do artigo foi resgatar e discutir as bases conceituais do clima urbano e explorar as técnicas e métodos usuais de pesquisa, dedicados ao fenômeno da ilha de calor.

A ilha de calor, como um produto do clima urbano (OKE, 1987) e uma modalidade de mudanças climáticas, é um fenômeno anômalo do espaço urbano e, portanto, tem gerado interesse de diversos campos da ciência. O interesse científico se justifica pela sua interferência em muitos sistemas-objeto de estudo, como a própria atmosfera, objeto de estudo da Meteorologia e da Climatologia; a bacia hidrográfica, principal unidade espacial do planejamento ambiental e objeto da Hidrologia e Engenharias afins; e o planejamento urbano, objeto de análise das Engenharias, da Arquitetura e Urbanismo e da Geografia. Em virtude da sua influência sobre o espaço urbano, ainda mais quando representada em espaços metropolitanos, o tratamento dado à análise teórica e metodológica da ilha de calor necessita de um maior desdobramento, de forma que seu estudo não se mostre rudimentar ou mesmo inconsistente. Neste contexto, algumas proposições são recomendadas nos parágrafos seguintes.

Nos estudos de séries temporais, além da clássica análise de tendência por regressão linear, sugere-se a incorporação da ANOVA, análise de variância, que incorpora o nível de significância das amostras para validar estaticamente as mudanças preexistentes.

Para as análises de tendências, nos moldes delineados para a análise de regressão linear e a sua significância estatística por meio da variância, é indicada a análise de

“A quantificação da ilha de calor identificada por sensoriamento remoto é, muitas vezes, controversa e incorreta, pois geralmente se baseia somente na temperatura absoluta, ao passo que a ilha de calor é um cálculo de diferença, e não pode ser confundida com os valores absolutos.”

Fourier e a análise espectral e outros testes para a significância estatística da análise linear, como os testes não-paramétricos de Mann-Kendall e Kruskal-Wallis.

Para o tratamento de uma grande quantidade de dados, recomenda-se a análise por componentes principais, uma técnica de regionalização e identificação de grau de similaridade entre os dados. A técnica pode ser trabalhada em conjunto com a análise de regressão linear.

A diversidade de alternativas metodológicas para emprego do sensoriamento remoto é uma grande vantagem para os estudos do clima urbano. A adoção da temperatura da superfície continental (TSC) é a principal delas. A TSC não deve ser confundida com a temperatura de brilho, que não carrega qualquer correção dos contaminantes atmosféricos, dissimulando, assim, a temperatura real da superfície. Esta é uma prática comum nos estudos de ilha de calor, que erroneamente denominam a temperatura de brilho como temperatura da superfície continental, um grave erro instrumental que compromete a quantificação e mapeamento espacial da temperatura.

Um cálculo razoável de obtenção da TSC deve utilizar, após o processo de correção radiométrica e do cálculo da temperatura de brilho, a correção atmosférica que leva em conta o mascaramento de nuvens, a transmitância atmosférica e a emissividade. Trata-se de uma expressiva contribuição em sensoriamento remoto para as áreas urbanas nas pesquisas de ilha de calor.

Índices obtidos em sensoriamento remoto podem ser analisados em conjunto com a TSC. Além do tradicional índice para área vegetada, o índice de vegetação por diferença normalizada, o NDVI, e outros índices, pouco conhecidos ou aplicados na literatura, podem ser incorporados, como o índice de área construída (IBI), a área impermeável da superfície (ISA), índice de área construída por diferença normalizada (NDBI), índice de condição de temperatura (TCI), índice de condição de vegetação (VCI), entre outros. Os índices podem ser adotados como indicadores complementares na análise integrada entre a temperatura, a vegetação e a área construída, diversificando as aplicações do sensoriamento remoto no ambiente urbano, em particular quando o interesse é aprofundar as técnicas de sensoriamento remoto para uma melhor interpretação da ilha de calor na metrópole.

A quantificação da ilha de calor identificada por sensoriamento remoto é, muitas vezes, controversa e incorreta, pois geralmente se baseia somente na temperatura absoluta, ao passo que a ilha de calor é um cálculo de diferença, e não pode ser confundida com os valores absolutos. Propõe-se um cálculo por meio de grupos de classes, como as classes de uso do solo, a partir da diferença entre pixels de classes de solo “urbano” e “rural” ou entre “urbano” e “vegetação”. Certamente que novos métodos e cálculos devem ser testados e construídos para quantificar, espacializar ou qualificar a ilha de calor, desde que acordados com os princípios teóricos elementares, isto é, tratando da diferença entre valores, e não de valores absolutos.

A modelagem atmosférica é uma ferramenta interessante quando se pretende comparar seus resultados com aqueles obtidos com o sensoriamento remoto e com os dados de estações meteorológicas. Neste caso, a simulação da temperatura é um dos principais produtos resultantes da modelagem e que se pretende comparar com a TSC estimada por sensoriamento remoto e com a temperatura do ar registrada em estações meteorológicas. Recomenda-se incluir outros produtos da modelagem, como os campos de calor latente e sensível, os campos de vento e altura da camada limite e os campos de umidade do ar e do solo. São parâmetros que podem oferecer um melhor panorama para a compreensão da ilha de calor, principalmente em regiões com relativa complexidade em sua paisagem natural, com a presença conjunta de morros, florestas e corpos hídricos oceânicos e continentais.

A integração de mais de uma técnica para o tratamento de dados primários ou gerados e a investigação por mais de uma fonte de dados, isto é, seja de estações meteorológicas, seja por sensoriamento remoto ou por modelagem atmosférica, tende a consubstanciar, de fato, o conhecimento da ilha de calor, incorporando uma robustez teórico-conceitual e metodológica.

4. Referências bibliográficas

ALCOFORADO, M.J., ANDRADE, H., 2006, “Nocturnal urban heat island in Lisbon (Portugal): main features and modelling attempts”, *Theoretical and Applied Climatology*, vol. 84, pp. 151–159;

- ALEXANDRIA, E. L., JONES, P., 2008, "Temperature decreases in an urban canyon due to green walls and green roofs in diverse climates", *Building and Environment*, vol. 43, n. 4 (April), pp. 480–493;
- ARNFIELD, A.J., 1984, "Simulating radiative energy budgets within the urban canopy layer", *Modeling and Simulation*, vol. 15, pp. 227–233;
- ARNFIELD, A.J., 2003, "Two decades of urban climate research: A review of turbulence, exchanges of energy and water and the urban heat island" *International Journal Climatology*, vol. 23, pp.1–26;
- BOHM, R., 1998, "Urban bias in temperature time series – a case study for the city of Vienna, Austria", *Climatic Change*, vol. 38, pp. 113–128;
- BORNSTEIN, R., STYRBICKI-IMAMURA, R., GONZÁLEZ, J.E., LEBASSI, B., 2012, "Interactions of Global-Warming and Urban Heat Islands in Different Climate-Zones". In: Fernando, H. J. S., Klaić, Z., McCulley, J.L. (eds), National security and human health implications of climate change. Nato science for peace and security series C: environmental security, chapter 5, Dordrecht, Netherlands, Springer;
- BRETZ, S., AKBARI, H., ROSENFELD, A., 1998, "Practical issues for using solar-reflective materials to mitigate urban heat islands", *Atmospheric Environment*, vol. 32, n. 1, pp. 95-101;
- CARLSON, T., 2003, "Applications of remote sensing to urban problems", *Remote Sensing of Environment*, vol. 86, pp. 273–274;
- CHANDLER, T. J., 1965, *The climate of London*. London, Hutchinson e Co. Publishers LTD;
- CHANGNON, S. A., 1999, "A rare long record of deep soil temperatures defines temporal temperature changes and an urban heat island", *Climate Change*, vol. 42, pp. 531–538;
- CHANGNON, S. A., KUNKEL, K. E., REINKE, B. C., 1996, "Impacts and responses to the 1995 heat wave: a call to action", *Bulletin of the American Meteorological Society*, vol. 77, pp.1497–1505.
- CHEN, X., L., ZHAO, H. M., LI, P. X. et al., 2006, "Remote sensing image-based analysis of the relationship between urban heat island and land use/cover changes", *Remote Sensing of Environment*, vol. 104 pp. 133–146;
- CHENOWETH, M., 1998, "The early 19th century climate of the Bahamas and a comparison with 20th century averages", *Climatic Change*, vol. 40, pp. 577–603;

- CHEVAL, S., DUMITRESCU, A., 2008, "The July urban heat island of Bucharest as derived from Modis images", *Theoretical and Applied Climatology*, vol. 91, n.1-4, pp. 1-9;
- CHUNG, U., CHOI, C., YUN, J.I., 2004, "Urbanization effect on the observed change in mean monthly temperatures between 1951–1980 and 1971–2000 in Korea", *Climatic Change*, vol. 66, pp. 127–136;
- CONWAY, D., MOULD, C., BEWKET, W., 2004, "Over one century of rainfall and temperature observations in Addis Ababa, Ethiopia", *International Journal Climatology*, vol. 24, pp. 77–91;
- EZBER, Y., SEN, O.L., KINDAP, T., KARACA, M., 2007, "Climatic effects of urbanization in Istanbul: a statistical and modeling analysis", *International Journal Climatology*, vol. 27, pp. 667–679;
- FREITAS, E. D., DIAS, P. L. S., 2005, "Alguns efeitos de áreas urbanas na geração de uma ilha de calor", *Revista Brasileira de Meteorologia*, v.20, n.3, pp. 355-366;
- FUJIBE, F., 2009, "Detection of urban warming in recent temperature trends in Japan", *International Journal Climatology*, vol. 29, pp. 1811–1822;
- GAFFIN, S. R., ROSENZWEIG, C., KHANBILVARDI, R., et al., 2008, "Variations in New York city's urban heat island strength over time and space", *Theoretical and Applied Climatology*, vol. 94, n. 1-2 (Set), pp.1-11;
- GALLO, K. P., TARPLEY, J. D., MCNAB, A. L. et al., 1995, "Assessment of urban heat islands: a satellite perspective", *Atmospheric Research*, vol. 37, pp. 37-43;
- GARCÍA, M. C. M., 1999, *Climatologia Urbana*. Edicions de la Universitat de Barcelona, Barcelona.
- GÓMEZ, F., GAJA, E., REIG, A., 1998, "Vegetation and climatic changes in a city", *Ecological Engineering*, vol. 10 pp. 355–360;
- GRIMMOND, C. S. B., 2006, "Progress in measuring and observing the urban atmosphere", *Theoretical and Applied Climatology*, vol. 84, pp. 3–22;
- GRIMMOND, C.S.B., OKE, T.R., 1991, "An evapotranspiration–interception model for urban areas", *Water Resources Research*, vol. 27, pp. 1739–1755;
- GRIMMOND, C.S.B., OKE, T.R., 2002, "Turbulent heat fluxes in urban areas: observations and a local scale urban meteorological parameterization scheme (LUMPS)", *Journal Applied Meteorology*, vol. 41, pp. 792–810;

- HAFNER, J., KIDDER, S. Q., 1999, "Urban heat island modeling in conjunction with satellite-derived surface/soil parameters", *Journal of Applied Meteorology*, vol. 38, pp. 448–465;
- HANSSEN-BAUER, I., FØRLAND, E., 2000, "Temperature and precipitation variations in Norway 1900–1994 and their links to atmospheric circulation", *International Journal Climatology*, vol. 20, pp. 1693–1708;
- HOMAR, V., RAMIS, C., ROMERO, R., ALONSO, S., 2010, "Recent trends in temperature and precipitation over the Balearic Islands (Spain)" *Climatic Change*, vol. 98, pp.199–211;
- IMHOFF, M.L, ZHANG, P., WOLFE, R.E., BOUNOUA, L., 2010, "Remote sensing of the urban heat island effect across biomes in the continental USA", *Remote Sensing of Environment*, vol. 114, pp. 504–513;
- KANDA, M., 2006, "Progress in the scale modeling of urban climate: Review". *Theoretical Applied Climatology*, vol. 84, pp. 23–33;
- KARAM, H.A., PEREIRA FILHO, A.J., MASSON, V., NOILHAN, J., MARQUES FILHO, E.P., 2010, "Formulation of a tropical town energy budget (t-TEB) scheme", *Theoretical Applied Climatology*, vol. 101, pp.109–120;
- KAWAMOTO, Y., YOSHIKADO, H., OOKA, R., HAYAMI, H., HUANG, H. e KHIEM, M., 2012, "Sea Breeze Blowing into Urban Areas: Mitigation of the Urban Heat Island Phenomenon". In: Kato, S., Hiyama, K. (eds), *Ventilating Cities. Air-flow Criteria for Healthy and Comfortable Urban Living*, Dordrecht (Netherlands), Heidelberg (Germany), London (England), New York (EUA), Springer;
- KIM, Y.H., BAIK, J.J., 2004, "Daily maximum urban heat island intensity in large cities of Korea", *Theoretical and Applied Climatology*, vol. 79, pp. 151–164;
- KINOUCI, T., YOSHITANI, J., 2001, "Simulation of the urban heat island in Tokyo with future possible increases of anthropogenic heat, vegetation cover and water surface" *3rd International Symposium on Environmental Hydraulics*, 6p, Tempe, Arizona, EUA, 5-8 December;
- KONOPACKI, S., AKBARI, H., 2002, *Energy savings for heat island reduction strategies in Chicago and Houston (including updates for Baton Rouge, Sacramento, and Salt Lake City)*. Draft Final Report, LBNL-49638, University of California, Berkeley;
- KRUGER, A.C., e SHONGWE, S., 2004, "Temperature trends in South Africa: 1960–2003", *International Journal of Climatology*, vol. 24, pp. 1929–1945;

- KUSAKA, H., KONDO, H., KIKEGAWA, Y., KIMURA, F., 2001, "A simple single-layer urban canopy model for atmospheric models: comparison with multi-layer and slab models", *Boundary Layer Meteorology*, vol. 101, pp. 329–358;
- LAI, L.W., CHENG, W.L., 2010, "Air temperature change due to human activities in Taiwan for the past century", *International Journal of Climatology*, vol. 30, pp. 432–444;
- LANDSBERG, H. E. 1956. *The Climate of towns*. Ed. THOMAS, W. E., Man`s role in changing the face of the earth. Pub. for the Wenner Grem Foud. for Antropological Research and the National and Cience Found. University of Chicago Press;
- LEE, S.H., BAIK, J.J., 2010, "Statistical and dynamical characteristics of the urbanheat island intensity in Seoul", *Theoretical and Applied Climatology*, vol. 100, pp. 227–237;
- LEMONSU, A., GRIMMOND, C. S. B., MASSON, V., 2004, "Modeling the surface energy balance of the core of an old mediterranean city: Marseille", *Journal Applied Meteorology*, vol. 43, pp. 312–327;
- LIN, W., WANG, B., LI, J., WANG, X., ZENG, L., YANG, L., LIN, H., 2010, "The impact of urbanization on the monthly averaged diurnal cycle in october 2004 in the Pearl river delta region", *Atmósfera*, vol. 23, n. 1 (Jan), pp. 37-51;
- LIU, B., HENDERSON, M., ZHANG, Y., XU, M., 2010, "Spatiotemporal change in China`s climatic growing season: 1955–2000", *Climatic Change*, vol. 99, pp. 93–118;
- LUCENA, A.J., 2012, "A ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro", Tese de Doutorado, Programa de Engenharia Civil, COPPE/UFRRJ;
- MANLEY, G., 1958, "On the frequency of snowfall in metropolitan England", *Quart. Journal Royal Meteorological Society*, vol. 84, pp.70–72.
- MARTILLI, A., CLAPPIER, A., ROTACH, M.W., 2002, "An urban surface exchange parameterisation for mesoscale models", *Boundary Layer Meteorology*, vol. 104, pp. 261–304;
- MASSON, V., 2000, "A physically-based scheme for the urban energy budget in atmospheric models". *Bound-Layer Meteorology*, vol. 94, pp. 357-397.
- MONTAVEZ, J.P., RODRIGUEZ, A., JIMENEZ, J.I., 2000, "A study of the urban heat island of Granada", *International Journal Climatology*, vol. 20, pp. 899–911;
- MURPHY, D.J., HALL, M.H., HALL, C.A.S., HEISLER, G.M., STEHMAN, S.V., ANSELMIMOLINA, C., 2011, "The relationship between land cover and the urban heat island

in northeAstern Puerto Rico”, *International Journal Climatology*, vol. 31, n. 8 (June), pp. 1222–1239;

OKE, T. R., 1981, “Canyon geometry and the nocturnal urban heat island: comparison of scale model and field observation”, *Journal of Climatology*, vol. 1. pp. 237-254.

OKE, T. R., 2006, “Towards better scientific communication in urban climate”, *Theoretical and Applied Climatology*, vol. 84, pp. 179–190.

OKE, T. R., MAXWELL, G. B., 1974, Urban heat island dynamics in Montreal and Vancouver, *Journal of Climatology*, vol. 9. pp. 192-200.

OKE, T.R., 1976, “The distinction between canopy and boundary-layer heat islands”. *Atmosphere*, vol. 14, pp. 268–277;

OKE, T.R., 1982, “The energetic basis of the urban heat island”. *Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society*, vol. 108, pp. 1–24;

OKE, T.R., 1987, *Boundary Layer climate*. 2 ed. Methuen, London

OKE, T.R., 1997, “Surface climate processes”. In: Bailey, W.G., Oke, T.R., Rouse, W.R. (eds), *Surface climates of Canada*, chapter 4, Montreal, McGill-Queen’s University Press;

OKE, T.R., JOHNSON, G.T., STEYN, D.G., WATSON, I.D., 1991 “Simulation of Surface Urban Heat Islands Under ‘Ideal’ Conditions at Night. Part 2: Diagnosis of Causation”, *Bound Layer Meteorology*, vol. 56, pp. 339–358;

OLESON, K.W., BONAN, G.B., FEDDEMAB, J., JACKSON, T., 2011, “An examination of urban heat island characteristics in a global climate model”, *International Journal of Climatology*, vol. 31, pp. 1848–1865;

PIGEON, G., LEMONSU, A., LONG, N., BARRIÉ, J.E., MASSON, V., DURAND, P., 2006, “Urban thermodynamic island in a coastal city analysed from an optimized surface network”, *Boundary-Layer Meteorology*, vol. 120, pp. 315–351;

PONGRACZ, R., BARTHOLY, J., DEZSO, Z., 2006, “Remotely sensed thermal information applied to urban climate analysis”, *Advances in Space Research*, vol. 37, pp. 2191–2196;

RAO, P.K., 1972, “Remote sensing of urban heat islands from an environmental satellite”, *Bulletin American Meteorology Society*, vol. 53, pp. 647-648;

REN, C., YAN-YUNG NG, E., KATZSCHNER, L., 2010, “Urban climatic map studies: a review”, *International Journal of Climatology*, vol. 31, n. 15 (Dez), pp. 2213–2233;

- RIZWAN, A. M., DENNIS, Y.C., LEUNG, L. C., et al., 2008, "A review on the generation, determination and mitigation of Urban Heat Island", *Journal of Environmental Sciences*, vol. 20, pp. 120–128;
- ROSENFELD, A. H., ROMM, J. J., AKBARI, H., POMERANTZ, M., 1998 "Cool Communities: Strategies for Heat Islands Mitigation and Smog Reduction," *Energy and Buildings*, vol. 28, n. 1, pp.51–62;
- ROTH, M. 2007, "Review of urban climate research in (sub) tropical regions", *International Journal of Climatology*, vol. 27, pp. 1859–1873;
- SAJJAD, S.H., HUSSAIN, B. KHAN., M. A; RAZA, A., B. ZAMAN, B., AHMED, I., 2009, "On rising temperature trends of Karachi in Pakistan", *Climatic Change*, vol. 96, pp. 539–547;
- SANTAMOURIS, M., PARAPONIARIS, K., MIHALAKAKOU, G., 2007, "Estimating the ecological footprint of the heat island effect over Athens, Greece", *Climatic Change*, vol. 80, pp. 265–276;
- SOFER, M., e POTCHTER, O., 2006, "The urban heat island of a city in an arid zone: the case of Eilat, Israel", *Theoretical and Applied Climatology*, vol. 85, pp. 81–88;
- STATHOPOULOU, M., CARTALIS, C., 2009, "Downscaling AVHRR land surface temperatures for improved surface urban heat island intensity estimation", *Remote Sensing of Environment*, vol. 113, pp. 2592–2605;
- STEWART, I.D., 2011, "A systematic review and scientific critique of methodology in modern urban heat island literature", *International Journal Climatology*, vol. 31, pp. 200–217;
- STREUTKER, D.R., 2003, "Satellite-measured growth of the urban heat island of Houston, Texas", *Remote Sensing of Environment*, vol. 85, pp.282–289;
- SUN, C.Y., BRAZEL, A.J., CHOW, W.T.L., HEDQUIST, B.C., PRASHAD, L., 2009, "Desert heat island study in winter by mobile transect and remote sensing techniques" *Theoretical and Applied Climatology*, vol. 98, pp.323–335;
- TAHA, H., 1997, "Urban climates and heat islands: albedo, evapotranspiration, and anthropogenic heat", *Energy and Buildings*, vol. 25 pp. 99-103;
- TAYANC, T., TOROS, H., 1997, "Urbanization effects on regional climate change in the case of four large cities of Turkey", *Climatic Change*, vol. 35, pp. 501–524;

- TURKES, M., SUMER, U.M., DEMIR, I.L., 2002, "Re-evaluation of trends and changes in mean, maximum and minimum temperatures of Turkey for the period 1929–1999", *International Journal Climatology*, vol. 22, pp. 947–977;
- VAN WEVERBERG, K., DE RIDDER, K., VAN ROMPAEY, A., 2007, "Modeling the contribution of the Brussels heat island to a long temperature time series", *Journal of applied meteorology and climatology*, vol. 47, pp. 976-990;
- VELAZQUEZ-LOZADA, A., GONZALEZ, J. E., WINTER, A., 2006, "Urban Heat island effect analysis for San Juan, Puerto Rico", *Atmospheric Environment*, vol. 40, pp. 1731–1741;
- VOOGT, J. A., 2002, "Urban Heat Island, Causes and consequences of global environmental change", *Encyclopedia of Global Environmental Change*, vol. 3, pp. 660-666.
- VOOGT, J. A., OKE, T. R., 2003, "Thermal remote sensing of urban climates", *Remote Sensing of Environment*, vol. 86, pp. 370–384;
- VUKOVICH, F. M., KING, W.J., 1980, "A theoretical study of the St. Louis heat island: comparisons between observed data and simulation results on the urban heat island circulation" *Journal Applied Meteorology*, vol. 19, pp. 761–770;
- WEBER, C., PUISSANT, A., 2003, "Urbanization pressure and modeling of urban growth: example of the Tunis Metropolitan Area", *Remote Sensing of Environment*, vol. 86, pp. 341–352.
- WENG, Q. E., QUATTROCHI, D. A., 2006, "Editorial. Thermal remote sensing of urban areas: an introduction to the special issue", *Remote Sensing of Environment*, vol. 104, pp. 119–122;
- XAVIER, T.M.B.S., PEREIRA FILHO, A.J., 2007, Análise das medições e observações meteorológico-climáticas de superfície. In: Pereira Filho, A.J., Santos, P.M., Xavier, T.M.B.S. (eds), *Evolução do tempo e do clima na região metropolitana de São Paulo*, capítulo 6, Linear B; IAG/USP;
- XIAN, G., CRANE, M., 2006, "An analysis of urban thermal characteristics and associated land cover in Tampa Bay and Las Vegas using Landsat satellite data", *Remote Sensing of Environment*, vol. 104, pp. 147–156;
- XU, H., 2008, "A new index for delineating built-up land features in satellite imagery", *International Journal of Remote Sensing*, vol. 29, n. 14, pp. 4269- 4276;
- YOSHIKADO, H., 1992, "Numerical study of the daytime urban effect and its interaction with the sea breeze", *Journal Applied Meteorology*, vol. 31, pp. 1146-1164;

- YOSHIKADO, H., 1994, "Interaction of the sea breeze with urban heat islands of different sizes and locations", *Journal Meteorology Societal of Japan*, vol. 72, pp.139-143;
- YUAN, F., BAUER, M.E., 2007, "Comparison of impervious surface area and normalized difference vegetation index as indicators of surface urban heat island effects in Landsat imagery", *Remote Sensing Environment*, vol. 106, pp. 375-386;
- ZHA, Y., GAO, J, N.I.S., 2003, "Use of normalized difference built-up index in automatically mapping urban areas from TM imagery", *International Journal of Remote Sensing*, vol. 24, pp. 583–594;
- ZHANG, N., GAO, Z., WANG, X., CHEN, Y., 2010, "Modeling the impact of urbanization on the local and regional climate in Yangtze River Delta, China", *Theoretical and Applied Climatology*, vol.102, pp.331–342;
- ZHANG, Y., ODEH, I.O.A., HAN. C., 2009, "Bi-temporal characterization of land surface temperature in relation to impervious surface area, NDVI and NDBI, using a sub-pixel image analysis", *International Journal Applied Earth Observed and Geoinformation*, vol. 11, pp. 256–264.

TERRITÓRIO, GEOGRAFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS:

Notas Histórico-epistemológicas

Marie-Vic Ozouf-Marignier*

Resumo: o presente artigo problematiza a utilização do conceito de território pelas ciências sociais, com destaque para a geografia. Tal uso diz respeito a questões políticas, sociais e de identidade, revelando uma modificação epistemológica das ciências no final do século vinte.

Palavras-chave: território; geografia; ciências sociais; epistemologia; conceitos.

TERRITORY, GEOGRAPHY AND SOCIAL SCIENCES: HISTORY AND EPISTEMOLOGICAL NOTES

Abstract: the present article discusses the concept of territory by social sciences, especially Geography. Emphasizing political, social and identity questions, the use of territory by social sciences shows an epistemological change in the end of 20th century.

Keywords: territory; geography; social sciences; epistemology; concepts.

LE TERRITOIRE, LA GÉOGRAPHIE ET LES SCIENCES SOCIALES: APERÇUS HISTORIQUES ET ÉPISTÉMOLOGIQUES

Résumé: cet article veut interroger l'usage du concept de territoire par les sciences sociales, la géographie à part entière. En concernant à des questions politiques, sociales et de l'identité, cette utilisation révèle un changement épistémologique scientifique à la fin du XXème siècle.

Mots-clés: territoire ; géographie ; sciences sociales ; épistémologie ; concepts.

* Publicado originalmente em: VANIER, Martin (ed.). *Territoires, territorialité, territorialisation. Controverses et perspectives*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009, p. 31-35. Agradeço imenso à profa. Ozouf-Marignier (EHESS) por conceder a publicação de seu artigo à revista *Continentes*. Tradução realizada pelo professor Guilherme Ribeiro no âmbito do Laboratório de Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE/UFRRJ) como parte integrante do projeto *A Geografia como Epistemologia Territorial*, apoiado pela CAPES.

Introdução

Após algumas décadas, o território se impôs como uma evidência no vocabulário das ciências sociais, a ponto de perdemos de vista o quanto sua definição é problemática e plural. Igualmente, esquecemos que o surgimento de uma palavra e de uma noção responde a necessidades e torna-se objeto de uso. Para resistir a tal esquecimento e esclarecer-nos sobre nossas práticas atuais, minha comunicação poderia intitular-se *Territórios, territorialidade, territorialização: e antes?* Ela tem como propósito interrogar sobre as circunstâncias nas quais o recurso a uma palavra e a uma noção manifestaram-se como necessários. Distinguirei três momentos e limitar-me-ei ao contexto das ciências sociais, deixando de lado, mas, sem ignorá-las, as ciências administrativas, jurídicas e políticas. E, tal como obriga a especialização, privilegiarei a geografia.

A geografia clássica: a coisa sem a palavra, existência de uma idéia

Se aderirmos à visão imposta por certos autores de uma geografia vidaliana a-política e confinada em seu naturalismo, podemos declarar, sem rodeios, que o território não existe no pensamento dos geógrafos que dominaram a cena francesa a partir do final do século XIX. Um levantamento das ocorrências da palavra nas obras fundamentais confirmaria esta afirmação. As poucas aparições do vocábulo *território* em obras como o *Tableau de la géographie de la France* (1903) podem ser tomadas como prova — diferentemente dos trabalhos de Ratzel, muito mais inclinados ao seu uso.

Podemos seguir uma outra *démarche* e partir da definição dos dicionários do início do século XX. Neles, *território* remete ao espaço de dominação de um Estado, às questões de circunscrições e de fronteiras. Nesta medida, a geografia contemporânea aparece bem próxima da noção de território, voltada que está para a descrição do cenário dos acontecimentos históricos e políticos e das divisões administrativas. Críticos desta geografia política à moda antiga, no entanto, os vidalianos não dão as costas às noções que ela mobiliza: conforme os trabalhos de Paul Vidal de la Blache e Emmanuel De

Martonne,³ eles não contribuem para a geografia das fronteiras e para a organização dos Estados? Não esqueçamos que, antes que uma geografia humana existisse na bibliografia geográfica internacional, os temas relativos aos fatos sociais eram agrupados sob a rubrica *geografia política*.

Enfim, se observarmos os objetos correntes da historiografia geográfica à época dos vidalianos, encontraremos, fortemente representados, os componentes atualmente enumerados quando se trata de território. Pensemos nas passagens sistematicamente consagradas pelas teses de geografia regional à pertinência dos limites (administrativos ou outros), ao reconhecimento dos *pays* pelos habitantes, às denominações vernaculares etc. Acrescentemos a esta lista os trabalhos dedicados à regionalização (Vidal, Hauser, Vallaux, Laffitte), que identificam a região econômica como um território de planejamento [*aménagement*].

Portanto, o território existe como idéia; porém, sem a palavra — substituída por região, *pays*, paragens [*contrée*], Estado, solo — e sem a conceitualização. Por outro lado, nada de territorialidade ou territorialização. Por quê? Dentre um feixe de respostas possíveis, pode-se alegar que o posicionamento da geografia está em outro lugar. Com o desafio dos anos 1890-1920 de autonomizá-la perante a história e fundá-la à luz do paradigma naturalista, não é de surpreender que a conceitualização da noção de território não tenha ido mais longe.

Não desenvolveremos aqui o estudo de uma segunda geração de trabalhos geográficos, a não ser para dizer que é surpreendente constatar que os geógrafos mais próximos da noção de território são, também, aqueles considerados pouco ou mais ou menos marginais em relação à geografia estabelecida: Jacques Ancel, Roger Dion, Jean Gottman. A geopolítica à moda alemã sobrevalorizou o território?

³ A autora faz menção à participação de ambos no Comitê de Estudos, organizado de maneira a preparar a Conferência de Paz de 1919, quando um novo mapa político foi fixado. Além de Vidal de la Blache e De Martonne, outros geógrafos envolvidos nesta empreitada foram Lucien Gallois, Albert Demangeon, Augustin Bernard, Jean Brunhes e M. Fallez, além da atuação irregular de jovens geógrafos como Georges Chabot, Jules Blache e L. Hautecoeur. Maiores informações a respeito podem ser encontradas na brilhante tese de doutorado de Jean-Baptiste Arrault, *Penser à l'échelle du Monde. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres)*, 2007 (Nota do Tradutor).

Os anos 1980: a manifestação da palavra, a hibridação dos saberes, a imprecisão dos conceitos

É no decorrer dos anos 1980 e, sobretudo, dos anos 1990, que vemos a multiplicação do uso da expressão *território* no conjunto das ciências sociais. Tal impulso pode parecer tardio ou paradoxal, se o comparamos à cronologia de sua utilização pelas políticas públicas: surgido sob a Ocupação,⁴ o planejamento do território encontra sua consagração enquanto expressão e instituição nos anos 1960, mas sofre uma diminuição no final dos anos 1970 e durante a década seguinte. Nas ciências sociais, o emprego da palavra ultrapassa sensivelmente os limites do planejamento, mesmo sendo este um tema privilegiado por certas disciplinas — em particular, a geografia.

A respeito deste período, muitas observações podem ser extraídas. De início, nota-se uma certa dificuldade do vocábulo *território* de se emancipar de conceitos então dominantes, tais como espaço, paisagem e local. De maneira geral, se as ciências sociais se interessam (ou reinteressam), de forma unânime, pela inscrição geográfica dos processos sociais, elas cedem a formas lexicais que valorizam ora o espaço, ora a paisagem, ora o território, porém sem precisar suas respectivas acepções. Verdade que em raras circunstâncias, porém, a geografia é a única a abordar de frente a questão (*Géopoint*, 1º volume da *Géographie Universelle*, por exemplo).

Em segundo lugar, constata-se que, embora convocado em várias manifestações interdisciplinares, o tema do território quase não é reconhecido enquanto um recurso comum ao conjunto das ciências sociais: nada de “territorial turn”, nada de explicitação do conceito — exceção feita a alguns autores, como Claude Raffestin e Marcel Roncayolo. Mesmo no âmago das disciplinas, a noção corresponde a definições variadas. Porém, trabalharemos com a hipótese de que o território responde a expectativas disciplinares distintas e, em certos casos, até mesmo, simétricas. De todo modo, os exemplos mencionados aqui são, necessariamente, esquemáticos, e não têm a pretensão de esgotar a variedade de posições epistemológicas.

⁴ Refere-se à ocupação da França pela Alemanha entre 1940 e 1944 (N.T.).

Para a geografia, a noção de território se precisa em relação à noção de espaço, permitindo reintroduzir o sujeito e o ator, suas práticas e representações, algo que a análise quantitativa e funcional fez perder de vista. O mesmo ocorre para o pequeno número de historiadores envolvidos no estudo de temas geográficos, tais como a cidade, as comunicações, a administração. Confrontados em suas pesquisas com a “produção” ou a “construção” de centros, malhas e redes, o recurso ao território decorre da atenção dada às intenções, às apropriações e às diferenciações.

Para os sociólogos, traremos a hipótese de que a atenção ao território ocorreu diante da constatação do sufocamento da noção de classe social: a proximidade e a contiguidade (ou a distância e o limite) geográficas tornam-se um recurso para decifrar um social que resiste à análise por categorias. Na evolução da sociedade contemporânea, os sociólogos dos anos 70-80 observaram também uma redução do pertencimento profissional em proveito do pertencimento territorial. De modo transversal à classe social — ver, sobretudo, os trabalhos de Chamboredon —, a dimensão material da vida social, especialmente a habitação, valoriza o espaço (residência, bairro, região) em termos de solidariedade.

Quanto aos antropólogos, eles parecem investir com predileção, por meio do questionamento sobre a identidade, em uma declinação do território (a saber, o local). Inclusão e exclusão suscitam, novamente, um jogo de vaivém do social ao espacial, de um espacial apropriado social e simbolicamente. Esta abordagem gera muitos campos de estudo. Os não-lugares de Marc Augé inscrevem-se na reflexão sobre a articulação entre o local e o global, mas não sem o uso dos termos *lugar* e *espaço* (social ou público). Em uma outra linha, trabalhos sobre fronteiras culturais (A. Morel, C. Bromberger) e análises de culturas regionais ganham novo fôlego. O papel do repatriamento da antropologia do exótico em direção à metrópole explica, sem dúvida, por uma parte, que essa busca por alteridade/identidade esteja ancorada na alternativa território/perda ou fim dos territórios.

Em todos os casos, descobrir as razões da recorrência à noção de território por estas disciplinas depende de uma *démarche*⁵ retrospectiva, e não de um acompanhamento epistemológico de escolha de objetos, métodos ou problemáticas.

O território e o tempo: enfim, a territorialização

Será necessário esperar a virada do milênio para que, aqui e ali, fosse introduzido um pouco de rigor na conceitualização da noção de território, no contexto de um desenvolvimento desenfreado da coisa-território (recomposições territoriais e multi-territoriais) e da palavra *território*, que chega, mesmo, a eclipsar a palavra *espaço*.

Muitas tendências fortes apareceram, tendências incorporadas às que realcei no período anterior. A ordem de exposição que adoto não presume suas hierarquias. Assim, em primeiro lugar, o território aparece como um meio para as ciências sociais introduzirem a lógica dos atores na análise da espacialização do social. E, como eco, é em direção a estes mesmos atores da produção do espaço ou do planejamento (atores profissionais, eleitos ou membros da sociedade civil) que se voltam as políticas públicas de *aménagement* e, através da idéia de *governança*, a ação política em sentido amplo. Apesar do historiador Bernard Lepetit se perguntar se “a história leva os atores a sério”, e se propor a fazê-lo tendo a cidade como exemplo, e embora não haja colóquio de geógrafos sobre território sem alguma seção referente aos atores, as leis do planejamento continuam a associá-los à cultura de projetos e aos conselhos de desenvolvimento. Sabemos que tal posicionamento se deve à sociologia pragmática. Esse reconhecimento dos jogos sociais, das argumentações e das *démarches* performativas suscita um debate fundamental, opondo o construtivismo ao essencialismo: um território é um dado ou algo construído? A opção generalizada pela segunda asserção não excluiu a persistência de uma ficção fundamental: a da coerência e da pertinência territorial enquanto absolutos. Assim, não há mais colóquio “territorial” que não interrogue a pertinência dos limites institucionalizados ou dos que pretendem sê-lo. Os etnólogos — pelo menos alguns — parecem ceder mais

⁵ Método, trajetória (N.T.).

facilmente à realidade das identidades territoriais preexistentes, inscritas nas tradições e na psicologia social. Outros alegam territorialidades construídas graças a ferramentas mais ou menos novas: políticas de comunicações, logomarcas, festas, denominações, operações comerciais e turísticas de toda ordem. Quando a memória cruza os horizontes de expectativa, as identidades se misturam. Contudo, não é aí, entre territorialidade e territorialização, que reside o território?

Isto nos conduz a uma segunda tendência: a de autores que sublinham a ligação entre território e tempo. O território seria como que uma designação sintética do par espaço-tempo. Em 1982, o sociólogo Michel Marié já dizia que “Para tornar-se território, o espaço tem necessidade da espessura do tempo, de repetições silenciosas, de maturações lentas”. Mais tarde, Marcel Roncayolo assim nos exortaria: “Corremos

“Para a geografia, a noção de território se precisa em relação à noção de espaço, permitindo reintroduzir o sujeito e o ator, suas práticas e representações, algo que a análise quantitativa e funcional fez perder de vista”

o risco de distinguir mal a parte da geografia e a parte da história. As construções territoriais são, antes de tudo, tempo consolidado”. Enfim, para Jean-Luc Piveteau, geógrafo que faz referência aos trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs, “a memória semiotiza o espaço e o espaço estabiliza a memória; a síntese movente desses dois tempos interpenetrados — as próprias necessidades analíticas introduzem as discontinuidades — é o território” (1996). Ele mostra que os agentes da

cristalização do território (topônimos, paisagens) funcionam conforme um processo circular e, mesmo, em espiral: a sociedade os cria, mas eles mesmos se inscrevem em seu imaginário. No que concerne à intersecção do espaço e do tempo, parece-me que, talvez, o território (e antes? e depois?) ainda não tenha liberado todo o aporte heurístico que possui. Seguramente, se, independente de suas propriedades (mobilidade, pluralidade, exclusividade etc.), o território tanto fascina as ciências sociais, é porque ele permite a decomposição temporal de um processo espacial. Esta é apenas uma hipótese.

No emprego da noção de território pelas ciências sociais, a terceira tendência a ser trabalhada permite explicitar tal hipótese. Ela consiste em apreciar o território como uma instituição política. Tradicional, a definição do território como espaço de exercício de uma soberania política pode aplicar-se bem tanto aos poderes institucionalizados quanto aos comportamentos sociais — visando ao controle de uma superfície qualquer de deslocamento. Todavia, esta separação não é insignificante: as ciências da sociedade e as ciências do planejamento costumam opor o território enquanto expressão da estrutura político-administrativa e campo de aplicação da autoridade pública em todas as escalas, ao território enquanto lugar de cristalização das aspirações da sociedade civil em matéria de gestão e de intervenção. É aqui que o estudo das dinâmicas e que a distinção entre *território*, *territorialidade* e *territorialização* me parece assumir todo sentido. Na realidade, lancemos, a título de interrogação, que o território nos remete, de fato e ao mesmo tempo, às identidades (sobretudo para os antropólogos), às instituições (principalmente para os politólogos), aos recursos e às coerções (para os economistas), às comunidades e às segregações (para os sociólogos [?]). Geralmente, alguns destes significados são colocados frente a frente, tal como o caso dos territórios institucionais e dos territórios identitários. A abordagem por meio da temporalidade permite desfazer esta oposição estereotipada. Tomarei o exemplo que me é familiar: o departamento. Instituído em 1789, ele representa, por excelência, a expressão do planejamento do território.⁶ Sua centralidade é lendária. Entretanto, sabe-se que ele reconduziu, no presente, a certas solidariedades territoriais do passado. Conforme ensinara Étienne Juillard, é prematuro falar de territorialidade departamental antes de meados do século XIX. Para territorializar o departamento seriam necessárias duas redes: a dos caminhos vicinais e a das ferrovias. Porém, uma vez adquirida, a territorialidade departamental faz, de um território institucional, um território identitário, que se afirma na duração. Entretanto, ao longo de toda sua existência, esse território foi objeto de virulentas críticas. Em oposição à sua artificialidade, territórios mais pertinentes são alegados,

⁶ De autoria da própria Marie-Vic Ozouf-Marignier, *La formation des départements. La représentation du territoire français à la fin du XVIIIe siècle*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1989, é obra de referência em torno do assunto (N.T.).

tais como a região ou o *pays*, fundados sobre identidades pretensamente naturais e imemoriais. No entanto, paradoxalmente, estes espaços identitários não cessaram de conquistar sua institucionalização.

Por permitir apreender a co-presença no tempo e no espaço, assim como podemos apreendê-lo em seu caráter processual, sem reificação das categorias, parece-me que o território ainda tem futuro nas ciências sociais. Por outro lado, retenhamos em nossas consciências que a naturalização e a “imemorialização” dos territórios desemboca, repetidas vezes, em formas de fetichização que, não raro, têm produzido o pior.

Referências bibliográficas

ANCEL, Jacques. *Géopolitique*. Paris: Delagrave (1936).

ARRAULT, Jean-Baptiste. *Penser à l'échelle du Monde. Histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres)*. Université Paris I, Thèse de doctorat de géographie (2007).

AUGÉ, Marc. *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Seuil (1992).

BROMBERGER, Christian, MOREL, Alain. "L'ethnologie à l'épreuve des frontières culturelles". In: *Cahiers 17*, Éditions de la MSH, n.17, p.3-24 (2001).

CHAMBOREDON, Jean Claude, Lemaire, M. Proximité spatiale, distance sociales: les grands ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie*, XI-I, p. 3-33, (1970).

DION, Roger. *Essai sur la formation du paysage rural français*. Paris: Guy Durier (1981 [1934])

GOTTMANN, Jean. *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin (1952).

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: PUF (1925).

HAUSER, Henri. *L'Organisation gouvernementale française durant la guerre. Le problème du régionalisme*. Paris: PUF (1924).

LAFFITTE, Louis. L'évolution économique de la Lorraine. *Annales de Géographie*, vol. 21, n.120, p. 393-417 (1912).

LEPETIT, Bernard. "L'histoire prend-elle les acteurs au sérieux?" In: *Espaces Temps, les cahiers*, n. 59-60-61 (*Le temps réfléchi, l'histoire au risque des historiens*), p. 112-122 (1995).

MARIÉ, Michel. *Un territoire sans nom. Pour une approche des sociétés locales*. Paris: Éd. Librairie des Méridiens (1982).

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. *La formation des départements. La représentation du territoire français à la fin du XVIIIe siècle*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales (1989).

PIVETEAU, Jean-Luc. Le territoire est-il un lieu de mémoire? *L'espace géographique*, n.2, p. 113-123 (1995).

RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Éditions techniques (1980).

RATZEL, Friedrich. *La géographie politique, les concepts fondamentaux*. Choix de textes et traduction de l'allemand par François Ewald, avant-propos de Michel Korinman. Paris: Fayard (1987).

RONCAYOLO, Marcel. "Territoire et territorialité." In: *Territoires*, n.1, ENS, Laboratoire des Sciences Sociales, Presses de l'ENS (1983).

_____. Le territoire et ses doubles. *L'événement européen*, p.27-33 (1993).

VALLAUX, Camille. *Le sol et l'État*. Paris: Doin (1911).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Tableau de la géographie de la France*. Paris: Hachette (1903).

HISTÓRIA, TEMPO E POLÍTICA NA LONGA DURAÇÃO: Considerações Críticas ao Redor de *Escritos Sobre a História e Gramática das Civilizações*, de Fernand Braudel

Guilherme Ribeiro *

Resumo: ao redor da coletânea *Escritos sobre a história* (1969) e do livro *Gramática das Civilizações* (1963), o objetivo deste artigo é fazer vir à tona a concepção de História de Fernand Braudel (1902-1985), problematizando a dimensão política de seu projeto historiográfico baseado no conceito de longa duração (*longue durée*).

Palavras-chave: historiografia; tempo; política; longa duração; Fernand Braudel

HISTORY, TIME AND POLITICS IN THE *LONGUE DURÉE*: FERNAND BRAUDEL'S CRITICAL CONSIDERATIONS AROUND *ÉCRITS SUR L'HISTOIRE AND GRAMMAIRES DES CIVILISATIONS*

Abstract: the goal of this article is to unveil the idea of History presented in the works of Fernand Braudel (1902-1985) and to investigate the political dimension of his historiography project using the concept of long run (*longue durée*). To achieve this goal the titles *Escritos sobre a história* (1969) and *Gramática das Civilizações* (1963) are reviewed.

Keywords: historiography; time; politics; long run; Fernand Braudel

L'HISTOIRE, LE TEMPS ET LA POLITIQUE DANS LA *LONGUE DURÉE*: CONSIDERATIONS CRITIQUES AUTOUR D'*ÉCRITS SUR L'HISTOIRE ET GRAMMAIRE DES CIVILISATIONS*

Résumé: autour des ouvrages *Écrits sur l'histoire* (1969) et *Grammaires des Civilisations* (1963), cet article veut souligner le concept d'histoire développé par Fernand Braudel (1902-1985). Pour cela, il faut interroger la dimension politique de son projet historiographique fondé sur le concept de longue durée.

* Doutor em Geografia pela UFF, com estágio doutoral pela Universidade de Paris – Sorbonne (Paris IV). Pós-Doutor em Geografia pela UFMG. Professor Adjunto do Departamento de Geociências da UFRRJ. Coordenador do Laboratório de Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE). Pesquisa apoiada pela CAPES. Agradeço a Paul Claval (Universidade de Paris - Sorbonne) pelos comentários sobre esse artigo. Email: geofilos@ig.com.br

Mots-clés: historiographie; temps; politique; longue durée; Fernand Braudel.

1. Introdução

De início, um esclarecimento metodológico: por quê reunir *Escritos sobre a história* (BRAUDEL, 2005 [1969]) e *Gramática das Civilizações*⁷ (BRAUDEL, 2004 [1963])? Porque eles representam momentos expressivos do pensamento braudeliano: o primeiro guarda uma natureza teórica substancial, reveladora de como nosso investigado apreendera a ciência histórica após sua experiência com os arquivos, os autores e a rede epistemológica geral que compuseram a elaboração de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*⁸ (BRAUDEL, 1949). Se lembrarmos que os três grandes livros de Braudel não contêm *explicitamente* grandes lições de método⁹ e que suas demais antologias não possuem, necessariamente, uma inclinação teórico-metodológica¹⁰, as obras acima são um ponto culminante em sua reflexão historiográfica. Por sua vez, *Gramática das Civilizações* merece consideração por ser um momento-chave em que Braudel, plenamente consciente de sua *démarche* historiográfica, examina temas como *economia, sociedade, geopolítica, religião, ciência, mentalidade, civilização*. Por estas razões, é um dos livros em que a história

⁷ A título de esclarecimento, *Gramática das Civilizações* é a parte que coube a Braudel em livro escrito também por S. Baille e R. Philippe como manual para as classes terminais. A obra intitulava-se *Le monde actuel. Histoire et civilisations* (1963).

⁸ Sobre as polêmicas historiográficas que o cercam, vide RIBEIRO, 2010.

⁹ Não será um dos motivos pelos quais ele é visto por alguns como um empirista? Todavia, tal avaliação não deixa de transparecer um desconhecimento da *totalidade* da obra de Braudel, conforme poderemos observar nas várias referências ao longo deste artigo.

¹⁰ O que não quer dizer que elas não possuem importância nesse domínio. Organizada por Roselyne de Ayala e Paule Braudel (viúva de Braudel), a coletânea póstuma *Les ambitions de l'histoire* pode muito bem ser considerado como uma reunião de trabalhos teóricos. Entretanto, das três partes que a compõem, a terceira refere-se a problemas de ordem prática sobre os três grandes livros e, dos nove textos da segunda parte, seis já haviam sido publicados em *Escritos sobre a história*. Sua grande relevância reside mesmo nos três artigos da primeira parte: *Trois définitions: l'événement, le hasard, le social; L'histoire à la recherche de monde; e Géohistoire: la société, l'espace et le temps*. Cf. BRAUDEL, 1997, 1997 [1941-1944], 1997a [1941-1944], 1997b [1941-1944]. Por sua vez, *Autour de la Méditerranée* (coletânea igualmente póstuma e também organizada por Ayala & Braudel) diz respeito não só a trabalhos empíricos, mas ao início da carreira de Braudel (período de aprendizagem, e não de idéias estabelecidas), enquanto *Reflexões sobre a História* — à exceção da seção *Escritos sobre o presente* — também é essencialmente empírico. Ver, respectivamente, BRAUDEL, 1996, 1992 [1990].

total apresenta-se no melhor de sua forma. Lendo-o, os pressupostos historiográficos desfilados em *Escritos sobre a História* surgem de forma meridiana, coerente, harmônica: a longa duração da vida das civilizações; o espraiamento do capitalismo em escala mundial; o papel da geografia nos diversos setores da atividade humana; a história como uma estrutura a pesar sobre povos e nações. Simplificando, as idéias forjadas em *Escritos sobre a história* serão trabalhadas e confrontadas com a empiria em *Gramática das Civilizações* que, por sua vez, é uma primeira aproximação para aquela que seria sua maior empreitada intelectual: os três volumes de *Civilização Material, Economia e Capitalismo: XV-XVIII* (BRAUDEL, 1996 [1967], 1996a [1979], 1996b [1979]).

2. Processo e tempo históricos: as contribuições de Fernand Braudel

Passemos à análise do que podemos identificar como *concepção braudeliana de História*. Sabe-se que Braudel traz consigo as noções teórico-metodológicas que haviam sido engendradas por Bloch e Febvre, tais como a crítica à Escola Metódica, a abordagem comparativa, a interdisciplinaridade, a pluralidade dos ritmos históricos, a articulação passado-presente e a ênfase na economia e na sociedade (BLOCH, 2001 [1949]; FEBVRE, 1992 [1965]). É uma herança da qual ele não abre mão e que faz questão de dizê-lo abertamente (BRAUDEL, 1992 [1990]). Todavia, Braudel não se satisfaz apenas em reproduzir o legado dos primeiros *Annales*. Suas experiências pessoais de “desterritorialização” no Brasil, na Argélia e no cativeiro alemão, juntamente com sua maneira particular de conceber a História, a Geografia, as Ciências Sociais e o desenvolvimento da dinâmica econômica moderna, farão com que ele enriqueça ainda mais a historiografia *annaliste*. Em relação a Bloch e a Febvre, Braudel vai além em, pelo menos, três aspectos: (i) a longa duração e a “dialética” dos tempos históricos; (ii) a dimensão espacial da história; e (iii) o estudo do capitalismo. Vejamos em que consiste a especificidade de sua reflexão.

Gramática das Civilizações é, digamos, uma obra híbrida no que se refere ao par presente-passado. Ou, o que é a mesma coisa, é um trabalho em que um historiador,

plenamente hábil no exercício de seu ofício, examina o passado com o olhar do presente. Recusando tanto a História como o estudo do passado quanto as Ciências Sociais que só enxergam o tempo presente, Braudel assim procede porque utiliza um recurso bastante interessante: o tempo não como objeto, mas como *meio* da História, assim como vê o *espaço* como meio pelo qual a Geografia interpreta os fenômenos. Lição já enunciada em 1949, ela atravessará toda a redação de *Gramática das Civilizações*. Lendo capítulos como “As unidades da Europa” ou “O outro Novo Mundo: a América Latina”, suas interpretações são preciosíssimas na compreensão de temas como os primórdios da atual União Européia e os problemas sociais, econômicos e espaciais que caracterizam países como Brasil, México e Argentina. Ou seja, estamos falando de um livro que, embora publicado em 1963, continua atual.

Porém, não se trata apenas de declarar sua atualidade, mas, sim, de perscrutar o tratamento da categoria *tempo* e o papel da História como ciência. Não por acaso, sua introdução intitula-se “História e tempo presente”. Afinal, “Explicar a atualidade continua a ser uma pretensão” (BRAUDEL, 2004:18[1963]). No que poderíamos completar sem trair suas meditações: cabe ao historiador não negligenciá-la. Sim, pois o tempo não é algo fixo e acabado, mas uma variável a ser manejada segundo os temas que se pretende investigar. Aspectos como *civilizações*, *religiões* e *mercados* demandam uma visada de longo alcance sobre o processo histórico. Empresas transnacionais de tecnologia já são manifestações históricas mais recentes que estas. A seu turno, fenômenos como a industrialização e a educação pública e gratuita só vieram a despontar a partir do século XIX.

Portanto, para Braudel, o que é a História? Como apontamos em outra ocasião (RIBEIRO, 2010:140), não é nem a ciência do passado, nem a que transcreve documentos, mas, sim, a que explica as temporalidades dos fenômenos e seus cruzamentos. Seu entendimento do *processo histórico* sublinha as *permanências*, em detrimento de rupturas e revoluções. A história é um *peso* do qual as sociedades não escapam assim tão facilmente. Ela é onipresente, mas apenas na medida em que os traços permanecem na paisagem, os homens repetem seus ritos, a natureza é um obstáculo constante. Após a ampliação temática e documental promovida pelos

Annales, tudo tornou-se objeto legítimo da História — e Braudel segue à risca esta “regra”. No entanto, sua predileção volta-se para aquilo que é durável, constante, repetitivo. O que os homens continuam a fazer no século XX e que não pode ser considerado novidade, posto que já o faziam no século XV? Quais são os elementos constituintes da sociedade brasileira contemporânea que deitam raízes no período colonial e que permanecem em nossos dias?

Assim, Braudel arquiteta não um plano histórico ideal tal como as Filosofias da História se esforçaram em criar, mas uma concepção coerente da História como ciência. Não é uma teoria complexa sobre a natureza do tempo histórico nem, tampouco, uma explicação epistemológica detalhada e precisa de como as diversas temporalidades se relacionam entre si (cf. ARÓSTEGUI, 2006 [1995]; SHAW, 1994). Na esteira da suspeita das Ciências Humanas para com a Filosofia e substituindo a construção de teorias por noções mais simples que possam servir como recurso metodológico ou modelo, reconhecer e insistir que a história admite ritmos e descontinuidades — e que, portanto, pode ser apreendida fora da tradicional sequência cronológica — é uma perspectiva assaz fértil quando se trata de compreender a dinâmica da vida social, as diferenças de enfoque entre as ciências e os empecilhos relativos aos projetos interdisciplinares.

Destarte, de que maneira podemos traduzir o sentido do título *Gramática das Civilizações*? A gramática, ou seja, o conjunto de símbolos e regras de expressão e comunicação dos povos, diz respeito ao *tempo* ou, para sermos mais exatos, às *temporalidades*. As civilizações possuem seus ritmos e “estações” e, embora em contato umas com as outras (ou mesmo quando é o caso de uma ser “filha” da outra, tal como ele se refere às Américas, a “Europa de ultramar”), guardam suas características próprias. Por sua vez, evocar o conceito de *civilização* possui, pelo menos, dois significados: um político e um epistemológico — separação meramente didática, ressalte-se. Sobre o primeiro, iremos comentá-lo mais adiante. De qualquer maneira, um esclarecimento: tal opção não recai nem em uma abordagem culturalista, nem no evolucionismo. Todavia, uma certa tendência eurocêntrica repousa no cerne de *Gramática das Civilizações*.

Acerca do sentido epistemológico, as civilizações são, para Braudel, grandes massas de pessoas, enraizadas em espaços específicos e vivendo segundo determinadas características religiosas, culturais e sociais. Suas tradições, paisagens e vínculos identitários foram construídos não de uma hora para outra, mas em uma escala de tempo que atravessou gerações e gerações. Assim, tais elementos constituem um ambiente perfeito para a consecução de uma *história total e de longa duração*, em que diversos traços da vida social estão em constante interação uns com os outros em um plano multissecular de tempo, tais como a religião e a política no Islã e o mundo muçulmano; a economia e o pensamento científico na Europa Ocidental; a cultura do arroz e a vida familiar na China e na Índia; a abundância de recursos naturais e a exploração colonial na América Latina. As civilizações são sólidas, resistentes às transformações¹¹: são *estruturas* a explicar a técnica, a agricultura, a política, o meio ambiente, as mentalidades. Em virtude de sua pujança, nelas os indivíduos se diluem, se esvaem.

Eis aqui um ponto crucial e, talvez, ambíguo, do pensamento braudeliano: a história se assemelha menos com a produção de liberdades que com a de restrições e imposições. É verdade que ele enfatizou a superação humana em relação à escala local; a conquista dos mares, oceanos e lugares longínquos rompendo as barreiras da distância; os sucessos técnicos da agricultura superando a insuficiência alimentar; a produção de mercadorias pela indústria proporcionando melhorias na vida cotidiana; as conquistas científicas.¹² Porém, o “Homem braudeliano” parece subtraído da capacidade de fazer a história. Ela é algo a ser *sofrido* pelos homens, um fardo no qual a possibilidade mais

¹¹ “Com efeito, escolher as grandes civilizações como ‘marcos inteligíveis’ do mundo atual é ultrapassar o movimento rápido da história tal como vocês [refere-se aos alunos do terceiro colegial] a seguem, de 1914 a 1962. É convidar-nos a refletir sobre certa história de respiração lenta, ‘de longa duração’. As civilizações são personagens à parte, cuja longevidade ultrapassa o entendimento. Fabulosamente velhas, elas continuam a viver em cada um de nós; e hão de sobreviver a nós ainda por muito tempo”. (BRAUDEL, 2004:18-19 [1963]).

¹² Referimo-nos particularmente aos três volumes de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Para nós, trata-se da perspectiva histórica mais interessante já escrita acerca do que somos enquanto *sociedade moderna*. O fato desta *obra-prima* das Ciências Humanas permanecer subvalorizada — máxime por parte dos geógrafos — merece um estudo aprofundado. A respeito desta obra, consulte MORINEAU, 1988 [1981]; MAGER, 1999 [1990]; WALLERSTEIN, 1999 [1991]; AGUIRRE ROJAS, 2003a; RIBEIRO, 2011a.

evidente não é outra senão resistir, sobreviver. Na lição inaugural do *Collège de France* em 1950:

Não negamos, para tanto, a realidade dos eventos ou o papel dos indivíduos, o que seria pueril. Ainda assim cumpriria notar que, na história, o indivíduo é, muito frequentemente, uma abstração. Não há jamais, na realidade viva, indivíduo encerrado em si mesmo; todas as aventuras individuais se fundem numa realidade mais complexa, a do social, uma realidade 'entrecruzada', como diz a Sociologia. O problema não consiste em negar o individual a pretexto de que foi afetado pela contingência, mas em ultrapassá-lo, em distingui-lo das forças diferentes dele, em reagir contra uma história arbitrariamente reduzida ao papel dos heróis quinta-essenciados: não cremos no culto de todos esses semideuses, ou, mais simplesmente, somos contra a orgulhosa palavra unilateral de Treitschke: 'Os homens fazem a história'. Não, a história também faz os homens e talha seu destino — a história anônima, profunda e, amiúde, silenciosa, cujo incerto, mas imenso domínio, é preciso abordar agora (BRAUDEL, 2005:23 [1969]).

Dando continuidade aos “combates pela História”, vemos, de um lado, o julgamento desfavorável à Escola Metódica, aquela dos “heróis” e dos “semideuses”. De outro, a aproximação junto à Sociologia e a defesa do coletivismo, dos “anônimos”. Escolhas que entendemos facilmente, decerto. Porém, em uma outra instância, cabe perguntar: o que efetivamente Braudel quis dizer ao sustentar que os homens fazem a história, mas a história também faz os homens? Ensiemos uma resposta: o processo histórico é algo que se acumula sobre a vida humana. Ele é um *continuum* no qual as gerações futuras, inevitavelmente, se depararão. A história é o resultado da tradição, do trabalho, do pensamento de várias gerações, e não somente do tempo dos eventos, dos acontecimentos espetaculares consagrados por determinada historiografia. Só sabemos o que é história “saindo” de nós mesmos e daquilo que imediatamente nos cerca, ou seja, ultrapassando o presente e o passado recente e mergulhando em uma história inconsciente, esquecida, rejeitada. A história é uma *estrutura* no sentido de que, dela, nada se apaga, nada se perde. Se as consequências de um dado fenômeno não foram sentidas quando de sua eclosão, nada garante que o momento seguinte não irá resgatá-lo e trazê-lo à tona. Longe das Filosofias da História, cujas leituras de mundo as levaram a “antever” o futuro, para Braudel o devir é imprevisível. No entanto, uma coisa é certa: nada ocorre fora da história e de seus condicionamentos

ou, em uma frase, fora do peso da longa duração. A relação dos homens com a história é a de um “eterno retorno” — mas é ela quem os conduz, e não o oposto.¹³

É desta forma que aspectos como *meio ambiente*, *civilização* e *mercado* são incontornáveis. Amálgamas, pilares de um edifício construído durante séculos, não há vida social fora deles, e é nesse sentido que a história — ou, ao menos, parte dela — escapa aos indivíduos. Das civilizações, recebemos os costumes, as tradições, a *ouillage mental*, as noções de “certo” e “errado”. Do meio ambiente, os recursos básicos à sobrevivência, o enraizamento a um dado lugar, as paisagens com as quais nos identificamos e nos reconhecemos no mundo. Do mercado vêm os intercâmbios, a moeda, o crédito, a satisfação das necessidades.

Aqui, um interessante elemento teórico-metodológico deve ser observado: se no plano historiográfico o processo histórico é algo aberto e passível a diversas interpretações, no plano empírico ele é resistente às mudanças. Boa parte dele é, podemos dizer, reversível apenas na escala da longa duração. Por conta disso, Braudel procura não os grandes feitos ou a irrupção das revoluções, mas sim que “todo estudo do passado deve, necessariamente, comportar uma medida minuciosa daquilo que, em determinada época, *pesa* exatamente sobre sua vida — *obstáculos* geográficos, técnicos, sociais, administrativos” (BRAUDEL, 2005:118 (1969), grifo nosso). Conforme algumas de suas passagens, pode-se deduzir que a proximidade com o tempo presente e o imperativo das coisas cotidianas impede que os homens e, mesmo, os historiadores, tomem consciência das restrições impostas pela história — seja uma crença proibitiva ou o papel subordinado do gênero feminino, por exemplo. Daí a importância de encarar o presente não de maneira “breve e irreal” (BRAUDEL, 2005:83 [1969]) mas, sim, como *um momento pleno de história*, isto é, repleto tanto de possibilidades quanto de injunções. Braudel privilegia estas últimas. Comentando as

¹³ “Ultrapassar o evento era ultrapassar o tempo curto que o contém, o da crônica ou o do jornalismo — essas rápidas tomadas de consciência dos contemporâneos no dia-a-dia, cujos traços tornam tão vivo o calor dos eventos e das existências passadas. Equivale a perguntar se, além do eventos, não há uma história inconsciente dessa vez, ou melhor, mais ou menos consciente que, em grande parte, escapa à lucidez dos atores, dos responsáveis ou das vítimas: *elas fazem a história, mas a história os transporta*” (BRAUDEL, 2005:96 (1969), grifo nosso).

imobilidades camponesas, os sentimentos religiosos ou as atitudes perante a morte, lemos o seguinte:

Essas realidades, essas estruturas em geral são antigas, de longa duração, e sempre traços distintos e originais. Elas conferem às civilizações sua fisionomia particular, seu ser. E estas raramente as permutam, pois cada qual as considera como valores insubstituíveis. Bem entendido, essas permanências, essas escolhas herdadas ou essa recusa em face das demais civilizações são, em geral, inconscientes para a grande massa dos homens. E importa, para discerni-las com clareza, afastar-se (pelo menos mentalmente) da civilização em que se está mergulhado (BRAUDEL, 2004:48-49 [1963]).

Assumindo posição central em Braudel a partir da década de 1950, o vocábulo *estruturas* reflete uma outra etapa dos debates travados pelos *Annales*. Desta vez, o adversário não é mais a Sociologia Durkheimiana ou a história historizante, mas a Antropologia de Claude Lévi-Strauss. Integrante da missão francesa na Universidade de São Paulo nos anos 30, dela virá a principal “ameaça” para a História após a II Guerra Mundial. Situando-a como uma ciência humana e natural ao mesmo tempo (um programa disciplinar ambicioso, portanto), sua crítica é tão ácida quanto fora a dos primeiros *Annales*: a ingenuidade e a fragilidade da História por seu apego às realidades empíricas era mais que evidente. Contrastada com a *démarche* etnológica, que buscava as estruturas profundas da sociedade através da construção de modelos teóricos, não caberia outro papel à História senão o de ser o material básico daquela. Ciência conceitual, a Antropologia levistraussiana investiria na anti-historicidade e na invariância como traços essenciais da análise social (DOSSE, 2003:36-42 [1987]).

A resposta de Braudel não tardaria a aparecer. Tomando para si tal conceito e admitindo a existência de aspectos sociais “permanentes”, a diferença para com a abordagem de Lévi-Strauss é, porém, inequívoca: as estruturas são entidades vivas e em movimento. Ainda que se modifiquem lentamente, nem por isso deixam de ser históricas, no sentido que afetam a constituição e o andamento das sociedades. No entanto, na medida em que definidas como “um corpo subtraído à gravidade, à aceleração da história” (BRAUDEL, 2005:107 [1969]), seu caráter é, no mínimo, *sui generis*. Como alguém que prega a historicidade de todos os fenômenos sociais pode declarar algo semelhante?

Eis que estamos no cerne da reflexão braudeliana: uma das questões-chave das Ciências Humanas é saber distinguir o durável do efêmero, o brilho dos vaga-lumes da imensidão da noite escura, a fumaça excessiva porém passageira das realidades sólidas que persistem historicamente.¹⁴ As estruturas são *prisões de longa duração*: quadros mentais afetando a psicologia coletiva, pressões biológicas sobre a demografia, práticas camponesas arraigadas. Elas se arrastam tempo afora e, como um imã, vão delimitando os destinos da história. E, embora alguns atestem que Braudel não as definiu nitidamente do ponto de vista teórico,¹⁵ ele investe na concreticidade e no vigor da manifestação fenomênica como provas de clareza para compreender seu papel histórico:

A longa duração é a história interminável, durável, das estruturas e grupos de estruturas. Para o historiador, uma estrutura não é somente arquitetura, montagem, é permanência e frequentemente mais que secular (o tempo é estrutura): essa grande personagem atravessa imensos espaços de tempo sem se alterar; se se deteriora nessa longa viagem, recompõe-se durante o caminho, restabelece sua saúde e, por fim, seus traços só se alteram lentamente... (BRAUDEL, 2005:106 [1969]).

Diferentemente de Lévi-Strauss, cujo êxito, segundo Braudel, só seria alcançado quando seus modelos “navegassem nas águas da longa duração” (BRAUDEL, 2005:107 [1969]), o estruturalismo braudeliano¹⁶ não está à procura nem da natureza humana, nem dos universais. A crença do historiador francês na plenitude histórica, isto é, no fato de que as múltiplas dimensões da vida social são “cheias” de história e só se

¹⁴ Tal como ele proclamaria, sobretudo, nos artigos *Les responsabilités de l'histoire* (1950) e *Histoire et Sciences Sociales. La longue durée* (1958), ambos reunidos em BRAUDEL, 2005 [1969].

¹⁵ Em busca de uma história científica e racionalista, Lloyd observa: “Nas obras de Braudel, há uma tensão entre a coleta maciça de dados sobre os padrões observáveis da vida cotidiana e suas afirmações quase *ad hoc* sobre a existência de camadas estruturais, ao lado de sua desatenção às mentalidades. Apesar de afirmar estar basicamente preocupado com a história das estruturas a longo prazo, seu conceito de estrutura permaneceu subdesenvolvido” (LLOYD, 1995:100 [1993]). Com exceção da negligência de Braudel para com as mentalidades — algo que não podemos concordar após a leitura de *Gramática* —, Lloyd tem toda a razão. A definição braudeliana de *estrutura* é literária e, no limite, quase anti-racionalista (vide acima).

¹⁶ Um tanto quanto impaciente em virtude das confusões que isso havia lhe causado, ele mesmo o esclarece em um dos artigos do *Corriere de la Sera*: “A essa história profunda, chamei *estrutural* — mas, por favor, entenda-se, e de uma vez por todas, que *meu* estruturalismo nada tem a ver com o estruturalismo (que, por sinal, saiu de moda) dos lingüistas. Para mim, é *estrutura* tudo o que resiste ao tempo da história, o que dura e até perdura — logo, algo bem real, e não a abstração da relação ou da equação matemática” (BRAUDEL, 1992:371 [1990]).

explicam a partir dela, também o levou a recusar a dicotomia proposta pelo antropólogo entre sociedades “frias” e sociedades “quentes” — como se fosse possível existir povos *sem* história e povos *com* história. Para Braudel, trata-se exatamente do contrário: as estruturas são dinâmicas e mutáveis, mas só conseguimos alcançar seus movimentos quando as observamos à luz da longa duração. É onde pode-se apreender a continuidade das feições estruturais das sociedades (religiões e meio geográfico); os eventos rápidos e aparentemente ameaçadores que não fazem senão tocá-las superficialmente (as revoluções); e as conjunturas (econômicas, principalmente) que,

“As estruturas são prisões de longa duração: quadros mentais afetando a psicologia coletiva, pressões biológicas sobre a demografia, práticas camponesas arraigadas. Elas se arrastam tempo afora e, como um imã, vão delimitando os destinos da história.”

de fato, as abalam, provocando desvios e alterações.

A História estrutural não é, portanto, alheia à mudança — acaso ela poderia ser concebida dessa forma? —, mas, sim, uma História, por assim dizer, “resistente”.¹⁷ Ela demanda uma operação intelectual onde somos convidados a, reconhecendo previamente a herança do passado, examinar atentamente o presente mas, ao mesmo tempo, não ceder às tentações do tempo curto — “a mais caprichosa, a mais enganadora das

durações” (BRAUDEL, 2005:46 [1969]).

Nesta *démarche*, a proposta de Braudel vai além de reconhecer a pluralidade do tempo e seus ritmos. A questão é mais ampla e, parece, ainda não foi alcançada em sua totalidade. De fato, *o que está sendo questionado é a própria concepção moderna de processo histórico* (RIBEIRO, 2010: 140). Tal como fora elaborado por Comte, Hegel

¹⁷ Eis a sutileza da noção braudeliana de mudança: não se está falando da alteração de governo de quatro em quatro anos ou de planos econômicos quinquenais, mas sim de câmbios profundos, amplos. Ultrapassam o tempo de vida e morte de um indivíduo e envolvem gerações e gerações: “Fique claro que a estrutura não é imobilidade rigorosa. Ela só me parece imóvel em relação a tudo o que, em torno dela, se move, evolui mais ou menos depressa. Mas ela se desgasta, durando. Ela se apouca. É inclusive sujeita a rupturas, mas afastadíssimas umas das outras no tempo e que, por mais importantes que sejam, nunca dizem respeito a toda a arquitetura estrutural da sociedade. Nem tudo se quebra de um só golpe” (BRAUDEL, 1992:356 [1990]). Em outra ocasião, reitera como se dá a mobilidade das estruturas: “Toda longa duração se interrompe mais dia menos dia, nunca de uma vez, nunca em sua totalidade, mas surgem fraturas” (BRAUDEL, 1996:223 [1979]). Contudo, a mudança parece algo natural, automático.

e Marx — a despeito das diferenças entre eles, evidentemente —, o passado era algo a ser superado; grosso modo, “deixado para trás”. Para Comte, o “estado positivo” seria a consagração da ciência, da indústria e do Estado, com os estados “teológico” e “metafísico” não passando de períodos ingênuos e imaturos do conhecimento humano que deveriam ser esquecidos (COMTE, 1983 [1844]). Para Hegel, Napoleão encarnava o “Espírito do Mundo”, que varreria a Europa do domínio nefasto da Igreja e do que sobrara da Idade Média, implantando o Estado e o Capital como permanentes e universais. A História acabava ali (MÉSZÁROS, 2002). A seu turno, na medida em que os homens eram escravos de seu próprio trabalho, Marx via o mundo mergulhado em sua *Pré-História*. A emancipação *histórica* deste estado de coisas só viria com o Socialismo, arruinando de uma vez por todas o modo de produção capitalista (MARX & ENGELS, s/d a [1846], s/d [1848]).

Como Braudel concebe o processo histórico? Sobretudo, de maneira *cumulativa*. Falar em durações diferentes significa incorporar a multiplicidade de camadas, níveis e aspectos históricos. Não há rompantes e, tampouco, fator exclusivo que domine a explicação histórica. A escala privilegiada onde se desenrola a vida humana é o mundo, e seus diversos atores (camponeses, comerciantes, banqueiros, cientistas, escritores, reis...) contribuem, cada qual à sua maneira, para a constituição de uma rede social em que *interdependência* é palavra-chave. Não, a sociedade não é igualitária: por intermédio da longa duração, a história se apresenta no tempo e no espaço de forma desigual, mas, nem por isso, possui heróis ou vilões. Não há um projeto civilizatório ou missão redentora a despontar no horizonte histórico. A ênfase braudeliiana recai nas dimensões econômica e social, é verdade, mas também estão presentes conflitos territoriais, disputas religiosas, lutas contra ambientes inóspitos, ascensão e queda de grandes cidades, divergências de idéias, soluções e problemas agrícolas, aspectos populacionais. Na realidade, a *longue durée* desacelera, mas não há interrupção do processo histórico. Trata-se de algo aberto e em constante, porém lenta, construção. A longa duração pode, mesmo, soar como uma evasão,¹⁸ mas isto é tão somente um

¹⁸ Conforme as pertinentes interpretações do historiador brasileiro José Carlos Reis (REIS, 1994:92-93; 2000:30-35).

recuo para captar, com maior lucidez de sentido, o peso da história sobre o presente. Afinal, para Braudel, a história não se reverte assim tão facilmente.

3. Os efeitos políticos da longa duração

Defesa da ciência histórica frente à Antropologia; condenação das Filosofias da História; apelo à historicidade como elemento incontornável da vida social; diferentes ritmos temporais... Para nós, é indubitável que estamos diante de uma concepção de História que, embora insuficientemente teorizada (para alguns), não quer dizer que seja incompreensível nem, tampouco, que não possa ser desenvolvida sob este patamar. Reconhecer em Braudel uma teoria da História e, a partir daí, explorar as consequências de seu pensamento nos parece fundamental para o entendimento da Modernidade e do capitalismo. Entretanto, ainda que tal exercício seja crucial para a História das Idéias de modo geral e, em particular, para a Historiografia, ele permanecerá insuficiente se não vier acompanhado da seguinte interrogação: *qual a natureza política da concepção braudeliana de História?* Sim, pois a epistemologia não faz sentido somente quando confrontada com a empiria. Obrigando o intelectual a criar um meio para elucidar o caos dos fenômenos, desta trama emergirá não somente uma visão cognitiva de mundo, mas, também, o desvelamento do sujeito: um ato de se desnudar que não quer dizer outra coisa senão tomar partido diante daquilo que lhe cerca. É a posição política que se desembaraça a partir da epistemologia. Ela a revela em sua totalidade.

A questão pode ser formulada como se segue: *partindo Braudel do referencial teórico da longa duração, quais as consequências políticas desta postura no âmbito de sua interpretação histórica?* Dito de outra forma, como o historiador do tempo longo posicionou-se frente à Expansão Marítima e Comercial Européia, ao Colonialismo, ao Capitalismo?

Se a longa duração é uma evasão, uma espécie de distanciamento — e, com certeza, de aprofundamento — frente à história,¹⁹ isto não o isenta de assumir suas inclinações ideológicas. Afinal, estamos discorrendo sobre alguém que se fez historiador presenciando a Crise de 29 e o *New Deal*, a queda da República de Weimar, o Nazi-Fascismo, a Guerra Fria, a Revolução Cubana, a Descolonização e tantos outros acontecimentos que marcaram o que o historiador marxista britânico Eric Hobsbawm denominou de *era dos extremos* (HOBBSAWM, 1995 [1994]). Visto sob este ângulo, poderíamos ampliar a argumentação e dizer que, se o XIX foi o século da História, o XX foi o século da Política: a derrota dos regimes totalitários, o predomínio da democracia e do sufrágio universal e a bipolarização Capitalismo-Socialismo são elementos mais que suficientes para corroborar tal ponto de vista. *Ironicamente, contudo, o século da Política foi aquele cuja corrente historiografia hegemônica investiu, precisamente (supostamente?), contra a História Política!* Todavia, como é sabido, a crítica de Bloch e Febvre à História Política está longe de ser a negação da dimensão política — muito pelo contrário (RIBEIRO, 2010a).

Dois motivos acabariam por dificultar a tarefa braudeliana de encobrir o conteúdo ideológico de seus escritos: o Capitalismo como principal de tema de estudos e um livro cuja intenção e prática explícitas eram a de associar passado e presente na compreensão dos cem anos precedentes. Estamos falando de *Gramática das Civilizações*. A escolha do conceito de *civilização* tinha um evidente cunho político. Gostaríamos de sugerir que ela representou uma tentativa de relativizar as dimensões militar e nacionalista da História numa Europa que, mal acabara o pesadelo da II Guerra Mundial, adentrara em tempos de Guerra Fria. Afinal, inicialmente, *Gramática das Civilizações* era direcionada aos estudantes do último ano colegial, ou seja, havia a

¹⁹ Primeiramente, ele assegura: “O historiador não sai jamais do tempo da história: esse tempo cola-se ao seu pensamento como a terra à pá do jardineiro”. No entanto, em seguida, completa: “Ele sonha, é certo, evadir-se dele”. E arremata com aquela que é uma das principais experiências que o levou a refletir sobre a história longa: o cativo alemão. Sim, pois enquanto tudo ao seu redor se movia, ele mesmo permanecia estático. Cinco anos onde os dias e as noites não eram senão iguais... “Pessoalmente, no decorrer de um cativo bastante moroso, lutei muito para escapar à crônica desses anos difíceis (1940-45). Recusar os eventos e o tempo dos eventos era colocar-se à margem, ao abrigo, para olhá-los um pouco de longe, julgá-los melhor e não acreditar muito. Do tempo curto, passar ao tempo menos curto e ao tempo muito longo (se ele existe, este só pode ser o tempo dos sábios), depois, chegado a esse termo, parar, considerar tudo de novo e reconstruir, ver tudo girar à sua volta: a operação tem do que tentar um historiador” (BRAUDEL, 2005:108-109 [1969]).

nítida intenção de transmitir aos jovens cidadãos franceses uma determinada idéia de História que não era mais aquela da III República (1870-1940). Mapear e explorar a diversidade civilizacional do mundo era, também, uma forma de superar ou, pelo menos, de apresentar uma alternativa face a uma perspectiva histórica ancorada nos Estados-Nação (Escola Metódica) e na luta de classes (Marxismo) (vide, respectivamente, LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1992 [1898]; KAYE, 1989).

Ressaltemos que ele procura guardar certa distância face aos objetos de pesquisa que aborda (BRAUDEL, 1989:11 [1986]), aspecto que já estava presente em Bloch e Febvre. Entretanto, cremos que Braudel parece mais sutil no tocante a assumir seus julgamentos históricos. Além disso, em termos pessoais, não tinha nem o engajamento do primeiro, nem a atração pelas querelas intelectuais do segundo. Todavia, o fator mais importante é, mesmo, o tratamento dado ao tempo. A adesão à longa duração está ligada à estratégia de evasão: evasão do tempo curto, dos fatos efêmeros. O historiador se deixa levar por uma abordagem mais fluida, menos fixa, do tempo. Não há a rigidez da cronologia e sua imposição de que as coisas se sucedem inevitavelmente umas após as outras. Por isso Braudel fala na *saída*, no contemplar a História de longe,²⁰ nos fazendo lembrar um pouco o tão conhecido exemplo de situar-se do alto de uma montanha a fim de enxergar o todo com mais clareza — mesmo que isto faça perder a visão dos detalhes.

Eis uma imagem a auxiliar a interpretação da escrita histórica em questão: o alto da montanha representa a perspectiva da longa duração. Nas planícies, localizam-se os eventos. E, a meio caminho de ambas, as conjunturas. É uma figura imperfeita, bem o sabemos. Porém, serve para ilustrar que Braudel desejava ver as coisas de fora, para

²⁰ A situação a seguir mostra bem essa feição, tal como ele mesmo a testemunha no texto *Minha formação de historiador* (1972): “Só tomei plena consciência disso [do fato de que, se *La Méditerranée* não tivesse sido escrito no cativeiro, teria sido um livro de natureza assaz diversa] há um ano ou dois, ao encontrar em Florença um jovem filósofo italiano. ‘O senhor escreveu esse livro na prisão?’, perguntou-me. ‘Ah, é por isso que ele sempre me deu a impressão de um livro de contemplação’. Sim, contemplei, cara a cara, durante anos, longe de mim no espaço e no tempo, o Mediterrâneo. (...) Bem longe de nossas pessoas e infortúnios cotidianos, a história era escrita, rodava lentamente, tão lentamente quanto essa vida antiga do Mediterrâneo, cuja serenidade e como que a majestosa imobilidade eu sentira com tanta frequência. Foi assim que me pus conscientemente em busca da linguagem histórica mais profunda que eu podia apreender, ou inventar: o tempo imóvel ou, pelo menos, de lentíssimo desenrolar, o obstinado em repetir-se. Meu livro ordenou-se, então, de acordo com várias linhas temporais diferentes indo do imóvel à brevidade do acontecimento” (BRAUDEL, 1992:11-12 [1990]).

além do calor dos acontecimentos e suas pulsações rápidas, nervosas. No entanto, segundo ele, isto não se traduzia na perda do detalhe, mas sim em sua compreensão mais lúcida, à medida em que o detalhe era incorporado ao movimento geral da história. É por esta razão que, ao ser desafiado a refletir sobre o século XX, ele opta pelo conceito de *civilização*, recurso analítico que permitia tanto operar sua perspectiva política quanto apreendê-la no plano da longa duração.

Com as civilizações, o tempo associava-se ao espaço (RIBEIRO, 2011). O passado mais longínquo e o presente mais imediato se encontravam, possibilitando a Braudel algo que lhe era capital: o manejo dos ritmos temporais; os saltos históricos; o rompimento com a camisa-de-força cronológica; a capacidade de ir e vir na história possibilitada pelas paisagens e espaços geográficos.²¹ É justamente esta articulação espaço-temporal que o deixa à vontade para relativizar o impacto das revoluções (BRAUDEL, 1992:358 [1990]). Afinal, poucos fenômenos são, realmente, revolucionários.

Ora; o problema é que o que permaneceu e resistiu no desenrolar do processo histórico multissecular diz respeito menos aos interesses da minoria que aos da maioria. Todavia, isto não parece ser problema para Braudel, pelo contrário: em várias ocasiões ele menciona a desigualdade social como um traço estrutural e, no limite, chega a dizer que a permanência mais relevante para um historiador diz respeito ao fato de que toda sociedade continua hierarquizada. Eis exatamente a tentativa de neutralidade de nosso investigado *legitimada por intermédio do campo epistemológico*: a distribuição da terra, o capitalismo, a desigualdade social, a dominação religiosa e outros aspectos são *estruturais* e, portanto, não se desfarão sem mais nem menos. Não é sua premissa analítica a de que os homens mais sofrem do que fazem a história? (BRAUDEL, 1992:342 e 372 [1990]).

Em uma dada altura de *Gramática das Civilizações*, ao comentar as disparidades econômicas na Europa, pode-se ler: “Na realidade, nunca pode haver circulação, economia comum, sem diferenças de atividade ou de nível, sem regiões que conduzem e outras que são conduzidas. Desenvolvimento e subdesenvolvimento não cessam de comandar-se, de depender um do outro” (BRAUDEL, 2002:371 [1963]). Tratar-se-ia de

²¹ Sobre o papel da geografia na concepção braudeliana de História, vide RIBEIRO, 2008.

uma reflexão que aceita sem questionar a desigualdade capitalista? Ou, tão somente, da reprodução da noção consagrada de desenvolvimento desigual e combinado? Não se pode tirar conclusões precipitadas. Um autor como Braudel deve ser tratado com a mesma seriedade com que abordou seus temas de pesquisa. Atentemos para uma outra passagem que nos auxiliará um pouco mais nessa direção. Discutindo as questões sociais na América Latina, ele atesta:

Uma elite intelectual, escritores, admiráveis professores, alguns raros políticos, alguns médicos cultos e advogados tomaram consciência desses novos problemas. Infelizmente, a fragilidade das classes dirigentes, política e economicamente responsáveis, é outra das fraquezas graves e permanentes da América do Sul. A crise do crescimento industrial destruiu de maneira implacável uma velha sociedade culta, requintada, pouco capaz, é verdade, de inserir-se nesse novo mundo, mas tão simpática! O que é pior é que nada ainda se ofereceu para substituí-la realmente. Ontem, vale dizer, antes de 1939, numa América ainda semicolonial, apenas uns poucos atores ocupavam a estreita cena da vida política e da cultura, ao mesmo tempo que dominavam negócios tranquilos. Homens encantadores, sedutores, cultos, proprietários de centenas, de milhares de hectares, possuidores de riquíssimas bibliotecas, alguns deles verdadeiros príncipes faustosos do Renascimento, feitos para seduzir o jornalista, o viajante ou o intelectual da Europa. (...) Às vésperas da última guerra, porém, já se tinha a impressão de que estavam socialmente condenados (...). O que continua a faltar à América do Sul são partidos políticos consistentes e, mais ainda, elites, burguesias estáveis, o 'medio pelo', o 'meio-pêlo', como se diz no Chile para designar esse meio-termo social (no sentido ordinário, a expressão se aplica ao gado cruzado de segunda categoria). Os poucos intelectuais existentes não bastam. Seria preciso tempo, situações calmas, uma economia menos estritamente dividida entre muito pobres e muito ricos, para que se instaure essa classe indispensável ao equilíbrio social de um mundo que até aqui permanece basicamente capitalista (BRAUDEL, 2004:404-405 [1963]).

O que dizer da apreciação extremamente favorável às elites latino-americanas, enriquecidas através do tráfico de escravos, da corrupção do Estado e da exploração do trabalho livre, apenas para citar poucos exemplos? Seriam simpáticos os latifundiários, coronéis e políticos que, ao lado de portugueses, espanhóis, franceses e ingleses, construíram, *na longa duração*, a miséria da América Latina? Ou devemos depositar as esperanças na organização da classe média e na edificação de burguesias estáveis, quando sabemos que estes mesmos grupos foram responsáveis pelas ditaduras militares que se abataram sobre a já trágica história de países como Chile, Argentina e Brasil? E, no que concerne especificamente a Braudel, nem podemos rotulá-lo como mais um europeu cuja visão estereotipada sobre a América Latina o

leva a dizer algumas inverdades. Sua temporada no Brasil dos anos 1930 colocou-o em contato não apenas com grandes espaços e rápidas modificações na paisagem, mas também com a aristocracia francófona paulista numa instituição cuja gênese tinha como objetivo a formação de quadros administrativos que pudessem gerir uma democracia *à la française*. Um dos principais amigos de Braudel era Júlio de Mesquita Filho, representante da burguesia ilustrada e diretor do jornal liberal *O Estado de São Paulo* ²² (Cf. PARIS, 1999:224-260).

Embora o autor supracitado pretenda realizar uma descrição neutra do capitalismo lançando mão de uma sutil e complexa combinação entre *posição metodológica* e *aspecto epistemológico* em torno do tempo,²³ sua interpretação segue uma direção que, num primeiro momento, lembra um pouco aquilo que atraiu os autores

do *Manifesto Comunista*: o capitalismo é revolucionário, progressista, impetuoso. Arruína valores e tradições arraigadas, rompe barreiras e fronteiras,²⁴ abala a vida nacional e faz, do mundo, sua casa.

Conjugando ambos os vocabulários, poder-se-ia dizer, a título de exemplo: a dialética entre forças produtivas e relações de produção acabaria por minar as estruturas

“Com as civilizações, o tempo associava-se ao espaço. O passado mais longínquo e o presente mais imediato se encontravam, possibilitando a Braudel algo que lhe era capital: o manejo dos ritmos temporais; os saltos históricos; o rompimento com a camisa-de-força cronológica; a capacidade de ir e vir na história possibilitada pelas paisagens e espaços geográficos.”

²² Sobre o impacto do Brasil na reflexão de Braudel, vide LIMA, 2009.

²³ No que tange ao método, à postura do sujeito: “Procurei, neste segundo volume [*Les Jeux de l'Échange*], analisar o conjunto dos jogos da troca, desde o escambo elementar até, e inclusive, o mais sofisticado capitalismo. *Partindo de uma descrição tão atenta e neutra quanto possível*, tentei apreender regularidades e mecanismos, uma espécie de história econômica geral (...)”. Cf. BRAUDEL, 1996 [1967], p. 7, grifo nosso. No que tange à epistemologia: “Mas descrever, analisar, comparar, explicar é *colocar-se quase sempre fora da narrativa histórica*, é ignorar ou quebrar, como que e por capricho, os tempos contínuos da história” (BRAUDEL, 1996:9 [1967], grifo nosso).

²⁴ “O dinheiro, porém, desempenha seu papel de destruidor dos valores e equilíbrios antigos. O camponês assalariado, cujas contas são registradas no livro do empregador, ainda que os adiantamentos em espécie do seu patrão sejam tais que nunca lhe sobra, por assim dizer, dinheiro vivo nas mãos no fim do ano, adquiriu o hábito de contar em termos monetários. Com o tempo, trata-se de uma mudança de mentalidade. Uma mudança das relações de trabalho que facilita as adaptações à sociedade moderna, mas que nunca reverte em favor dos mais pobres” (BRAUDEL, 1996:43 [1967]).

multisseculares do feudalismo. Asseverando que o capitalismo era um fenômeno de longa duração, Braudel quis, de alguma forma, aproximar-se do legado de Marx.²⁵ Entretanto, isto não nos autoriza a reduzir a reflexão braudeliana a uma mera variante do pensamento marxiano,²⁶ nem tampouco reuni-los como se suas incompatibilidades pudessem ser solucionadas no campo teórico.²⁷ Ao nosso ver, embora tenham muitos pontos em comum, os antagonismos mais evidentes entre Marx e Braudel situam-se, pelo menos, em dois planos: o epistemológico e o político.

Quanto ao plano epistemológico, não que o “homem braudeliano” seja reduzido a uma espécie de “condição natural” nem, tampouco, estamos falando de uma “história sem homens”. Não podemos nem dizer que o homem braudeliano é passivo diante da *história*, mas, sim, aventar que ele se mantém passivo diante das *estruturas da história*. Presas a uma malha histórica todavia mais forte, revoluções são tragadas pelo tempo longo; tentativas bruscas de mudanças profundas logo cedem ao poder das estruturas. Somos consumidos pela própria história. Não há muito o que fazer: ou caminhamos na direção do processo histórico ou seremos levado por ele. De maneira geral, o presente não surge como o tempo do otimismo e da transformação, mas como o tempo do conformismo e da aceitação que deixa escapar parte de seu potencial ativo. O futuro? Sobre este, a impressão que se tem é a de que o progresso sempre

²⁵ Em 1958, ele declarava: “O gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, deve-se ao fato de que foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica”. Cf. BRAUDEL, 2005 [1969], pp.75-76. No início da década de 80, insistia: “Contudo, expliquei há muito tempo (mas será que somos lidos como gostaríamos?) que o pensamento de Marx, no que tem de mais original, de mais sólido e mais fértil, se desenvolve precisamente na perspectiva da longa duração histórica” (BRAUDEL, 1992:354 [1990]).

²⁶ “Fernand Braudel, autor de um estudo bastante original [*Civilisation Matérielle*], diverge de Marx em vários pontos, mas no final do seu livro admitiu que o que ele fez acabou sendo ‘voltar à linguagem de Marx, ficar do seu lado, mesmo que se rejeitem imediatamente os seus termos exatos ou a ordem rigorosa que lhe parece fazer deslizar toda a sociedade de uma a outra das suas estruturas’. Através de formulações sinuosas e nem sempre claras, Braudel, historiador brilhante, se dispunha a ser um aliado de Marx (“ficar do seu lado”), preservando porém suas prerrogativas de autonomia e seu direito de divergir, rejeitando a terminologia e a ‘ordem rigorosa’ do autor do *Capital*” (KONDER, 2002:190).

²⁷ Partindo de perguntas como “O que representa a imponente obra de Braudel dentro do processo de constituição de uma ciência da história iniciado por Marx? Em que pode contribuir a concepção marxista da história para uma revisão crítica dos trabalhos de Braudel? Que vasos comunicantes podem ser estabelecidos a partir de ambas posições sobre a história?”, Aguirre Rojas discute os pontos de contato e as oposições entre o filósofo alemão e o historiador francês, algo que merece uma leitura cuidadosa pelas possibilidades epistemológicas e sugestões historiográficas então levantadas. Ainda que não concordemos com a excessiva aproximação por ele promovida entre Marx e Braudel, que o leitor sintase convidado a lê-lo. Ver AGUIRRE ROJAS, 2000:25-177.

estará subordinado à ordem pois, caso contrário, tornar-se-ia revolucionário (para relembrar a fórmula consagrada por Comte). No entanto, esta ordem não é mais dada pela Razão e pelo Estado, mas pela própria história, alçada à condição de Senhora incontestada de todos os destinos — destinos que ela mesma, no passado, construiu. “A longo prazo, uma ação só pode ter peso histórico e durar se caminhar no sentido da história, se juntar sua própria velocidade à dela, em vez de tentar inutilmente freá-la” (BRAUDEL, 2004:332 [1963]). Não há espaço para o tempo-de-agora, para a esperança da mudança que despontará no horizonte revolucionário. Estamos falando de um raciocínio onde parece não haver saída ou rompimento histórico — esquema que, sob os nomes de historicismo, marxismo evolucionista ou positivismo, Benjamin investiu toda sua energia, denunciando-os nas “Teses” de 1940.²⁸

Quanto ao plano político, para Braudel a Europa mostra-se “engajada num mesmo destino global pela equidade social”, e o capitalismo é “criador de riquezas e bem-estar” (BRAUDEL, 2004:363 e 406 [1963]). Quando aborda o Colonialismo, retoma argumento semelhante ao outrora citado: uma das feições positivas deixada pelos franceses foi a formação de quadros administrativos e de uma classe de intelectuais no Líbano, Síria, Argélia, Tunísia e Marrocos (BRAUDEL, 2004:117 [1963]). De modo geral, pode-se estender esse “choque” e seu caráter “benéfico” às “estruturas sociais, políticas e culturais dos povos negros colonizados” (BRAUDEL, 2004:140 [1963]). E, embora concordasse que o Colonialismo manteve a Europa no centro do mundo e, portanto, lhe fora favorável (BRAUDEL, 2004:353 [1963]), isto não era motivo suficiente para “condenar, muito menos elogiar, a colonização europeia da África, mas simplesmente assinalar que essa colonização comporta, como quase todos os fenômenos que decorrem dos choques de civilizações, um ativo e um passivo culturais” (BRAUDEL, 2004:140 [1963]).²⁹

²⁸ Referimo-nos ao importantíssimo texto de Walter Benjamin *Teses sobre o conceito de história* (2005 [1940]).

²⁹ E completa: “Ao falar de um certo ativo da colonização, não estamos pensando nesses bens meramente materiais — estradas, ferrovias, portos, barragens —, nessas explorações do solo e do subsolo que os colonizadores instalaram com fins altamente interesseiros. Esse legado, por mais importante que às vezes possa parecer, seria de pouca utilidade e eminentemente perecível se os herdeiros não tivessem também adquirido, ao longo do penoso transe da colonização, meios que lhes permitem hoje sua utilização racional. O ensino, certo nível da técnica, da higiene, da medicina, da

Porém, em uma dada altura, parece ocorrer uma contradição entre seu alinhamento político e sua matriz teórica. Repetindo que não deve haver maniqueísmo no exame do tema em jogo, visto que existiram aspectos “positivos e negativos” dos dois lados e que as “responsabilidades e culpabilidades” teriam que ser “divididas”, arremata: “Uma coisa é certa: a história de certo colonialismo pertence a ontem — a página já foi virada” (BRAUDEL, 2004:354 [1963]).³⁰

Se existe uma certa inclinação de Braudel a favor do capitalismo, ela não o impediu de tentar manter a tão almejada (ainda por muitos!) neutralidade científica. É o que podemos observar quando ele se volta para as principais experiências socialistas. Sobre a União Soviética, vê com bons olhos o futuro da via revolucionária após a desestalinização, bem como ressalta a intensidade de sua industrialização (BRAUDEL, 2004:492-502 [1963]). Da China Popular, não parece ter a mesma simpatia, pois restringe-se a dizer que não é o caso nem de “elogiar” ou de “condenar”, preferindo destacar as virtudes da milenar civilização (BRAUDEL, 2004:202-211 [1963]). Por fim, dada a fase inicial da Revolução Cubana, seu comentário assinala o impacto na América Latina como um todo, tratando-se de uma “hora histórica” no que diz respeito aos problemas e soluções políticos e sociais ali vigentes (BRAUDEL, 2004:391-392 [1963]). Ou seja, não são opiniões de alguém que pode ser considerado um apologista do Capitalismo *stricto sensu* ou algo semelhante.³¹

administração pública são os melhores bens legados pelos colonizadores, a contrapartida positiva das destruições operadas, pelo contato europeu, nos velhos hábitos — tribais, familiares, sociais — sobre os quais se repousavam toda a organização e toda a cultura. Nunca se poderá dizer a que ponto puderam atuar, assim, as conseqüências e a novidade do trabalho assalariado, da economia monetária, da escrita, da propriedade individual da terra. Todos estes foram, sem dúvida, golpes desferidos num velho regime social. Mas tais golpes não são necessários à evolução que hoje se acha em curso?” (BRAUDEL, 2004:141-142 [1963]).

³⁰ No entanto, as posições mais explícitas de Braudel em torno da colonização em geral e, principalmente, da colonização francesa, foram expostas em seu último e inacabado livro *A identidade da França* (Cf. BRAUDEL, 1989 [1986], 1989a [1986], 1989b [1986]). A articulação entre identidade nacional e longa duração e seus desdobramentos políticos foi problematizada por RIBEIRO, 2010b.

³¹ Não é o que pensa José Carlos Reis, para quem “Braudel seria, se esta expressão ainda faz algum sentido, um ‘intelectual orgânico’ desse grupo vencedor e produtor da grande história [os capitalistas]”. Do lado oposto, Aguirre Rojas afirma, categoricamente, que “Fernand Braudel foi um pensador profundamente capitalista. Mas disso não decorre que tenha sido marxista ou comunista. Simplesmente significa que foi um crítico radical e implacável do que ele mesmo concebia como a realidade do capitalismo”. Já Dosse retrata bem as múltiplas visões políticas em torno de Braudel: “Contestado pela esquerda e pela direita, acusado pelo Partido Comunista Francês de ser um criado do imperialismo americano e do Plano Marshal, fez figura de revolucionário para os historiadores de direita ligados à

Poderia ser diferente? Como analisar o Socialismo a partir do referencial da longa duração, se ele consistia numa experiência histórica radicalmente original? Porém, bastava uma abertura para lançar mão de seu trunfo — e a longa duração falar mais alto. No que concerne aos problemas da agricultura japonesa, um jornalista afirmara que apenas o socialismo poderia solucioná-los. Responde Braudel: “Será? As experiências socialistas malograram justamente na agricultura. Aliás, todas as tentativas de reforma agrária, em todos os tempos e lugares, quando pretendem ser rápidas e radicais, têm trazido dissabores: as estruturas agrícolas estão entre as estruturas mais resistentes” (BRAUDEL, 2004:281 [1963]).

4. Uma leitura, uma interrogação

Ao pregar a neutralidade do trabalho científico, o primado da *longue durée* e sustentar que a história faz os homens mais do que os homens fazem a história, a concepção braudeliiana de História retrata uma posição política de não-engajamento frente às mazelas da vida social. Tolerante com o Capitalismo, pretende dividir as responsabilidades pelo Colonialismo e minimizar o papel explorador da Europa na eclosão da Revolução Industrial. É possível pensar que estes aspectos afastaram muitos intelectuais que até poderiam manter certa admiração por suas idéias, mas não consentiam às consequências políticas das mesmas.

De todo modo, como negligenciar a contribuição braudeliiana para as Ciências Sociais em torno da pluralidade temporal, da interdisciplinaridade e da geohistória, bem como sua interpretação sobre os processos constituintes da Modernidade?

5. Referências bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Os Annales e a Historiografia Francesa: tradições críticas de Bloch a Foucault (1921-2001)*. Maringá: Eduem (2000).

_____. *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez (2003).

história-narrativa”. Consulte, respectivamente, REIS, 1994, p.116; AGUIRRE ROJAS, 2003, p.133; DOSSE, 1999, p.161.

- _____. *Fernand Braudel e as Ciências Humanas*. Londrina: Eduel (2003a).
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC (2006 [1995]).
- BENJAMIN, Walter. "Sobre o Conceito de História". In: LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Campinas: Boitempo (2005 [1940]).
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (2001 [1949]).
- BRAUDEL, Fernand. *Les ambitions de l'histoire*. Édition établie et présentée par Roselyne de Ayala e Paule Braudel. Paris : Éditions de Fallois (1997).
- _____. "Trois définitions: l'événement, le hasard, le social". In: BRAUDEL, Fernand. *Les ambitions de l'histoire*. Édition établie et présentée par Roselyne de Ayala e Paule Braudel. Paris: Éditions de Fallois, pp.27-50 (1997 [1941-44]).
- _____. "L'histoire à la recherche de monde". In: BRAUDEL, Fernand. *Les ambitions de l'histoire*. Édition établie et présentée par Roselyne de Ayala e Paule Braudel. Paris: Éditions de Fallois, pp.51-67 (1997a [1941-44]).
- _____. "Géohistoire: la société, l'espace et le temps". In: BRAUDEL, Fernand. *Les ambitions de l'histoire*. Édition établie et présentée par Roselyne de Ayala e Paule Braudel. Paris : Éditions de Fallois, pp.68-114 (1997b [1941-44]).
- _____. *Autour de la Méditerranée*. Édition établie et présentée par Roselyne de Ayala e Paule Braudel. Paris: Éditions de Fallois (1996).
- _____. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes (1992 [1990]).
- _____. *A Identidade da França: o Espaço e a História - Vol. 1*. São Paulo: Globo (1989 [1986]).
- _____. *A Identidade da França: os Homens e as Coisas - Vol. 2*. São Paulo: Globo (1989a [1986]).
- _____. *A Identidade da França: os Homens e as Coisas - Vol. 3*. São Paulo: Globo (1989b [1986]).
- _____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 2: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes (1996a [1979]).
- _____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 3: O Tempo do Mundo*. São Paulo: Martins Fontes (1996b [1979]).

_____. *Escritos sobre a História*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva (2005 [1969]).

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 1: As Estruturas do Cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes (1996 [1967]).

_____. *Gramática das Civilizações*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes (2004 [1963]).

_____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin (1949).

COMTE, Augusto. "Discurso sobre o espírito positivo". In: COMTE, Augusto. *Seleção de Textos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, pp.42-94 (1983 [1844]).

DOSSE, François. "L'histoire sociale "à la française" à son apogée: Labrousse/Braudel". In: DELACROIX, Christian, DOSSE, François, GARCIA, Patrick. *Les courantes historiques en France – XIX-XX Siècles*. Paris: Armand Colin, pp.296-391 (1999).

_____. "O traje novo do presidente Braudel". In: LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, pp.35-55 (2003 [1987]).

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1965]).

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Paz e Terra (1995 [1994]).

KAYE, Harvey. *Los historiadores marxistas británicos. Un análisis introductorio*. Zaragoza: Prensas Universitarias (1989).

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras (2002).

LANGLOIS, Charles-Victor, SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Kimé (1992 [1898]).

LIMA, Luís Corrêa. *Fernand Braudel e o Brasil: vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo: Edusp (2009).

LLOYD, Christopher. *As Estruturas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1995 [1993]).

MAGER, Wolfgang. "La conception du capitalisme chez Braudel et Sombart". Convergences et divergences. In: REVEL, Jacques (présenté par). *Fernand Braudel et l'histoire*. Paris: Hachette, pp.137-148 (1999 [1990]).

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. *Textos – Volume 3*. São Paulo: Edições Sociais, pp.21-47 (s/d [1848]).

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Moraes (s/d a [1846]).

MÉSZÁROS, István. “A quebra do encanto do “capital permanente universal””. In: MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Campinas: Boitempo, pp.53-93 (2002).

MORINEAU, Michel. “Um grande projeto – Civilização Material, Economia e Capitalismo”. In: VÁRIOS. *Ler Braudel*. Campinas: Papyrus, pp.31-61 (1989 [1981]).

PARIS, Erato. *La genèse intellectuelle de l’oeuvre de Fernand Braudel*. Athènes: Institute de Recherches Néohelléniques/FNRS (1999).

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales — a Inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (2000).

_____. *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática (1994).

RIBEIRO, Guilherme. “Fernand Braudel e a geo-história das civilizações”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.18, n.1, jan.-mar., pp. 67-83 (2011).

_____. “A valorização total do espaço: capitalismo e geografia em *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme: XV-XVIII siècles*”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 47, jan.-jun., pp.5-27 (2011a).

_____. “A originalidade historiográfica de “La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II” e a concepção braudeliana de História”. *História da Historiografia* (UFOP), n. 4, pp.125-144 (2010).

_____. “Turbulência histórica e fertilidade intelectual: os Annales de Marc Bloch e Lucien Febvre”. *Anos 90*, v.17, pp.233-260 (2010a).

_____. “História, historiografia e identidade nacional: Fernand Braudel e o caso francês”. *Projeto História*, PUC-São Paulo, vol. 41, pp.93-123 (2010b).

_____. “Espaço, Tempo e Epistemologia no Século XX: a Geografia na obra de Fernand Braudel”. Niterói, Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense (2008).

SHAW, Carlos Martínez. Fernand Braudel: el cenit de la escuela de los Annales. *Revista de Occidente*, Fundación Ortega y Gasset, nº 152, enero, pp.65-80 (1994).

WALLERSTEIN, Immanuel. Le capitalisme de Braudel ou le monde à l'envers. In: REVEL, Jacques (présenté par). *Fernand Braudel et l'histoire*. Paris: Hachette, pp.149-161 (1999 [1991]).

A DIMENSÃO ESPACIAL DAS LUTAS SOCIAIS: A Experiência do Movimento dos Sem-Teto

Tatiana Tramontani Ramos*

Resumo: o presente artigo analisa a espacialidade dos movimentos sociais, sublinhando a relevância do espaço na compreensão das práticas sociais e criticando sua ausência na literatura que aborda o tema. A experiência dos sem-teto nos permite entender a indissociabilidade existente entre o espaço e a dinâmica dos movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais, espaço social, movimentos urbanos.

THE SPATIAL DIMENSION OF SOCIAL STRUGGLES: THE “HOMELESS” MOVEMENT EXPERIENCE’S

Abstract: the present article analyzes the spatiality of social movements, bring out the relevance of space for understanding the social practices and criticizing his absence on literature about to tema. The “homeless” experience’s we can understand the inseparability between space and the dynamic of social movements.

Key-words: social movements; social space; urban movements.

LA DIMENSION SPATIALE DES LUTTES SOCIALES: L’ÉXPÉRIENCE DU MOUVEMENT DES SANS-TOIT

Résumé: cet article analyse la spatialité des mouvements sociaux, en soulignant la relevance de l’espace dans la compréhension des pratiques sociales et en critiquant son absence dans la littérature dédiée à la question. L’expérience des sans-toit nous permet d’entendre l’indissociabilité entre l’espace et la dynamique des mouvements sociaux.

Mots-Clés: mouvements sociaux; espace social; mouvements urbains.

* Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2003), Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2005) e Doutora em Geografia (2012) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD/UFRJ), sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza. Professora Adjunta do Departamento de Geografia da UFF – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes. Endereço eletrônico: tatiana_tramontani@yahoo.com.

1. O espaço social: categoria fundamental para a análise das sociedades e dos movimentos sociais

Nós geógrafos nos preocupamos, fundamentalmente, com o conceito de espaço geográfico, isto é, aquele que remete à sua relação com a ação humana. Se a ação humana é algo capaz de transformar, apropriar-se, controlar, marcar, definir, delimitar; o espaço é algo que condiciona, influencia e pode até determinar tais ações, seja no plano tático, estratégico ou simbólico.

A revalorização do espaço como uma categoria fundamental para a análise das sociedades vai ocorrer com uma significativa contribuição por parte da Filosofia nas décadas de 1960 e 70, a partir das obras de autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e, especialmente, Henri Lefebvre. Lefebvre, entre outros autores, foi aquele que se dedicou de forma mais sistemática e consistente ao espaço, talvez por isso tenha recebido um destaque muito maior dentro da Geografia visto que sua contribuição vai revolucionar a ideia da produção (social) do espaço e a (re)produção da sociedade.

Muito já foi dito da importância de Lefebvre para re-inserir o espaço no debate teórico e político da teoria social crítica.³² *“Ele [Lefebvre] se tornou o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e o defensor mais vigoroso da reafirmação do espaço na teoria social crítica”* (SOJA, 1993:62).

Segundo autores explicitamente influenciados por este autor (HARVEY, 1999; SOJA, 1993; SANTOS, 2002), a grande contribuição de Lefebvre está em chamar a atenção para a produção social do espaço, sem o qual não é possível a reprodução das relações de produção na sociedade. Em outras palavras, a produção do espaço é a produção da própria sociedade.³³

Ao analisar a complexidade das mudanças sociais, Harvey (1999: 201), afirma que

³² No caso brasileiro, devemos salientar a “escola lefebvreana” que se formou na Universidade de São Paulo.

³³ Esta formulação vai ser desdobrada de diversas formas, desde o estruturalismo até perspectivas mais ricas como a dialética sócio-espacial, por exemplo.

[a] história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como seus usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. Além disso, todo projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura da transformação das concepções e práticas espaciais e temporais.

A partir daí, o autor inspira-se em Lefebvre para criar um quadro explicativo das práticas espaciais que são peças-chave nas formulações de Lefebvre, pois *“referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social”* (HARVEY, 1999).

Para Lefebvre, o processo de produção e reprodução do capitalismo só pode ser plenamente analisado e compreendido considerando-se a produção do espaço por este modo de produção. Ou seja, é necessário que o capitalismo seja capaz de garantir a reprodução dos meios de produção, das relações de produção e do cotidiano através da produção de espaços e de práticas espaciais. Devemos ressaltar que este autor entende as relações sociais de produção como algo mais amplo e complexo que a produção no seu sentido econômico. A produção é um processo amplo que diz respeito à produção e reprodução da própria sociedade nas suas multiplicidades, seja a economia, a política, a cultura, os discursos, etc. Em outras palavras, a produção a que Lefebvre se refere não é somente a de mercadorias, produtos e serviços – é esta também -, mas engloba as significações, os valores, as normas, as regras que vão regular e controlar a vida social.

Além de marcar uma ruptura em relação ao estruturalismo e ao economicismo, esta ideia de produção e reprodução para além da economia, estendendo-se a toda a sociedade é uma forma de romper com a ideia de que o espaço seria apenas um produto ou palco das ações sociais. E ao superar esta ideia de espaço e considerar o amplo processo de reprodução das relações de produção, o espaço torna-se uma categoria fundamental para se compreender a dinâmica da sociedade capitalista.

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pré-suposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de

produção. (...) [É] preciso tomar como referência a reprodução das relações de produção, e não a produção no sentido restrito dos economistas, isto é, o processo da produção das coisas e de seu consumo. Portanto, o espaço da produção, esse sentido amplo implicaria e conteria em si a finalidade geral, a orientação comum a todas as atividades na sociedade neocapitalista. O espaço seria, desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas. Seria uma relação e um suporte de inerências na dissociação, de inclusão na separação. Seria, portanto, um espaço ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado, que se deveria reencontrar nas cidades novas, na pintura, na escultura e na arquitetura, e também no saber. (LEFEBVRE, 2008[1972]: 48)

Lefebvre é provavelmente a mais importante exceção ao marxismo cientificista ortodoxo que desprezava a dimensão espacial, por rejeitar o economicismo, por abrir-se à cultura e ao humanismo e por ver no espaço algo mais que um mero reflexo/palco das lutas sociais (SOUZA, 1988).

A “guinada espacial” verificada na segunda metade do século XX a partir de contribuições substanciais como a de Henri Lefebvre vai levar a um processo de transformação teórica, metodológica e política dentro da Geografia. Essa transformação vai consistir, entre outras coisas, em uma renovação crítica própria da incorporação de novas questões, como a valorização da dimensão espacial do poder – CLAVAL (1989 [1978]), LACOSTE (1997 [1978]), SACK (1986), RAFESTIN (1993 [1980]) – e a reafirmação da importância da espacialidade na constituição da dinâmica social concreta – QUAINI (1979 [1974]), HARVEY (1999 [1989]), SOJA (1993 [1989]), SANTOS (2002b [1978]), CORRÊA (2000).

Contudo, Gomes (1996) mostra que, longe de contribuir para uma unidade programática da disciplina, esse processo de renovação crítica fez surgir diversas correntes como a Geografia Marxista, Humanista e Cultural. Essa diversidade de correntes não só não evitou uma hegemonia do pensamento marxista estruturalista e economicista, derivada de uma apropriação empobrecedora da obra de Henri Lefebvre, como também acabou por privilegiar a dimensão histórico-temporal em detrimento da espacialidade.

A contribuição de Michel Foucault pode ser identificada na reflexão que o autor vai fazer sobre as relações de poder e as implicações espaciais dessas relações, ainda que essa contribuição prime por uma abordagem que reverencia muito mais a História do

que a Geografia. Verdadeiramente, o ponto central das reflexões de Foucault é o poder – desde as grandes estruturas de poder, como o poder estatal, até a sua microfísica, como ele se exerce no cotidiano, sobre os corpos e na subjetividade das pessoas. A partir da sua análise do poder e da microfísica do poder, Foucault descobre na produção e na organização dos espaços disciplinares, os mecanismos através dos quais o poder se exerce na sociedade moderna, a partir da sua circulação e da sua introjeção nas subjetividades. Reflexões como essas trazem o espaço para dentro de um novo debate teórico e, principalmente, de um debate político, pois nos levam a construir a crítica e refletir sobre as relações sociais hegemônicas e contra-hegemônicas a partir de outros referenciais.

Foucault enxerga na análise espacial (ainda que através de uma história dos espaços) uma nova forma de se pensar e agir teórica e politicamente, através da compreensão do espaço como uma forma relacional, e logo não concebe o espaço como algo vazio e sem vida a ser preenchido pela sociedade.

A contribuição de Deleuze e Guattari para uma teoria do espaço (social) só recentemente tem sido (re)conhecida por alguns geógrafos estrangeiros (MASSEY, 2008[2005]) e brasileiros (HAESBAERT, 2004; SOUZA, 2006). Este desconhecimento dentro da Geografia é de preocupar, pois estes dois autores realizaram importantes reflexões sobre seu conceito de desterritorialização e, conseqüentemente, sobre o processo de reterritorialização. É certo que nem todas essas reflexões têm um sentido propriamente espacial ou que se possa remeter ao espaço também como forma material, mas ainda assim, de grande importância teórica para a Geografia.

Uma das razões para tal negligência talvez seja a postura assumidamente crítica dos autores em relação ao marxismo visto que, esses autores reconhecem a importância política e teórica do legado de Karl Marx, todavia, não o exime de críticas.

A questão central para Deleuze e Guattari é pensar uma política da imanência entre sociedade e território, ou seja, formas de relações sociais que não se restrinjam a formas de organização da sociedade no espaço, por meio de aparelhos transcendentais como o Estado, Deus, o Partido, a Ciência ou o Capital. Mas que se organizem por meio de processos imanentes à própria sociedade. Essa política da

imanência, para esses autores, é inseparável dos processos de territorialização e desterritorialização. Estes processos vão desde a construção de territórios no pensamento (em sentido muito amplo, da psicologia à psicanálise) ao território do Estado-Nação (em sentido estrito), passando por inúmeras outras formas de territorialidade humana. A noção de território para esses autores é extremamente ampla; porém, com uma leitura crítica, sua obra é, sem dúvida, uma significativa fonte de inspiração e instrumento para a reafirmação do espaço da teoria social crítica.

2. A espacialidade do social ou dimensão espacial da sociedade no campo do pensamento crítico

Uma das condições de existência, reprodução e transformação de qualquer sociedade humana, em qualquer período histórico é a produção e organização do espaço geográfico. Tal espaço é fruto das relações sociais e de poder que instituem e constituem tal sociedade e, ao mesmo tempo, é condicionante das práticas sociais que garantem a sua reprodução e a transformação. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que determinada sociedade se institui, ela produz e organiza um espaço que permite e expressa material e subjetivamente suas próprias relações. Assim, toda sociedade produz uma determinada organização *sócio-espacial* que lhe permite existir. Tal organização pode ser chamada de espacialidade do social. Assim,

a sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica. A expressão, por certo, causa um certo estranhamento, embora seja natural dizer-se que o espaço em que vivemos está impregnado de história. É como se fosse natural falar da historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história. Poderíamos, à guisa de provocação epistemológica, afirmar que se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica e, assim, uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação que, aqui, deve ser tomada ao pé da letra, ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente". (PORTO-GONÇALVES, 2001).

O ponto de partida para a análise da espacialidade do social é a ideia segundo a qual espaço e relações sociais são indissociáveis e não há exterioridade entre eles. Nesse sentido, o espaço não é simplesmente um "palco" onde as ações humanas se

desenrolam, um agente externo que é apenas um reflexo ou um produto social secundário, bem como o espaço não é também um ator autônomo, independente, capaz de determinar completamente a dinâmica social – o que configuraria um determinismo geográfico ou um fetichismo do espaço. Nem palco nem ator principal, mas sim *um produto social que ao mesmo tempo condiciona* relações sociais.

Há um sentido de imanência aí embutido, posto que as relações sociais se fazem não apenas no/sobre o espaço, mas pelo espaço e com referência ao espaço. O condicionamento exercido pela espacialidade, assim, é mais complexo do que se poderia imaginar à primeira vista. Não se trata apenas de uma ideia do tipo ‘a materialidade que aí está, uma vez sendo produzida, carrega uma inércia e condiciona as ações posteriores dos indivíduos, restringindo seu leque de ações’. As relações sociais são referenciadas pela materialidade e pelas significações inscritas nessa materialidade e a ela associadas, assim como pelas relações de poder que também têm a materialidade como ponto de referência. Espaço social e relações sociais não são a mesma coisa; contudo, espaço e relações sociais só são plenamente inteligíveis e, principalmente, só se concretizam em meio a uma ‘integração densa’ (para além do truísmo de que não há ‘atores’ sem ‘palco’, ou seja, não há relações sociais possíveis sem um espaço material). (SOUZA, 2006: 319, aspas do autor.)

Analisar o espaço geográfico significa identificar e apreender as relações sociais e de poder que instituem leis e normas, a produção de subjetividade que se inscreve no *socius* e na materialidade do espaço e, finalmente, que ordenam a produção e organização material do substrato espacial. Em outras palavras, as questões fundamentais são: quais são as relações sociais e de poder que instituem esta determinada organização sócio-espacial? Por que o espaço está organizado desta e não daquela forma? Quais as forças que atuaram, e quais os conflitos ocorreram para que fosse desse jeito? Qual o sentido dessa organização sócio-espacial?

Essas indagações podem ser trabalhadas a partir de três dimensões que fazem parte e constituem a *relação indissociável entre espaço e relações sociais*:

a) *dimensão material*, isto é, a transformação da natureza pelo trabalho humano produzindo objetos e organizando-os de acordo com a organização política, econômica e cultural de cada sociedade (SANTOS, 2002b [1978], 2002^a [1996]; QUAINI, 1979[1974]).

b) *dimensão simbólica*, ou a produção de significados, representações, discursos e formas de apropriação do espaço que passam pela subjetividade, pela estética e pelas percepções corpóreas. A espacialidade não apenas material, concreta e objetiva, mas, também, subjetiva, base dos discursos, representações e significados que dão sentido e organizam as relações sociais (RELPH, 1976; TUAN, 1983[1977]; GUATTARI e ROLNIK, 1999[1986]).

c) *dimensão do poder*, que estabelecem o conjunto de regras hegemônicas as quais organizam determinada sociedade (leis, economia, cultura, etc.) dentro de um determinado limite espacial, instituindo um território (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993[1980]; SOUZA, 2006, HAESBAERT, 2004).

A análise da espacialidade na Geografia, o seu olhar sobre as lutas, movimentos e ativismos sociais, expressam um interesse renovado pela dimensão espacial do poder, ou, simplesmente, espacialidade do poder, inclusive no nível da sua “microfísica”, e é a essa abordagem que recorreremos em nossa análise.

3. As lutas sociais: qual luta social?

Segundo Sader (1995) e Santos (1981), a expressão *luta social* faz uso de um termo, em si, muito amplo: *luta*. Luta pode remeter tanto a pequenas reivindicações paroquiais ou localizadas, com maior ou menor grau de politização e criticidade, até movimentos organizados em torno de uma causa e que também colocam questões mais profundas, como a passagem de um padrão de legitimação da ordem social vigente, para um padrão de contestação dessa mesma ordem e proposição de novos projetos.

Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. (...) Ao usar palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que eles usam. (SADER, 1988:142)

A sociologia, a história, a filosofia, a ciência política, a psicologia social e a antropologia urbana foram as disciplinas que mais desenvolveram reflexões sobre a questão das lutas sociais, especialmente a partir das décadas de 1960 e 70. Contudo, nestes campos de análise, especialmente no campo da sociologia e da antropologia urbana, as lutas sociais costumavam estar relacionadas às lutas de classe, como podemos observar em autores como Castells (1972, 1974), Borja (1975), Lojkine (1981) – influenciados principalmente por Alain Touraine (1973) – bem como, no Brasil, em Jacobi (1980), Nunes (1985) e Gohn (2000), influenciados pelos três primeiros.

Jean Lojkine, ao mesmo tempo em que endossou o comunismo de tipo europeu – uma tentativa de adaptação do marxismo à conjuntura dos países capitalistas desenvolvidos – preocupou-se em prestigiar os movimentos sociais, contanto que eles não se descolassem do movimento operário e do Partido Revolucionário, produzindo assim uma análise de peso (SOUZA, 1988). Segundo Marcelo L. de Souza (1988), Manuel Castells, em seu livro *A Questão Urbana*, percorre uma trajetória estruturalista, coloca a questão da importância dos movimentos sociais urbanos e deixa implícita a ideia de que cabe aos partidos despertar nos movimentos sociais o seu potencial transformador. Em trabalhos posteriores sua análise passa a buscar o equilíbrio entre o Partido Comunista no governo e as massas populares (operariado).

O terceiro expoente nos estudos dos movimentos sociais, Jordi Borja – com menor repercussão que Lojkine e Castells – se volta para a investigação das relações entre estrutura urbana (e suas contradições) e conflitos urbanos, destacando-se no momento de dissecar a dimensão política dos ativismos (suas dinâmicas, seus potenciais e objetivos), sendo esta a sua principal contribuição.

Touraine (1973), pioneiro na teorização das lutas sociais contemporâneas, considerava o movimento social a expressão máxima das contradições sociais. Para esses autores, as “lutas sociais” e movimentos sociais não seriam nada mais do que “representações refratadas da luta de classes”, e suas reivindicações seriam meramente pontuais e não passariam de uma pseudojustificativa conjuntural da qual as grandes contradições do modo de produção capitalista seriam a efetiva justificativa, ou seja, a estrutura na qual

elas se reproduzem e à qual retroalimentam. Eder Sader, contudo, nos traz uma perspectiva diferente:

Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais concretos à características “estruturais”, só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno. Apenas dá aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado. (...) São, assim, reduzidos ao campo geral das “lutas de um setor da classe operária para a defesa das condições de reprodução da força de trabalho”. O único problema consiste em que desaparecem, nesse processo, as características singulares que mais chama a atenção se nos debruçarmos para examinar o fenômeno em sua originalidade. (SADER, 1988: 38, 39, *aspas do autor*)

Entendemos que as lutas e os conflitos constituem a sociedade. Dentro desta perspectiva, elas podem remeter à ideia de *luta de classes*, mas não necessariamente

“a Geografia brasileira produziu, especialmente até o final da década de 1980, uma literatura sobre movimentos sociais majoritariamente empirista, dando margem a uma farta produção de estudos de caso”

restringem-se a ela e à estrutura capitalista. As “fronteiras” dessas lutas são definidas conjunturalmente em momentos de crise, de ruptura; contudo, os conflitos (eventuais ou permanentes) não obrigatoriamente traduzem contradições de classe. Além disso, a ideia de luta de classes pressupõe uma relação direta com aquele conceito de classe ligado à produção, que remete a uma clivagem típica da análise marxista

que opõe os donos do capital (burguesia) aos que vendem sua força de trabalho (proletariado) e reproduzem o sistema (modo de produção capitalista). No entanto, essa redução pode ser problemática, visto que:

a – Nem todos os movimentos sociais remetem à questões propriamente ligadas aos sistema produtivo e/ou às contradições do modo de produção capitalista, vide os movimentos pela emancipação das mulheres, pelos direitos civis dos negros, contra o racismo, contra a violência, questões de gênero e orientação sexual, movimento ecológico etc.;

b – Os movimentos sociais possuem um caráter pluriclassista que dificulta a identificação do proletariado como “classe revolucionária por excelência” e, por fim;

c – Nem todo movimento social visa transformações da sociedade através da “tomada do poder” do Estado e do aparelhamento oferecido pelos partidos de esquerda.

Desta forma, podemos referenciar autores e obras que beberam neste tipo de enfoque teórico-metodológico como autores que privilegiaram uma abordagem marxista e (muitas vezes) estruturalista dentro das ciências sociais. Esses autores tomam os movimentos sociais como reflexo das contradições do modo de produção capitalista, além de acreditarem que os movimentos sociais deveriam encarnar práticas de transformações efetivas nas estruturas sociais que conduzissem a sociedade a uma realidade socialista, cada um a seu modo, mas sob os mesmos referenciais.

Privilegiando o viés marxista de interpretação das contradições sociais, autores como Castells (1972, 1974), Borja (1975) e Lojkine (1981), em sua visão centrada no Estado e nas formas e possibilidades de ação dos partidos, acabaram introduzindo os movimentos sociais na agenda do marxismo. Incorporação esta que não se deu sem problemas, como o fato das questões levantadas pelos próprios movimentos sociais acabarem sendo consideradas, em última análise, “secundárias” diante da “grande contradição capital-trabalho”. Assim, as lutas por moradia, saneamento, direitos civis, acesso aos bens de consumo coletivo nas cidades, contra projetos urbanísticos impostos pelo Estado etc. seriam, sob essa perspectiva, reivindicações meramente secundárias.

Na Geografia brasileira esse tipo de enfoque e linha de abordagem fez escola. Contudo, segundo Souza (1988), as ideias de autores como Lojkine, Castells e Borja sofreram, no Brasil, um enfraquecimento teórico e político, pois o pensamento de autores oriundos de países centrais é absorvido sem considerar a nossa realidade periférica. *“Tratar os nossos ativismos ‘à européia’ significa diluir-lhes a heterogeneidade essencial e radical, esvaziá-los de suas agudas contradições”* (SOUZA, 1988:151, *aspas do autor.*) Mais adiante, Souza afirma que:

Para além da pasteurização e da dicotomização, necessitamos atentar para as particularidades concretas das motivações dos ativismos terceiromundistas, filtrando as determinações mais gerais.(...) As especificidades sociais do Primeiro e do Terceiro Mundo materializam-se no espaço, com vínculo forte com o tipo e a dinâmica dos ativismos. Além de circunscrita em termos de grupo social, a pobreza tende a ser, no Primeiro Mundo, limitada em termos espaciais. (...) Já no Terceiro Mundo, com a pobreza sendo generalizada temos também a sua difusão pelo espaço urbano, através de situações as mais diferentes: periferias, favelas centralmente localizadas, áreas de obsolescência. (...) Assim, no Terceiro Mundo, sem que se desconheça uma problemática e um tipo de ativismos mais próximos dos primeiromundistas, o que ocorre é que a sua importância é em grande parte eclipsada pela gravidade e pela importância quantitativa dos problemas fundamentais que vitimam os trabalhadores pobres. (SOUZA, 1988: 152-153)

A contingência de ser ter grandes quantidades de pessoas amontoadas nas cidades por motivos relacionados à produção econômica, para Santos (1981), levou a análises que se restringiam às formas de se organizar coletivamente bens de consumo complexos, esquecendo-se ou pouco valorizando o fato de que, “tentativas de organização dos bens de consumo coletivos são, ao fim e ao cabo, tentativas de organização do espaço”. No entanto, de forma negligente com a teoria, a Geografia brasileira produziu, especialmente até o final da década de 1980, uma literatura sobre movimentos sociais majoritariamente empirista, dando margem a uma farta produção de estudos de caso, com referências aos autores citados (Castells, Lojkin e Borja), porém, de pouca consistência teórica, o que resultou, muitas vezes, em exames negligentes até mesmo com a dimensão econômica. Isso pode ser observado em trabalhos acerca de movimentos reivindicatórios de bens de consumo coletivo, questões de moradia, segregação sócio-espacial urbana, transportes e infraestrutura urbana e movimento operário que, em grande parte, resumiam-se a abordagens práticas das contradições estruturais capitalistas no campo e na cidade, como nos alertou Souza (1988, 2006, 2008). Nestes tipos de análise há pouco espaço para o protagonismo dos próprios sujeitos e o que impulsiona os movimentos não está efetivamente dentro deles, mas se define pela própria dinâmica das relações de produção como vemos em trabalhos de Bernardes (1983), Mizubuti (1986), Silva (1986), Oliveira (1996, 2005) e Fernandes (1996, 2008).

Se aqueles autores pioneiros (frutos do contexto europeu) preocupavam-se em produzir ensaios de considerável peso teórico, seu aproveitamento no Brasil produziu, grosso modo, uma grande quantidade de estudos de caso nos quais se focaliza uma situação específica (associações, lutas comunitárias etc.) como fruto de determinada conjuntura (SOUZA, 1988). Neles, as ambições teóricas mais amplas e a articulação entre conjuntura e estrutura são negligenciadas ou esquecidas.

Note-se, contudo, que, Oliveira (1996, 2005) e Fernandes (1996, 2008), contribuíram substancialmente para um crescimento na produção de trabalhos referentes aos movimentos sociais agrários, trazendo questões como a reforma agrária e a luta pela terra no Brasil, mas ainda fortemente marcados pela análise das contradições do modo de produção capitalista e suas consequências materializadas no conflito de classes e no acesso desigual aos meios de produção, neste caso, a terra. Estes estudos e a própria produção bibliográfica sobre movimentos sociais agrários que marcaram a década de 1990 conseguiram alcançar maior visibilidade e projeção para os movimentos sociais do campo, visto que, a despeito do viés estruturalista e marxista, esses trabalhos eram qualitativamente superiores em termos teóricos e metodológicos do que aqueles produzidos sobre os movimentos sociais urbanos na mesma época, que permaneceram muito frágeis teoricamente e esvaziados politicamente.

No entanto, nem todas as abordagens dos movimentos sociais e suas práticas privilegiaram o marxismo hegemônico como forma de análise, nem as contradições estruturais do capitalismo como matriz de fundamentação das lutas. Alguns autores (filósofos, sociólogos, historiadores e, um pouco mais tarde, também os geógrafos), procuraram estabelecer análises que previssem uma emancipação frente à hegemonia do pensamento marxista neste campo de estudo.

Esses autores procuraram um afastamento dos referenciais estruturalistas do reducionismo economicista e, muitas vezes, do próprio marxismo, privilegiando questões como a subjetividade, as identidades sociais e coletivas, questões culturais, cidadania e cotidianos, entre outras. A partir de uma crítica ao monopólio do Estado e dos partidos sobre as práticas dos movimentos sociais, esses autores ergueram a possibilidade de estimular a potencialidade transformadora dos próprios movimentos

sociais, valorizando a autonomia e a capacidade de autogestão dos mesmos. Essa foi a abordagem considerada mais crítica dentro do panorama das ciências sociais e da Filosofia no final do século XX, por propor uma relação entre a estrutura e as *conjunturas* de forma que fossem produzidos discursos, análises, ideias, propostas e, principalmente, projetos futuros. A ideia era garantir a visibilidade não só dos processos, mas dos sujeitos, como propuseram Arendt (2003[1958]), Foucault (1998[1979]), Guattari e Rolnik (1999[1986]), Castoriadis (1982, 1992) e, no Brasil, Ribeiro (1980, 2008), Sader (1995[1988]) e Santos (1981).

Diferentemente dos demais, esses autores não “jogam a estrutura fora”, e nem tomam a conjuntura como um dado singular e, por isso, definitiva na conformação dos movimentos sociais (SANTOS, 1981). Eles conseguem estabelecer uma relação entre estrutura e *conjunturas* que não são monolíticas, mas são, ao contrário plurais, multifacetadas e, por isso, contém múltiplos significados que podem ser dados ou construídos. Logo, nem a estrutura determina as contradições e conseqüentemente as lutas, nem a “conjuntura” condiciona inexoravelmente o que se pode e deve fazer, mas ambos teriam as condições de justificar, orientar, conduzir crises e determinar seus cenários, produzindo discursos, mas também ação e protagonismo dos sujeitos.

Ao se debruçar sobre o tema, Sader (1988), por exemplo, propõe a análise dos movimentos sociais a partir das novas modalidades de elaboração da vida e expressão social por eles trazidas à cena política. Movimentos vistos a partir de formações diversas, heterogêneas, singulares, mas que trazem em comum a afirmação de sua identidade a partir da luta contra as desigualdades, através da solidariedade, dos valores de justiça e dignidade. Eder Sader procura, através de um olhar libertário, elaborar uma análise mais heterodoxa sobre os movimentos sociais. Isto é, não restrita ao tradicional conflito de classes e às contradições do capitalismo, mas aberta a outros tipos de representação das condições de classe e tratando a *luta* como *conquista* de direitos. Com essa forma de olhar para os movimentos sociais, Sader vai elucidar a profunda desconfiança que muitas vezes surge nestes movimentos com relação às instituições e às formas instituídas de prática política. Ao estabelecer este “filtro” entre as ações dos movimentos sociais e as práticas políticas em sentido estrito, como as dos

partidos de esquerda, dos sindicatos, e outras, o autor amplia e renova a noção de política, pois estes movimentos politizam com suas práticas múltiplas esferas do cotidiano e fazem política a partir da ação direta, constituindo um espaço público realmente significativo. Para além do sistema de representação política e do Estado como instrumento privilegiado de mudança, apontam um sentido para a transformação social.

O grande avanço nas análises produzidas pelos autores mencionados incorporando a composição heterogênea e (possivelmente) politicamente autônoma dos movimentos sociais continuou deficiente quanto à importância da espacialidade desses e para esses movimentos, a qual permaneceu amplamente negligenciada durante muito tempo.

Alguns autores da Geografia brasileira, a partir de um viés de análise politicamente mais crítico, têm rompido com o caráter estruturalista e empirista, produzindo reflexões teóricas mais consistentes e preocupadas com um pensamento mais libertário em detrimento do marxismo ortodoxo, sem negligenciar a espacialidade em suas análises. Exemplos desses autores são Souza (1988, 2006, 2008) – com seus trabalhos sobre o ativismo de bairro, no final da década de 1980, e os subsequentes, sobre Geografia e planejamento urbano, movimentos sociais urbanos – e Porto-Gonçalves (1998, 2001) – com trabalhos sobre a territorialidade seringueira na Amazônia, contribuições para a Geografia agrária, movimento ecológico e Geografia dos movimentos sociais na América Latina.

O diferencial desses trabalhos está justamente no fato de romperem com um tipo de reflexão que tem sido hegemônica no campo da Geografia crítica desde a década de 1970 e trazerem reflexões que incorporam a própria ação social espacializada, contribuindo no que diz respeito à visibilidade e ao ganho de autonomia dos próprios movimentos enquanto protagonistas de sua ação.

4. A espacialidade dos movimentos sociais: incorporando a dimensão espacial ao estudo dos movimentos e ativismos sociais

Como afirmou o filósofo e historiador Michel Foucault na entrevista para a revista *Hérodote*, publicada no livro *Microfísica do poder*, para entender e explicar as lutas sociais é preciso ir além das “contradições do capitalismo”. Para ele o termo “luta” só é operatório se junto com ele for estabelecido “quem está em luta, a respeito de quê, como se desenrola a luta, em que lugar, com quais *instrumentos* e segundo que *racionalidade*” (FOUCAULT, 1998[1979]:226 e 227). Sem esses atributos qualificadores deste tipo de ação, deste tipo de prática social, a “velha lógica da contradição” não se faz suficiente para elucidar os processos reais.

Ainda que o espaço não fosse o foco da reflexão de Foucault e ele estivesse longe de pretender produzir qualquer teorização a esse respeito, o autor coloca categoricamente que “a história dos espaços é a história dos poderes” (FOUCAULT, 1998[1979]: 212), para entender os mecanismos do poder é preciso “ir além do espaço como continente, fixação, buscá-lo como forma econômico-política”. E este é o elemento que deve diferenciar a nossa análise, enquanto geógrafos principalmente, de outros tipos de abordagem do campo social.

Retomando a ideia proposta na primeira parte, de que o espaço é um produto social complexo, um produto que influencia/referencia/condiciona as práticas daqueles que o produzem, trata-se agora de buscar compreender como e com que intensidade a dimensão espacial é imanente à dinâmica dos ativismos e movimentos sociais. Em outras palavras, se o espaço não é meramente um “palco”, em que medida o fato de não levá-lo em conta adequadamente empobrece e dificulta a compreensão da dinâmica e das práticas desses movimentos (SOUZA, 2008: 368).

A análise da espacialidade do social nos permite trabalhar com uma ampla variedade de temáticas dentre as quais um campo relativamente marginal na Geografia: *a análise dos movimentos sociais*. A abordagem geográfica dos movimentos sociais pode estar referenciada nas identidades espaciais, no referencial organizacional de cada movimento, sua localização, na materialização da ação e manifestação na paisagem,

nas suas escalas de atuação, bem como na possibilidade da sua representação cartográfica.

Souza (2006, 2008) propõe alguns pontos a serem considerados no sentido de incorporar de forma prática e adequada a dimensão espacial nos estudos sobre ativismos e movimentos sociais, o que não só representaria um ganho, um enriquecimento para a teoria acerca deste objeto de estudo, como também se faz fundamental para a contribuição e a leitura da Geografia sobre esse tipo de tema. Os elementos a serem considerados seriam:

a) A abordagem do espaço enquanto espaço vivido, dotado de uma carga simbólica e de identidades que são, muitas vezes, identidades espaciais. Ou seja, o espaço de referência identitária (HAESBAERT, 1997), a identidade e a subjetividade coletiva produzida com uma referência explicitamente espacial que funda e constitui o próprio ativismo. O espaço enquanto lugar, ou seja, vivido, percebido e apropriado simbólica e afetivamente (SOUZA, 2008);

b) A maneira como o espaço é codificado e instrumentalizado de modo a servir como um referencial organizacional. As estratégias espaciais, as formas como o espaço é utilizado tática e estrategicamente pelos ativismos durante suas lutas conformando territórios, redes, lugares etc. (SOUZA, 2008);

d) A maneira como o substrato espacial, o espaço em sua materialidade, e seus problemas sintetizam ou referenciam as demandas ou questões, bem como a agenda de cada ativismo (infraestrutura, déficit habitacional, acesso a equipamentos de consumo coletivo, degradação ambiental, especulação imobiliária, concentração fundiária etc.) (SOUZA, 2008);

e) Qual a expressão espacial do fenômeno, considerando a sua localização, sua materialização no espaço e sua manifestação na paisagem. As transformações espaciais realizadas pelos ativismos a partir das relações sociais e de poder produzidas

de forma imanente, já que suas relações sociais e de poder engendram novas espacialidades. Em outras palavras, que nova organização sócio-espacial é instituída pelo ativismo em questão: um prédio ocupado, um bairro mobilizado, a ocupação de terras, o bloqueio de ruas e estradas, uma marcha, uma passeata, uma greve com ocupação de instalações etc. (SOUZA, 2006);

f) Quais as escalas de abordagem possíveis dos referentes processos e fenômenos. Pode ser uma escala “nanoterritorial” (SOUZA, 2006: 317-318), onde os territórios conformados são extremamente pequenos e situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal (aquela dos bairros ou setores geográficos). Pode também ser a escala da moradia, do local de trabalho (fábrica, loja, escritório, trecho de uma rua, “ponto”), do local de lazer ou distração (uma praça, o trecho da praia). Podem ser escalas locais, regionais, nacionais, continentais, transcontinentais ou global. Pode ser ainda, um fenômeno multiescalar, de força e potencialidade variável;

g) O fenômeno – neste caso, movimentos e ativismos – podem ser representados cartograficamente? Se possível, *como*? A possibilidade de se representar cartograficamente a abrangência, o campo de atuação, o uso tático e estratégico do território pelos grupos sociais, no caso, ativismos e movimentos (SOUZA, 2006) é sempre necessária e extremamente importante, tanto pedagogicamente, no sentido de “educar o olhar” para o olhar geográfico, mas também didaticamente, no sentido de ser o mais claro, o mais visível e o mais compreensível possível para que aquele que não detenha o conhecimento sobre o assunto veja e entenda.

Para Souza (2006, 2008), o ponto de partida para a análise da espacialidade dos movimentos sociais é estabelecer a distinção entre ação coletiva, ativismos e movimentos sociais propriamente ditos, que vem sendo elaborada por este autor desde meados da década de 1980. Essa distinção é, aparentemente, mais fácil de ser realizada teórica do que empiricamente, isto é, embora conceitualmente útil, não possui uma operacionalização tão trivial, uma vez que as fronteiras que separam

movimentos sociais e ativismos são amiúde fluidas, cambiantes e ainda, no dizer de Sader (1995[1988]), os movimentos (lutas) passam por diversos estados de organização e criticidade (sendo o estado de luta propriamente dito o seu clímax, mas este não é seu estado permanente). Neste sentido, e em outros, Sader e Souza concordam: não é toda ação coletiva que pode ser considerada um movimento social.

Marcelo Lopes de Souza, segundo suas próprias palavras (SOUZA, 2008), inscreve-se numa tradição de autores que remete a Touraine (1973) e Castells (1972, 1974), os quais consideram os movimentos sociais como um tipo particularmente crítico de ação coletiva, diferente de outros autores que têm utilizado a expressão de maneira indiscriminada, fazendo-a englobar todo e qualquer tipo de ação e mobilização social. Para o primeiro, um saque, um quebra-quebra, o fechamento temporário de uma rua suscitado por reivindicação espontânea, localista, não refletida, que não faça parte de um conjunto articulado de ações e discursos, que não faça parte de um projeto político, que não comporte dentro de si um componente crítico elaborado, mas que “apenas” verbalize ou viabilize uma revolta, uma manifestação pública de descontentamento, frustração ou necessidade, não são considerados ativismos ou movimentos sociais. São, tão somente, identificados como ações coletivas. Isto é, manifestações concretas de determinada conflitividade que podem conter o germe de um futuro movimento social, mas que, isoladamente, não o definem.

Os ativismos sociais, ou simplesmente ativismos, são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas e relativamente duradouras, das quais os movimentos sociais seriam um subconjunto (SOUZA, 2006: 280-283). Para este autor, o ativismo social, que é um tipo de luta social, corresponde a uma ideia abrangente que compreende uma prática ou um conjunto de práticas sociais lidas em termos das suas conexões políticas com a sociedade envolvente, sendo necessário uma especificação ou um recorte prático quando se deseja referir aos ativismos urbanos dentre os ativismos em geral. Para ele, muitos dos ativismos que, por sua visibilidade e por sua

“A abordagem geográfica dos movimentos sociais pode estar referenciada nas identidades espaciais”

importância, marcaram poderosamente a contemporaneidade, tiveram e têm no urbano a sua incubadora histórica, ainda que coloquem questões de alcance universal. No interior dos ativismos urbanos em geral Souza (2006) destaca, sob parâmetros flexíveis, aqueles que por sua contundência contestatória merecem a designação de movimentos. Seriam esses os ativismos que, pela natureza de suas reivindicações e das suas experiências e do sofrimento dos seus protagonistas, encarnam uma afronta ao “*status quo*”, mesmo que tais experiências e sofrimentos não estejam explicitados em um programa de ação, ou apesar das contradições político-ideológicas que possam existir dentro do próprio movimento (SOUZA, 1988).

Assim, os movimentos sociais são um tipo especial de ativismo, em uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa. Representam uma contestação da ordem sócio-espacial hegemônica e seus objetivos visam transformações mais ou menos profundas na sociedade instituída, o que implica um amplo horizonte de luta política (econômica e cultural). Suas reivindicações não são pontuais ou paroquiais, visto que buscam articular várias escalas de ação (nanoterritorial, local, regional, nacional, internacional), o que faz com que sua agenda de luta seja bem mais ampla (SOUZA, 2006: 284-290). Os movimentos sociais, assim como os ativismos, podem ser classificados como “fortes/em sentido estrito” ou “fracos/em sentido amplo” (SOUZA, 2006: 281):

a) Os movimentos sociais urbanos em sentido fraco ou *lato sensu* colocam questionamentos consistentes quanto à ordem social hegemônica, contudo, suas reivindicações e seus questionamentos não giram diretamente em torno da ordem espacial vigente. Seria um exemplo o movimento de resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos.

b) Os movimentos sociais urbanos em sentido forte ou *stricto sensu*, assim como os ativismos em sentido forte, possuem uma forte ligação com o espaço e incluem em sua agenda de luta diferentes questões que não apenas aquelas diretamente vinculadas às suas reivindicações imediatas, mas uma politização e problematização mais amplas que buscam uma maior humanização do espaço urbano e o

desenvolvimento de outros tipos de vínculos entre sociedade e espaço. Um exemplo desse tipo de movimento seria o “*squatting movement*” de Amsterdã, que tem politizado amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e têm lutado para desenvolver novos tipos de vínculos entre os moradores e seus espaços residenciais.

Outro exemplo, ainda engatinhando no Brasil, mas com um potencial que não deve ser subestimado, é o movimento dos sem-teto. Este movimento é fundado oficialmente em 1997 dentro de um contexto estrutural capitalista e, por isso, heterônomo, que o explica e justifica. Contudo, são as condições conjunturais engendradas pelo quadro de reestruturação do modelo econômico e suas implicações sobre o mercado de trabalho urbano e organização social que vão fazer emergir sua legitimidade, permanência e eficácia. “Várias organizações impulsionam esse movimento, sua radicalidade varia, assim como sua expressão numérica e seu alcance” (SOUZA, 2006: 288), contudo suas reivindicações longe de ser meramente paroquiais, avançam para questionamentos no que se refere à regularização fundiária urbana, direito à moradia e enfrentamento da propriedade imobiliária ociosa e especulação. Afrontam a instituição mesma da propriedade privada e, preocupados com a consistência e durabilidade daquilo que está para além da satisfação da necessidade de moradia, buscam a constituição de circuitos econômico-solidários alternativos em seu espírito.

Movimentos como o dos sem-teto vêm tentando ultrapassar as adversidades de um espaço profundamente hostil e excludente criado pelo modelo de produção atual. Sem as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por estes atores muito provavelmente estas cidades com tamanho grau de pobreza, miséria e injustiça social, viveriam uma situação de violência e esfacelamento do tecido social muito maior do que aquela noticiada diariamente nas manchetes dos jornais.

Por isso, partimos da ideia de que as estratégias sócio-espaciais do Estado (des)regulamentado pelo mercado e do grande capital corporativo no espaço urbano – como as indústrias, comércio, incorporadoras de imóveis e empreendimentos imobiliários – têm encontrado resistência nas estratégias de sobrevivência dos

trabalhadores urbanos sem-teto, e esses últimos talvez nos tragam importantes mudanças, inclusive de olhar analítico, que pode ser uma das principais contribuições da Geografia para esse tipo de estudo. Isto porque o espaço é uma categoria totalizadora, onde os protagonistas sociais vivenciam as múltiplas relações sociais (que têm sido durante muito tempo fragmentadas em instâncias, esferas ou dimensões da vida social). Dessa forma, não é apenas a economia *ou* a política *ou* a cultura que está em jogo, mas a economia *e* a cultura *e* a política, enfim, o espaço/território.

Faz-se mister salientar o quanto e como estes atores vistos sempre como aqueles “de baixo” têm vivenciado as desigualdades, as injustiças e explorações nos espaços urbanos das metrópoles do Brasil e de outras partes do mundo. E, ainda, entender até que ponto os movimentos sociais urbanos despertados por tais questões, como o já mencionado movimento dos sem-teto no Brasil ou como os *piqueteros*, na Argentina, colocam em questão a produção e organização do espaço urbano a partir do ponto de vista daqueles que sofrem com maior intensidade os efeitos e as “externalidades” das “contradições capitalistas”. Pois é justamente dentro desta temática (do emprego, da segregação sócio-espacial urbana, infraestrutura e habitação) e, neste sentido, das questões vinculadas ao espaço social e ao *direito à cidade*, que se encontra o movimento dos sem-teto no Brasil. Ele surge em função das já mencionadas reivindicações, mas não se resignam a elas, afrontam a instituição da propriedade privada capitalista e rejeitam a integração à lógica do mercado.

Através das práticas do movimento dos sem-teto, podemos mensurar, por exemplo, os impactos das transformações no mundo do trabalho geradas pelas novas propostas do capitalismo e avaliar até que ponto o Estado tem contribuído no que se refere à formulação e implementação de políticas públicas de habitação, infraestrutura urbana e geração de emprego. Esse artigo é uma pequena contribuição para a produção de um conhecimento crítico a partir de outro lugar (rigorosamente falando).

Se a sociedade civil é um importantíssimo agente na modelação do espaço urbano, logo, os trabalhadores urbanos, aqueles mais precariamente submetidos à lógica capitalista de reprodução social e os questionamentos e resistências por eles engendrados, materializados nos movimentos sociais urbanos aqui mencionados serão

também fatores determinantes na produção do “novo” espaço urbano. Ou seja, um espaço marcado pela pobreza, pela indignação e pelo descaso, porém, ainda capaz de abrigar ocupações econômicas e estratégias de sobrevivência que são características de modos de vida, e conseqüentemente, de práticas sociais insurgentes.

Souza, para elucidar o potencial de (auto)transformação e ação social de um ativismo e um movimento social, brinda-nos com um exemplo lapidar:

[U]m ativismo de bairro passará a ser um movimento de bairro quando ampliar seus horizontes de protesto para além dos limites do bairro e de suas restritas preocupações, articular-se com outros ativismos e, ao mesmo tempo, mantiver o bairro e o urbano como referenciais políticos e afetivos fundamentais na luta por uma vida mais digna, ou por uma outra sociedade. Ou seja, quando transcender (sem desprezar) os limites do bairro, percebendo as comunidades de interesses que costuram bases sociais de diferentes bairros irmanadas pela segregação social materializada no espaço. Nestas circunstâncias, não estaremos diante de uma simples luta de bairro, mas de uma luta a partir do bairro, ou, mesmo, de uma luta a partir também do bairro. (SOUZA, 1988: 116, 117)

Para Porto-Gonçalves (1998, 2001) a expressão *movimento social* possui, além de um potencial transformador e de subversão da ordem instituída bastante forte, um sentido geográfico muito preciso: ela já garante, para nossa “compreensão geográfica” das identidades coletivas, o que o autor vai chamar de geograficidade dos movimentos sociais.

Processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa dada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais que já dispõe tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca da afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência. (PORTO-GONÇALVES, 1998: 69)

(...) Assim, o movimento (social) é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado em uma determinada ordem de significações. Deste modo, o movimento social é portador de uma nova ordem em potencial, não sendo destituído de sentido o fato daqueles que estão em posição hegemônica numa determinada ordem, estigmatizarem como desordeiro todo aquele que questiona essa (sua) ordem. Aqui, sem dúvida, Geografia e Sociologia se tornam imbricadas. (PORTO-GONÇALVES, 1998: 366, 367)

5. Conclusão

A espacialidade dos movimentos sociais pode aparecer de forma mais explícita ou implícita, dependendo dos protagonistas envolvidos, da natureza das suas reivindicações, dos tipos de ações e manifestações que serão acionadas para alcançar seus objetivos. Pode ser analisada a partir de diferentes métodos e enfoques teóricos e políticos, contudo não pode ser negligenciada.

Neste sentido, podemos dizer que a espacialidade do movimento dos sem-terra, dos sem-teto ou dos movimentos indígenas é explícita, bem como muitos movimentos ecológicos têm forte referência espacial, o que já não ocorre com movimentos feministas, com aqueles ligados à orientação sexual, questões de gênero, antiglobalização e outros.

Para Ribeiro (2008), por exemplo, a articulação entre lutas sociais (hoje mais necessária do que nunca frente às transformações na economia) demanda, além do desvendamento da nova dinâmica da acumulação, o reconhecimento da singularidade das orientações culturais e das territorialidades criadas ou recriadas pelas resistências sociais.

A análise dos movimentos sociais exige o exame dos determinantes estruturais da ação, sob pena de uma imperdoável omissão das concretas condições enfrentadas por sujeitos coletivos. Porém, as práticas sociais, como defende Bourdieu (1994), só podem ser apreendidas por uma abordagem que reconheça a força estruturante da ação. Nas ciências sociais, a reflexão crítica do espaço e da ação social cria a oportunidade de superação tanto do estruturalismo quanto do subjetivismo voluntarista (RIBEIRO, 2008:362)

Ainda nas palavras desta autora,

o espaço não se descola da ação, o que significa dizer que o estudo da ação exige a consideração das circunstâncias do sujeito. A ação de resistência e a ação transformadora não surgem do espaço alisado dos dominantes, mas em meio às rugosidades do espaço herdado. (RIBEIRO, 2008: 363, mencionando SANTOS, 1996)

É desta maneira que buscamos entender, junto com o movimento dos sem-teto e sua crítica social básica – a crítica a uma urbanização baseada na segregação e na

especulação imobiliária e defesa da propriedade privada, que gera uma abundância de unidades prediais urbanas desabitadas margeadas pela falta de moradias adequadas para milhões de brasileiros – como estes cidadãos, esses trabalhadores se insurgem e, no seu cotidiano de resistência e sobrevivência, lutam para se sustentar e persistir na existência. Mesmo aparentemente “de fora” da engrenagem econômica e política atual, à margem do circuito econômico *formal* e dentro de um intenso processo de degradação social e violência contra o ser humano, como produto e também parte do processo que garantiu e tem garantido a reprodução do modelo heterônomo, segregador e dominante vigente.

Quando os sem-teto refletem sobre a situação da classe trabalhadora nas grandes metrópoles brasileira, decidem se colocar em movimento na contramão do projeto capitalístico de sociedade e, quando muito, assistencialista da democracia representativa em que vivemos e passam a agir de forma direta, colocando em prática projetos de ocupação e transformação de terrenos, edifícios e regiões da cidade, não estão fazendo nada mais do que “inaugurar um outro tipo de sociedade, com outro tipo de indivíduos”, que refletem, questionam(-se), decidem e põe em prática, contribuindo para a afirmação de outras espacialidades, de outros espaços de poder, com ganhos de autonomia em sociedades profundamente heterônomas.

6. Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2003 [1958].

BERNARDES, Júlia Adão. *Espaço e movimentos reivindicatórios o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro Edição da Autora, 1983.

BORJA, Jordi. *Movimientos sociales urbanos* (Coletânea, 1973-74). Buenos Aires: SIAP, 1975.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 [1972].

_____. *Movimientos sociales urbanos*. 1974.

CASTORIADIS, Cornelius. “Poder, Política, Autonomia”. In *As encruzilhadas do Labirinto III*. O mundo fragmentado. São Paulo: Paz e Terra: 1992.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989 [1978].

CORRÊA, Roberto L. “Espaço: Um conceito-chave da Geografia”. In CASTRO, I., GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2000.

_____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “Movimentos socioterritoriais do campo brasileiro: Contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses”. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998 [1979].

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1986].

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

_____. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1999 [1989].

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais urbanos no Brasil*. BIB, no. 9, pp. 22-30, 1980.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papyrus, 1997 [1985].

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008 [1972].

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda P. Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 (org. inglês 2005).

MIZUBUTI, Satie. *O movimento associativo de bairro em Niterói*. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

NUNES, Edison. “Inventário dos quebre-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e no Rio de Janeiro (1977-1981)”. In. MOISÉS, José A. et al. *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Cedec, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. “‘Quem sabe faz a hora, não espera acontecer’: o MST como movimento sócio-territorial moderno”. *Revista da USP*, v. 64, São Paulo, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Nos varadouros do mundo: Da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira*. Tese. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1998.

_____. *Geo-grafías. Movimientos sociales y su sustentabilidad*. México: Siglo XXI Editores, 2001.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1979 [1974].

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RELPH, Edward. *Place and placelessness*. Londres: Pion, 1976.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais urbanos – Algumas reflexões. *Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*. Rio de Janeiro: AGB, 1980.

_____. “Um diálogo interdisciplinar: Espaço e movimentos sociais”. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

SACK, Robert D. *Human Territoriality- Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. [orig. 1988]

SANTOS, Carlos Nelson F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 2002b [1978].

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002a [1996].

SILVA, José Borzacchiello. *Movimentos sociais populares em Fortaleza: Uma abordagem geográfica*. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 [1989].

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. Dissertação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1988.

_____. *A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. "Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira". In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

TOURAINE, Alain. *Production de la société*. Paris: Seuil, 1973.

_____. *El regreso del actor. Los movimientos sociales: ¿Objeto particular, o problema central del analisis sociologico?*

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar. A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983 [1977].

PARA ALÉM DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: Notas Sobre o Discurso da “Pacificação” e Seus Críticos.

Marcos Barreira*

Resumo: a pacificação de favelas cariocas tem sido aclamada por diversos meios de comunicação e formadores de opinião, mas ainda não passou por uma avaliação do seu significado no contexto mais amplo das transformações urbanas do Rio de Janeiro. Através da opinião de moradores das favelas, líderes comunitários, especialistas em segurança pública e intelectuais, este artigo levanta o problema sobre a interpretação e, principalmente, a legitimação de um programa de segurança que não pode ser entendido isolado de outros processos em curso na cidade.

Palavras-chave: favelas; segurança pública; território; reestruturação urbana; UPP's.

BEYOND THE OCCUPATION OF TERRITORY: NOTES ON PACIFICATION SPEECH AND HIS CRITICS

Abstract: the pacification of the Rio de Janeiro's slums has been acclaimed by several media groups and the trendsetters, but it did not passed yet for an evaluation of its meaning in the large context of the urban transformations. Through the opinions of the slums inhabitants, community leaders, public safety experts and intellectuals, this article puts in evidence the problem about the interpretation and, especially, about the security program validation that cannot be understood if it is isolated from other processes in course in Rio de Janeiro..

Keywords: slums; public security; territory; urban restructuring; UPP's

MÁS ALLÁ DE LA "OCUPACION DEL TERRITORIO": NOTAS SOBRE EL DISCURSO DE "PACIFICACIÓN" Y SUS CRÍTICOS.

Resumen: la pacificación de las favelas cariocas ha sido aclamado por muchos medios de comunicación y líderes de opinión, pero se desconoce su importancia en el contexto más amplio de las transformaciones urbanas de Río de Janeiro. A través de opinión de los residentes de las favelas, de los líderes comunitarios, expertos en seguridad y los intelectuales de diversas instituciones, el artículo

* Marcos Barreira é geógrafo, mestre e doutor em Psicologia Social/UERJ.

plantea problemas de interpretación y, sobre todo, en la legitimación de un programa de seguridad que no se puede aislar de otros procesos en curso en la ciudad.

Palavras chave: favelas; segurança pública; território; reestruturação urbana; UPP's.

O processo de “pacificação” das favelas cariocas, iniciado em 2008 e reforçado pouco depois com a vitória da candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar dois grandes eventos internacionais, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, tornou-se um consenso que unifica a política, as empresas de mídia, a Universidade, setores privados, produtores culturais e, é claro, a maioria dos seus moradores. Para implantar a assim chamada “pacificação”, o governo do estado do Rio de Janeiro tem à sua disposição não apenas o aparato policial-militar das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs) e recursos oriundos de diversas fontes, mas conta ainda com o apoio decisivo dos formuladores de intervenções públicas, especialmente as de caráter “social”, que se desenvolvem a partir de iniciativas como o programa UPP Social (coordenado pelo centro de pesquisas e planejamento da Prefeitura) e novos cursos voltados para as demandas do mercado de segurança. Através da repercussão midiática, as UPPs tornam-se, para o Rio, símbolos de um novo momento repleto de possibilidades, e o Rio, um símbolo para o País. No plano cultural, um exemplo inequívoco dessa articulação é o filme *5x Pacificação*, de 2012, realizado por jovens cineastas moradores de favelas que tenta mostrar as UPPs a partir do ponto de vista de “quem vive o dia a dia das comunidades cariocas”. O objetivo, diz um dos diretores, é “causar uma reflexão para que todo mundo siga junto com a secretaria de segurança”.³⁴ Toda essa mobilização é parte de um programa de recriação da imagem da cidade que vai muito além da “retomada de territórios” e envolve grandes investimentos e processos de reestruturação urbana em larga escala (repletos de leis de exceção) e que encontram sua justificativa quase sem réplica nos “megaeventos”, que funcionam como indutores da acumulação privada.

³⁴ “Luciano Vidigal fala durante exibição no Cantagalo”, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5VHFwSv-ltc>. Acesso em: novembro de 2011.

Do amálgama de intervenções estatais, negócios lucrativos e formas de representação midiática e cultural “dirigidas”, resulta o desaparecimento quase total da opinião pública independente. As implicações dessa nova realidade sobre os saberes especializados e o que restou da reflexão propiciada pela forma estética são evidentes.³⁵ Por isso, entre aqueles que abordam o processo de “pacificação” com maior distanciamento, aparecem alguns posicionamentos dissonantes e até mesmo conflitos abertos contra o “pastiche midiático”, mas em nenhum momento é permitido deixar de elogiar as ocupações militares. A imprensa também se encarrega de colocar dúvidas sobre aspectos parciais da “pacificação”, de modo a não deixar dúvidas sobre o conjunto – e sobre a sua própria atuação na cobertura dos fatos. Esse posicionamento dúbio criou um padrão interpretativo que oscila entre a exaltação da ocupação militar e a denúncia altaneira dos “desvios” ou imperfeições do policiamento permanente nas favelas. Um argumento comum entre os defensores mais discretos das práticas em curso é o de que o Estado deve criar – ou fortalecer – uma esfera pública capaz de instaurar o diálogo entre os diferentes “atores sociais” envolvidos nas ocupações. Para alcançar tal meta, seria necessário investir na criação de uma polícia “comunitária” ou “de aproximação” que garantisse o exercício pleno da cidadania aos moradores das favelas ocupadas. O alvo das críticas é quase sempre o esvaziamento das iniciativas locais, obstruídas, de uma forma ou de outra, pela “policialização” dos conflitos sociais. Fala-se, por exemplo, de como “a estreita ligação entre UPP Social e a unidade policial, além das fortes relações com o setor empresarial, desenha um modelo novo de definição do social” (FLEURY, 2012: 7). Na mesma linha de argumentação, o sociólogo Luiz Werneck Vianna fala de uma “política social sem política” evidenciando, no modelo de ocupação militar, a ausência de organizações livres da sociedade civil.³⁶ Em outras abordagens, fica a impressão de que a ambiguidade em questão seria menos um produto das interpretações do que um dado estrutural do próprio caso analisado. Sendo assim, a imprecisão dos objetivos teria produzido uma política de segurança que não se definiu pela “guerra” ao crime ou pela

³⁵ E, desde há muito, se sabe que “todos os especialistas são midiático-estatais, e só dessa forma são reconhecidos como especialistas” (DEBORD, 1988: 31).

³⁶ “Conferência: Luiz Werneck Vianna – Sociedade, Política e Direito”, disponível em http://www.youtube.com/watch?v=Bh3nbe5i_2w. Acesso em: novembro de 2012.

mudança da cultura policial. Em todo caso, “ao menos como projeto as UPPs são, de fato, uma novidade muito positiva”, diz Luiz Antonio Machado da Silva, acrescentando que “seu sucesso depende de um acompanhamento menos eufórico, capaz de indicar os riscos de seu desvirtuamento e gerar expectativas menos desmesuradas como as atuais, em relação tanto a prazos e metas de ‘pacificação’ quanto ao alcance do programa” (SILVA, 2012a). Apesar da crítica ao tom eufórico das coberturas jornalísticas, cabe ressaltar que a mídia tem adotado uma postura idêntica à defendida pelo professor, guardadas as diferenças de conteúdo, quando se move alternadamente entre a ideologia da “libertação”, representada pelas bandeiras hasteadas sobre territórios conquistados, e os discursos mais pragmáticos, que cobram das autoridades apenas a redução imediata dos conflitos ou a limitação da ação das quadrilhas nas favelas. Também não se pode negligenciar o fato de que a maior parte das denúncias sobre a “migração de crime” após a ocupação das favelas, bem como sobre a atuação de grupos milicianos nas periferias da cidade, têm surgido antes na imprensa do que no debate universitário e têm até pautado muitas pesquisas que, no final das contas, por modéstia metodológica, revelam-se sempre inconclusivas. De qualquer forma, os dois casos demonstram que as intervenções militarizadas podem ser contestadas em função de algo que se crê ser um efeito secundário, mas permanecem legitimadas em função dos seus resultados imediatos, ainda que as finalidades da “pacificação” permaneçam pouco claras.

Uma atitude inversa, que se coloca em inequívoca oposição à militarização, pode ser observada nos comentários mais diretamente identificados com posições de “esquerda”, que tendem a enxergar as UPPs como instrumentos de criminalização da pobreza e ampliação das formas de controle social. Longe de representar um “desvio” ou um efeito colateral das políticas oficiais, a “policialização” da vida cotidiana e dos conflitos no interior das áreas ocupadas seria a própria finalidade das operações estatais. Na sequência de um longo histórico de controle social penal das camadas populares, as UPPs são denunciadas como dispositivos (no sentido foucaultiano dos mecanismos de operação material do poder) de ocupação militar e como laboratórios de novas técnicas de administração repressiva das populações marginalizadas. Ainda

nessa perspectiva, as UPPs se aproximariam mais de uma forma “biopolítica” de gestão global da vida dos indivíduos, como se pode verificar nas inúmeras proibições, regulamentações e sistemas de vigilância impostos aos moradores, do que das experiências do chamado “policiamento comunitário” — amiúde evocado pelos meios de comunicação para legitimar as ocupações. Para Vera Malaguti,

o fato das UPPs estarem restritas ao espaço de favelas, e de algumas favelas, já seria um indício luminoso para desvendar o que o projeto esconde: a ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos esportivos do capitalismo vídeo-financeiro (...) Com isso queremos frisar que *as UPPs aprofundam as desigualdades e as segregações socioespaciais no Rio de Janeiro* [grifo meu] (MALAGUTI, 2012).

Com argumentação semelhante, Joana Moncau define as UPPs como “mecanismos de controle e condicionamento das classes populares, cuja característica principal é a ocupação militar do território. Nesse sentido, não é nenhuma espécie de polícia comunitária, como alguns afirmam, mas uma clara ocupação militar” (MONCAU, 2012). Aqui, enfim, caberia retomar o problema do esvaziamento das associações coletivas locais, porém não mais como um fenômeno secundário e quase acidental, mas como um projeto deliberado de monopolização das iniciativas nos territórios ocupados a fim de garantir a “governamentalidade” dos pobres e defender interesses privados sob a fachada da libertação dos territórios. Ainda sobre a relação entre ocupação militar e interesses econômicos, outra abordagem chega ao ponto de afirmar que “os espaços gigantescos de moradia dos pobres se tornaram grandes jazidas de acumulação para o capitalismo cognitivo” (COCCO, 2012), o que teria transformado as favelas em atrativos espaços de consumo disputados por empresas privadas e grupos mafiosos (milícias). Com isso, a militarização do espaço urbano, mais identificada com a ocupação das Forças Armadas do que com a das UPPs – embora uma tenha aberto o caminho para a outra – seria um elemento necessário para garantir essa “nova fronteira” da acumulação (COCCO, 2012).

Quando os agentes do Estado ocupam indefinidamente uma favela sem que isto melhore o acesso aos direitos dos moradores, diz Michel Misse, a lógica da territorialização que caracterizava a atuação do tráfico de drogas é prolongada, seja

sob influência policial ou das Forças Armadas. Sendo assim, as UPPs dão continuidade à lógica de operar por territórios ao invés de romper a territorialidade e integrar os diferentes espaços da cidade. “O desafio da permanência [das UPPs] agora não é, como se supõe, o de ‘levar políticas públicas’ para os territórios, mas, por paradoxal que pareça, desterritorializá-los, isto é, integrá-los como bairros normalizados à cidade” (MISSE, 2012). Por trás desta lógica está a idéia autoritária de que “a comunidade pertence ao Estado”, como mostra Marcelo Lopes de Souza, que também desenvolve sua análise a partir do olhar sobre o território: através da “reconquista” – expressão que evoca “fervor patriótico e fanatismo religioso” –, a pacificação instaura um controle social cada vez maior sobre o espaço urbano. Já não estamos falando apenas dos territórios da pobreza. A utilização das Forças Armadas para finalidades de controle, dando suporte às UPPs nos grandes complexos de favelas, resulta na “militarização da questão urbana” e na domesticação dos segmentos mais mobilizados da sociedade (SOUZA, 2012). Também aqui vemos reproduzida a diferença entre a perspectiva sociológica, que capta os descaminhos de um processo considerado, em seus aspectos gerais, como positivo ou necessário, e a denúncia do caráter essencialmente autoritário da militarização.

Outras análises, igualmente focadas na crítica da ideologia da “pacificação”, têm chamado a atenção para o caráter negociado das intervenções policiais. O conjunto de acordos oficiosos entre os executores da política de segurança do Estado e as redes do tráfico estaria reorganizando a estrutura do crime. Mais: o poder policial-militar exercido através do policiamento permanente teria se constituído como uma forma embrionária de “milícia institucionalizada”, pois muitos policiais, conforme diversas denúncias noticiadas pela imprensa, têm se beneficiado de sua posição para criar fontes de renda ilegais ligadas ao varejo de drogas ou aos serviços “alternativos” que proliferam nos espaços da pobreza.³⁷

Além dos discursos produzidos pela mídia e pelas pesquisas universitárias, outras vozes também se fazem ouvir, manifestando perspectivas diferentes sobre o processo de “pacificação”. Na fala das lideranças comunitárias, por exemplo, surgem diferenças

³⁷ Para exemplos de interpretação que partem dessas denúncias, ver Alves e Martins (ALVES, 2012; MARTINS, 2012).

importantes em relação ao discurso dos “especialistas”. Em primeiro lugar, a necessidade, por parte de tais lideranças, de administrar conflitos e de dar voz à comunidade não permite que as denúncias de violências e arbitrariedades sejam colocadas em segundo plano. É grande o sentimento, entre os moradores das favelas ocupadas, de que o policiamento permanente não muda imediatamente a cultura e as práticas policiais. Por outro lado, a diminuição dos conflitos e incursões policiais violentas se reflete, na opinião majoritária dos moradores, em aprovação, e gera expectativas favoráveis nos locais onde o programa não foi implantado.³⁸ Assim, quanto ao posicionamento em relação às UPPs, a maioria das lideranças adota um discurso de acomodação, que tenta colaborar e, ao mesmo tempo, cobrar das autoridades as prometidas políticas sociais e econômicas de “integração”. A necessidade de políticas públicas capazes de garantir a contrapartida social das ocupações surge como a reivindicação principal: “nós queremos o poder público presente, não só o braço armado do poder público”, diz um líder comunitário do Morro da Mineira.³⁹ Outro fator determinante para a incorporação parcial do discurso “oficial” pelas lideranças é a cooptação política, que ocorre não apenas por causa de interesses individuais, mas porque as reivindicações populares tendem a ganhar legitimidade junto à “opinião pública” quando não confrontam a ideologia da “pacificação”. Mesmo assim, não faltam vozes que pensam diferente, que não enxergam muitas diferenças entre as UPPs e outras experiências de controle policial. É

³⁸ Uma pesquisa da FVG realizada em 2009 avaliou a opinião de moradores nas duas primeiras UPPs: “No mínimo 95 de cada 100 entrevistados apoiaram a expansão dessa política para outras comunidades e 90% desejava que a iniciativa continuasse indefinidamente em sua região” (CANO, 2012: 6). Essa aprovação esmagadora deve ser relativizada de duas maneiras. Primeiro, porque ela se refere a duas UPPs que serviram de “modelo”: a do morro Dona Marta e a da Cidade de Deus. Em outros casos, o processo de instalação das UPPs apresenta outras características e enfrenta maiores dificuldades, além de contar com menor apoio local. Em segundo lugar, a aprovação alta não elimina o sentimento negativo em relação aos policiais, que é provocado por diferentes “abusos” cometidos nas favelas ocupadas. Além disso, já se constatou que a presença do policiamento permanente aumenta as denúncias de pequenos crimes nas áreas ocupadas, mas inibe as denúncias quando o alvo é a própria polícia – o que mascara as estatísticas de corrupção e práticas violentas cometidas pelos policiais lotados nas UPPs. Quanto ao temor de que a “pacificação” acabe após os grandes eventos que a cidade vai sediar, ele não se deve somente à perspectiva de interrupção dos já escassos programas sociais, mas também – e principalmente – por causa da incerteza quanto a uma possível volta dos traficantes armados.

³⁹ “Favela-bairro ficou pela metade na Mineira”, disponível em: <http://www.fazendomedia.com/favela-bairro-ficou-pela-metade-na-mineira/>. Acesso em novembro de 2012.

o caso de Rumba Gabriel do Movimento Popular de Favela, para quem a UPP é apenas um novo rótulo, exigido pelo momento político atual, para mascarar velhas práticas autoritárias.⁴⁰ Também aparece na fala de algumas lideranças que adotam uma posição crítica às UPPs a tese de que o programa seria uma “fachada de segurança” para dar uma resposta imediata aos investidores do projeto olímpico, o que não se coaduna com as críticas que descrevem um reforço do controle social sobre a pobreza. Além disso, é importante compreender o conjunto das favelas ocupadas como espaços heterogêneos, nos quais convivem diferentes camadas sociais, ou diferenças entre as “partes altas”, menos integradas à cidade, e as “partes baixas”, entre o comércio formal e o informal. Portanto, não se pode esperar uma reação uniforme da população local, tendo em vista que, junto com a ocupação policial-militar, ocorrem também processos de regulamentação dos serviços e atividades, além da proibição de eventos culturais responsáveis pela geração de muitos empregos e da ampliação do fluxo de pessoas que vêm de fora das comunidades.

Entre os agentes do Estado, nova dualidade: nas falas dos comandantes da PM encontramos apenas um resumo da versão doutrinária do projeto, sem que elas difiram das formulações da secretaria de segurança. Os discursos oficiais vão sendo elaborados de acordo com as demandas mais urgentes. As UPPs, que eram apenas um experimento localizado, ganharam corpo e apoio político e midiático quando começou a crescer a atenção internacional sobre a cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, o programa tornou-se instrumento decisivo do governo do estado na disputa política no Rio de Janeiro. A “pacificação” da cidade foi enaltecida pela cobertura midiática durante a ocupação das favelas do Complexo do Alemão e da Penha, no final de 2010 (embora o episódio tenha sido protagonizado pelas Forças Armadas, sem respaldo legal, em uma operação imprevista, mas que resultava das intervenções da Polícia Militar em outras favelas), e as UPPs foram apresentadas como “territórios da paz”, tornando-se uma marca de exportação para outras cidades. Porém, o que os políticos

⁴⁰ Entrevista ao autor realizada em outubro de 2012. Rumba destaca ainda a continuidade entre as UPPs e o GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais), criado em 1999 mas logo encerrado. Michel Misse descreve a estratégia do GPAE como algo muito parecido com a atual, na qual “territórios seriam primeiramente ‘conquistados’ dos traficantes e depois ‘controlados’ por forças especiais localizadas fisicamente na área” (MISSE, 2012).

não dizem e a maioria dos especialistas finge não perceber pode ser constatado a partir do ponto de vista da corporação policial, ainda que se trate apenas de uma formulação tosca. Em contraste com as declarações oficiais, prevalece entre os policiais a idéia de que as UPPs visam apenas à segurança da Copa e das Olimpíadas, além de se configurar como um “programa eleitoreiro” para tranquilizar a classe média (CANO, 2012: 8-9). Igualmente relevante é o surgimento de manifestações de clara hostilidade ao programa por parte dos policiais, como a clivagem no interior dos batalhões entre os PMs mais antigos e os recrutas formados para atuar nas UPPs, que não são reconhecidos pelos primeiros como “verdadeiros policiais”. Além disso, uma pesquisa com soldados lotados nas “unidades pacificadoras” mostra que 70% deles preferiam realizar outro tipo de policiamento (CANO, 2012: 8-9). No entanto,

“os discursos oficiais vão sendo elaborados de acordo com as demandas mais urgentes. As UPPs, que eram apenas um experimento localizado, ganharam corpo e apoio político quando começou a crescer a atenção internacional sobre a cidade do Rio de Janeiro”

pronunciamentos mais recentes do secretário de segurança, José Mariano Beltrame, indicam uma espécie de inflexão realista: “não pretendemos usar o projeto em todas as favelas, e isso também não é o remédio definitivo para os nossos problemas”, disse o secretário em um momento de crise gerado a partir das evidências de que os conflitos entre traficantes prosseguiram na periferia da cidade.⁴¹ Isso significa que, contrariando muitas expectativas, o policiamento permanente não deve se converter em uma política de segurança para o

conjunto da cidade, o que ocorre menos por causa da carência de recursos do que pela própria natureza do programa. O modelo de policiamento que vem sendo adotado nas ocupações exige cinco vezes mais PMs por morador do que o patrulhamento convencional e, em muitos casos, conta ainda com instalações provisórias e condições de trabalho bastante precárias. Mas isso não explica tudo. O fato é que as UPPs foram concebidas a partir de uma perspectiva que vê as favelas ocupadas como espaços de ilegalidade incrustados na cidade. As UPPs não podem se generalizar porque só são

⁴¹ “Rocinha e Vidigal estão entre as 40 favelas que o Estado quer pacificar”, disponível em: <http://www.rocinha.org/noticias/view.asp?id=818>. Acesso em novembro de 2012.

possíveis onde existe um nítido contraste entre a favela e a cidade formal, o que elucida sua implementação nas áreas centrais e nos bairros das camadas mais abastadas (além das principais vias de acesso e circulação da cidade) em detrimento das áreas periféricas, que contam com os maiores índices de violência.

Esse quadro nos coloca diante de uma dificuldade que é anterior à questão da estratégia de segurança adotada pelo Estado e que as coberturas jornalísticas costumam se esforçar para nos fazer esquecer: as ocupações das favelas não foram precedidas por nenhuma reforma das instituições policiais. Helio Luz, ex-chefe da Polícia do Rio de Janeiro entre 1995 e 1997, diz que o fato de colocarem recrutas para montar as UPPs revela o descontrole e a corrupção nas polícias.⁴² Por sua vez, Luiz Eduardo Soares, secretário de segurança pública entre 1999 e 2000, que também considera as UPPs uma continuação dos “mutirões pela paz” e do GPAE, afirma que as virtudes do programa “não terão futuro se as polícias não forem profundamente transformadas” (SOARES, 2012). Mas a UPP não avança nesse sentido: o treinamento diferenciado não diminuiu a truculência e o autoritarismo, mantendo a desconfiança mútua entre moradores e policiais. Se as operações com altos índices de mortalidade diminuíram, a convivência forçada com um aparato repressivo fortemente armado e que exerce um controle permanente sobre a vida cotidiana das favelas produziu novos atritos. Desde 2009, o Estado ampliou o número de policiais, mas a formação “diferenciada” tem esbarrado nos problemas da urgência e da falta de recursos, o que resulta na eliminação de critérios de seleção e na redução do tempo de formação dos recrutas. Em 2000, os policiais do GPAE receberam treinamento especial, incluindo instruções sobre legislação, direitos humanos e abordagem de pessoas. Mesmo assim, cerca de 70% dos policiais empregados no grupamento foram transferidos por desvios de conduta.

Embora existam semelhanças entre o GPAE e as ocupações atuais, não faltam diferenças, especialmente no que diz respeito à amplitude das operações e ao apoio

⁴² “Eu não entendo por que colocam recrutas para montar UPPs. Eles dizem que, na média, são uns 200 recrutas com um oficial. Nas 14 UPPs, dá algo em torno de 2,8 mil recrutas, 3 mil recrutas. Então, 3 mil recrutas estão resolvendo a situação da criminalidade no Rio? Tem um contingente de 40 mil policiais, mais 10 mil na Polícia Civil, que não resolveram o problema da criminalidade. É isso que estão dizendo? Se é isso, estão confirmando que o problema é corrupção” (LUZ: 2012).

político e midiático, ambos indissociáveis do projeto olímpico. Existe também uma significativa diferença de concepção. Ao contrário das UPPs, o programa anterior não previa a manutenção de grandes contingentes policiais nos locais ocupados. Essa diferença reflete uma preocupação maior com a redução dos índices de criminalidade violenta do que com o controle de territórios estratégicos. De qualquer forma, o programa não foi adiante por falta de apoio político e em função das denúncias envolvendo o problema para o qual as UPPs também não apresentam solução: a corrupção das polícias.

Ao descrever esse conjunto de análises, opiniões e posicionamentos a respeito da “pacificação”, pretendi colocar em evidência as implicações deste processo e o amplo conjunto de questões que ele suscita. Em primeiro lugar, interessa o modo como a problemática da segurança pública se articula com aspectos centrais da dinâmica da cidade. Em um texto anterior, “Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro”, persegui as pistas dessa articulação.⁴³ Nele, argumentei que a lógica da “pacificação” possui três aspectos, todos relacionados entre si, de modo que nenhum deles pode ser plenamente compreendidos se isolado dos demais. Em primeiro lugar, trata-se de uma *imagem de segurança* a qual a cidade precisa estar associada: mesmo tendo nascido como um experimento relativamente autônomo, o programa das UPPs só ganhou força quando começou a fazer parte de um projeto mais abrangente de reestruturação urbana. Esse projeto reproduz uma longa tradição de grandes reformas, inaugurada pela administração de Pereira Passos no início do século XX, que tem sua razão de ser não na melhoria das condições de vida da população, mas na necessidade de modificar a imagem da cidade. Como já foi dito, coube às novas unidades de policiamento permanente diminuir o sentimento de insegurança da população através da ocupação de pontos estratégicos da cidade. Também a imagem do Estado e a legitimidade de suas intervenções estavam em questão, tendo em vista os números alarmantes de supostos confrontos letais envolvendo policiais. Com a sinalização de uma mudança

⁴³ O artigo, ainda inédito, está em vias de publicação pela Editora Boitempo na coletânea intitulada *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*.

das formas de enfrentamento da criminalidade que logrou, a despeito da manutenção dos altos índices de violência, a construção de um consenso a respeito dos êxitos no seu combate, a cidade do Rio pôde voltar a ser um cenário atrativo para investimentos de grande porte. Nesse sentido, o “ufanismo televisivo” é parte integrante e indispensável da lógica da pacificação. É nesse contexto que os chamados “megaeventos” esportivos surgem como os grandes catalisadores, que devem atrair parceiros privados e mobilizar grande parte da população local em torno da “renovação” da cidade. Para isso, os organizadores dos eventos, que não deixaram de inspecionar as primeiras UPPs antes que a sede dos jogos fosse escolhida, contam com o favorecimento do poder público e com uma série de medidas de exceção capazes de, em pouco tempo, produzir a adequação da cidade ao projeto olímpico. É aqui que entra o segundo aspecto da “pacificação”: as UPPs participam ativamente na consolidação de um *novo modelo de cidade empreendedora*. Isso acontece em função da escolha das áreas privilegiadas, que devem se tornar mais seguras para o conjunto de investimentos e na produção de novas segregações socioespaciais pois, juntamente com as UPPs – e, em parte, através delas –, a política de remoções tem ganhado novo fôlego. Por sua vez, a valorização imobiliária decorrente não só das ocupações, mas do conjunto de transformações urbanas atuais, não deve ser considerada um simples epifenômeno. Através de inúmeras declarações oficiais, podemos constatar que as áreas a serem ocupadas são escolhidas também em função das possibilidades de valorização patrimonial. Por fim, as UPPs têm servido para garantir, nas favelas ocupadas, a integração de serviços e atividades informais a todo um conjunto de novas articulações pela via econômica, cujos exemplos mais expressivos são um banco popular na Cidade de Deus e a privatização dos serviços na zona portuária sob a vigilância da UPP da Providência. Esse último dado nos coloca diante de mais um aspecto da “pacificação”, que é o fortalecimento do *controle social* já mencionado. Cabe apenas ressaltar que, ao contrário da visão ingênua de alguns críticos, não estamos diante de um programa passageiro, mas de uma forma adensada de controle que modifica a dinâmica da cidade e, nas favelas ocupadas, altera também a relação entre o Estado e os segmentos mais pobres da população. Por outro lado, a cidade do

Rio de Janeiro assistiu, nos últimos dez anos, à ascensão de novas formas de regulação social armada, que tem se intensificado – e não por acaso – nas áreas negligenciadas pelo programa de “pacificação”. Em meio a esse processo contraditório, as periferias que atraem a migração do tráfico, e para as quais já se disse abertamente que as UPPs não são uma solução, continuam a ser as principais vítimas da política extra-oficial de execuções e desaparecimentos.

As favelas sempre constituíram relações de cooperação em seu espaço interno, a partir das quais surgiu um discurso um tanto idealizado sobre as “comunidades”. No plano da economia urbana, elas são parte de um “circuito inferior” que se relaciona com o conjunto das atividades presentes na cidade (SANTOS, 2004). Porém, no plano social, são abundantes as medidas de urgência e de sobrevivência que, mesmo sem qualquer perspectiva de mudança social, não assumem a forma de relações mercantis. A integração das favelas ocupadas ocorre de forma muito parcial ou seletiva. A via da “formalização” das atividades não tem contrapartida em termos de projetos sociais ou de organização coletiva. De um lado, ela agrava as segregações através da elevação dos custos gerais da reprodução das moradias e, de outro, estimula, nos espaços marginalizados, as mesmas relações presentes no restante da cidade. Assim, seus moradores se parecem cada vez mais com indivíduos atomizados que podem apenas trocar serviços entre si. As poucas formas de organização social existentes ficam comprimidas entre as pressões econômicas e um sistema de vigilância permanente. Por isso, não é acidental que as UPPs obstruam as iniciativas coletivas. Se o auge dos movimentos comunitários na década de 1980 estava associado ao reconhecimento dos direitos da população pobre, a conjuntura inaugurada na década seguinte, que pode ser caracterizada como uma viragem política de caráter “neoliberal”, foi dominada pelas idéias fixas do mercado e da ordem urbana. Assim, a idéia de integração, antes associada às demandas coletivas que só podiam ser atendidas através de políticas universalistas, foi sendo ressignificada até se tornar uma espécie de privatização da vida cotidiana por meio do consumo individual.⁴⁴

⁴⁴ O ex-prefeito César Maia, que protestou contra a “privatização” das ruas pelo comércio ambulante, foi um dos principais ideólogos dessa virada que culminou no projeto da “Cidade Olímpica”. Não por acaso, o tema da ordem urbana e da militarização da segurança também faziam parte da sua “agenda”

Duas questões surgem a partir desse quadro. Além da necessidade de compreender a transformação da política de segurança em um momento decisivo da “renovação” da imagem da cidade, surge o desafio de articular a problemática da violência com o desenvolvimento da crise urbana.

No que diz respeito à relação entre violência e reestruturação urbana, podemos dizer, muito resumidamente, que o problema principal é o tratamento monográfico ou unilateral dispensado a temas que, pela sua própria natureza e dinâmica, só podem ser compreendidos como partes de uma totalidade concreta. Para um determinado “campo” de investigação teórica que se debruça sobre a problemática da segurança, os elementos negligenciados são a cidade e o urbano. Isso ocorre, por exemplo, quando algumas análises apontam que a limitação, por assim dizer, espacial, do programa das UPPs, decorre exclusivamente da falta de recursos para a expansão e manutenção de novas unidades. O que desaparece nesse tipo de comentário é a produção de segregações, bem como a reconfiguração territorial do crime – quer se trate dos grupos de traficantes que abandonam as áreas mais “nobres” da cidade, quer das milícias, que ocupam as áreas “descuidadas” pelo Estado. Em outros momentos, a dimensão espacial volta à cena, mas adquire um sentido mais retórico que analítico. Assim, podemos ler que “as UPPs são uma proposta de política de segurança pública específica para áreas da

“Não se trata de ocupar os ‘territórios da pobreza’, mas de controlar a massa de pessoas pobres que permanece em aglomerados de pobreza no interior ou em contato com os territórios nos quais a riqueza circula.”

desde o início dos anos 1990. Mas, no que diz respeito às políticas urbanas, essa inflexão deve ser relativizada. Fruto da conjuntura de crise estrutural, o governo de Leonel Brizola, no início da década de 1980, já teve como característica a impossibilidade de realizar investimentos públicos em grande escala para a reforma urbana. Diante do problema da habitação popular, o governo foi forçado a “conduzi-lo oficialmente nos moldes do que já vinha sendo feito *espontaneamente*” pela população pobre da cidade. A atuação do governo e das administrações municipais, consideradas as duas décadas em questão, consistiu em aceitar, legalizar e promover algumas melhorias nas favelas – tudo isso em meio a um “giro culturalista” que substituiu as idéias de planejamento global da cidade pela revalorização do “espaço comunitário” e das “soluções criativas” dos moradores das favelas. Sobre isso ver o texto de Maurilio Lima Botelho, “Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres”, a ser publicado também na coletânea indicada acima, pela Editora Boitempo.

cidade que podem ser reunidas sob o nome de territórios da pobreza”.⁴⁵ Se o que está em questão é a ocupação dos “territórios da pobreza”, como foi afirmado, então convém perguntar por que motivo as regiões mais pobres da cidade (sem falar nos municípios limítrofes, ainda mais pobres e mais violentos) são, precisamente, os locais que permanecem fora do alcance *direto* da pacificação? É que o problema parece estar colocado de modo invertido. Não se trata de ocupar os “territórios da pobreza”, mas de controlar a massa de pessoas pobres que permanece em aglomerados de pobreza *no interior ou em contato com os territórios nos quais a riqueza circula*. Em todo caso, a questão de saber por que, afinal de contas, a lógica da “pacificação” privilegia as áreas “nobres” é respondida pelo mesmo autor, agora não do ângulo do especialista, mas da razão cínica:

considero possível que o simples deslocamento das atividades criminais para regiões mais recônditas da cidade, associado à discricção no uso de armas pelos criminosos que permanecem atuando nas áreas nobres, venha a reduzir o sentimento generalizado de medo e insegurança... (SILVA, 2012b: 3).

Outro campo de investigação que nos interessa mais diretamente é o das pesquisas urbanas. Também aqui se verifica o mesmo desencontro. Mesmo alguns pesquisadores que fazem parte do debate sobre o “novo modelo de cidade” em gestação, como Raquel Rolnik — relatora da ONU para o direito à moradia adequada —, enxergam as UPPs somente como “condicionalidades”, sem relação direta com os “megaeventos”.⁴⁶ Essa questão também foi alvo da reflexão de um Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas que reúne, entre outros, integrantes da Central de Movimentos Populares, da Justiça Global, do Observatório das Metrôpoles e do Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. O Comitê produziu o dossiê “Megaeventos e violação dos direitos humanos no Rio de Janeiro”, com o qual compartilho uma série de pontos

⁴⁵ Luiz A. M. da Silva, “Pacificação ou controle autoritário”, entrevista disponível em: <http://comunidadessegura.org.br/pt-br/MATERIA-upps-pacificacao-ou-controle-autoritario>. Acesso em novembro de 2012.

⁴⁶ “Já estão sendo aprovadas várias excepcionalidades para a Copa do Mundo”, diz Raquel Rolnik, em entrevista concedida à revista *Caros Amigos* de janeiro de 2011, disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/cotidiano/1218-entrevista-raquel-rolnik>. Acesso em novembro de 2012.

de vista e que tem, desde já, o mérito de colocar em foco a relação entre as UPPs e a lógica do empreendedorismo urbano. Para o coletivo de autores,

o que fica claro no caso do Rio de Janeiro é que o projeto de atração de investimentos tão propagandeado pelo poder público municipal e estadual com a realização da Copa do Mundo de futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 tem como um componente importante a expulsão dos pobres das áreas valorizadas ou que serão contempladas com investimentos públicos. *Outra faceta dessa política é a criação das UPPs (...) tendo em vista que não é possível deslocar todos os pobres das áreas 'nobres' da cidade [grifo meu].* (DOSSIÊ, 2012: 8).

Contudo, ao analisar mais de perto o tema da segurança pública, o dossiê afirma, em patente contradição com o próprio diagnóstico acima citado, que as UPPs, definidas como um programa “inspirado no conceito de policiamento comunitário, que tem como estratégia a busca de uma parceria entre a população e as instituições de segurança”, “trazem uma série de benefícios para os moradores”, incluindo a “inserção no mercado formal” e a “redução dos homicídios”, o que, na opinião dos autores, seria contrabalançado apenas pela crescente especulação imobiliária nas favelas ocupadas, provocando a expulsão dos mais pobres (DOSSIÊ, 2012: 51). Ao não enfatizar as diferenciações econômicas no interior das comunidades ocupadas, os autores são levados, em outra contradição, a considerar a mercantilização das favelas como um “benefício para os moradores”. Ao mesmo tempo em que o Comitê denuncia a substituição de uma política de segurança eficaz pela produção de uma “imagem de segurança” voltada para a atração de investidores, o seu documento considera que o principal instrumento dessa representação ideológica de uma “cidade segura” para o capital, as UPPs, é uma “importante conquista” em relação às políticas anteriores, e termina as considerações sobre a política de segurança cobrando a extensão do programa para o conjunto da cidade, pois “há outras centenas de comunidades que ainda não receberam as UPPs” (DOSSIÊ, 2012: 52).⁴⁷ Além disso, o documento, que

⁴⁷ Caso semelhante ao do Dossiê aqui analisado é o do deputado estadual Marcelo Freixo, do PSOL, que, durante a campanha para a prefeitura, desenvolveu um discurso bastante articulado sobre o “modelo de cidade” baseado na lógica do mercado, mas evitou confrontar diretamente o programa das UPPs. Foi mérito inegável de sua campanha (e de sua ação parlamentar) deslocar o foco do debate para o que poderíamos chamar de lado obscuro da “pacificação”, ou seja, o crescimento alarmante dos grupos milicianos nas periferias da cidade. A dificuldade de interpretar as UPPs como parte do “modelo de cidade” denunciado pela campanha de Freixo não deve ser vista apenas como uma incapacidade de

caracteriza vagamente as UPPs como “inspiradas” no policiamento comunitário — e, assim, coloca-se em uma posição ainda mais frágil que a das abordagens sociológicas descritas acima —, também as considera como parte de um programa meramente instrumental a serviço dos interesses envolvidos na organização dos grandes eventos: “é claro que esse investimento em segurança faz parte de um projeto maior de reterritorialização urbana e de controle social”, que seriam “elementos chaves dos megaeventos”. (DOSSIÊ, 2012: 51). Aqui seria necessário inverter o argumento para mostrar como é que grandes eventos de porte internacional tornaram-se, especialmente a partir da experiência de Barcelona, no início dos anos 1990, elementos importantes para a concepção de um “projeto maior” de reestruturação urbana orientado pelos princípios da gestão empresarial. Se a lógica da “pacificação” não pode ser explicada a partir de uma hierarquia dedutiva que a converta em simples instrumento de interesses econômicos, mas exige o desvelamento das articulações entre a crise urbana e as intervenções no âmbito da segurança, tampouco cabe atribuir aos “megaeventos” a capacidade de produzir, por si só, uma reconfiguração da dinâmica territorial de uma cidade. De qualquer forma, a imagem desenhada pelo dossiê permanece, *malgré lui*, essencialmente correta para caracterizar um modelo de cidade segregada que está sendo produzida aqui e agora:

Depois da Copa e das Olimpíadas, corre-se o risco de se acordar numa cidade onde os que consomem, vivem e lucram no mercado formal das partes mais nobres da cidade podem ter acesso quase instantâneo à segurança, enquanto as camadas sociais menos favorecidas vivem sob a vigilância de um regime militar altamente armado e treinado para defender os interesses mercantis” (DOSSIÊ, 2012: 54).

Quanto à segunda questão, cabe, antes de tudo, reconhecer que se trata de um tema difícil, quase não abordado por aqueles que se dedicam à questão urbana e que ultrapassa os limites destas notas. É preciso considerar que a expansão do modelo do tráfico de drogas baseado no controle territorial armado não é compreensível sem referência ao processo de esvaziamento econômico da cidade a partir da segunda

compreensão da lógica da “pacificação”. Mais do que isso, ela expressa a contradição que se verifica no interior das camadas populares, que se consideram ao mesmo tempo “libertadas” e “oprimidas” pelo policiamento permanente. Em todo caso, Freixo não deixou de observar, em várias intervenções, as diferenças entre o programa das UPPs e os princípios do “policiamento comunitário”.

metade da década de 1970.⁴⁸ No caso do Rio de Janeiro, também não se pode esquecer que essa situação de urbanização sem crescimento econômico resultou no modelo atual de ocupação das periferias e na favelização. O que se viu a partir de então foi não apenas o domínio territorial de partes da cidade pelas facções de traficantes armados mas, igualmente, a proliferação dos famigerados grupos de extermínio, que constituíam uma espantosa “solução” privada encontrada por comerciantes e políticos locais para suprir a ausência do aparato policial nas regiões carentes da cidade. Ao mesmo tempo, a corrupção policial se tornava decisiva no fortalecimento das redes do tráfico de drogas e armamentos pesados. Nas favelas, os métodos de tortura abolidos pelos rituais punitivos modernos, que incluem esartejamentos e pessoas queimadas ainda com vida dentro de pneus, foram reproduzidas nos “tribunais” do tráfico em longas expiações públicas que bem poderiam ilustrar a ostentação dos suplícios descrita por FOUCAULT (1987) em seu livro sobre o nascimento da prisão. Esse quadro de barbárie que acompanha todo o período de crescimento da pobreza urbana alimentou o que foi oportunamente classificado como uma “guerra particular” entre traficantes e policiais, sem falar nos conflitos permanentes entre as facções do tráfico. O Rio de Janeiro viu o antigo *status* de “Cidade Maravilhosa” desaparecer em manchetes de jornais que descreviam a cidade como um cenário de guerra e decadência econômica. Assim, a força das armas impôs relações brutais que, de tão freqüentes, foram naturalizadas: incursões violentas nos morros, práticas sistemáticas de tortura nas delegacias e unidades prisionais e a faccionalização de territórios periféricos.

Nessa atmosfera de decomposição social é que surgem as primeiras tentativas de reversão da crise, o que inclui a presença recorrente das Forças Armadas nas ruas da cidade. Mas essa reversão, idealizada desde o início dos anos 1990 e que culmina na

⁴⁸ O que ocorreu num quadro mais abrangente de endividamento estatal e de esgotamento dos modelos periféricos de desenvolvimento: “Planejamento urbano, política de transporte de massa, programa habitacional, zoneamento espacial, todos os principais pontos de uma política urbana ampla desapareceram com a crise geral do Estado e da economia desenvolvimentista. Foi nesse contexto que o chamado “problema favela” explodiu, já que essas áreas de precariedade urbana e habitacional continuaram a crescer aceleradamente, apesar de o país estar passando por um freio demográfico, isto é, próximo da última fase da transição populacional” (Trecho do artigo de Maurílio Lima Botelho ainda inédito, “Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres”).

realização do projeto da “Cidade Olímpica”, não ocorreu a partir de uma mudança que revertesse o quadro de pobreza e desigualdade. Ao contrário, ela deixou os mecanismos de exclusão social intactos. O novo urbanismo está atrelado a processos concentradores de riqueza. Ele reduz a gestão pública à criação de contextos favoráveis aos interesses privados e reforça a segurança patrimonial e a vigilância privada contra as estratégias de sobrevivência dos pobres. Com a imagem de segurança produzida pelas UPPs é possível voltar a fazer da cidade um lugar atrativo para investimentos reunidos em poucas mãos, que são capazes de absorver os segmentos mais qualificados da mão-de-obra, mas deixando em segundo plano os serviços básicos e as condições materiais de reprodução da maior parte da população. Esse padrão de investimento sem planejamento, guiado unicamente pelos lucros da especulação sobre o preço dos terrenos, estimulou a política de remoção dos pobres, que retornou com força nos últimos anos. Em função do tipo de investimento recebido, a cidade do Rio tem permanecido alheia até mesmo à redução da pobreza que se verifica no cenário nacional com a ampliação do consumo na base da pirâmide social. Na última década, de fato, ocorreu não só um aumento (em termos absolutos e relativos) da favelização, o que indica um aumento da pobreza, mas a cidade vem se tornando cada vez mais cara e desigual. Não há, portanto, como falar em “novas fronteiras” para a acumulação. Antes, o capitalismo de crédito popular e endividamento deveria ser visto como sintoma dos limites do crescimento impostos por uma crise estrutural que tem se mostrado irreversível. Os cenários da “Cidade Olímpica”, da qual as UPPs são parte essencial, têm devolvido aos cariocas a auto-estima, enquanto as periferias se convertem em espaços de atuação dos poderes mafiosos. Aqui, a crise urbana torna-se central para compreender as formas de regulação social armada e a economia de pilhagem. A atuação dos grupos milicianos nas brechas de um poder estatal, cuja capacidade de intervenção global é solapada devido aos altos custos de manutenção do “aparato”, é menos uma estratégia consciente de poder do que um momento dessa crise.⁴⁹ A crescente redução da

⁴⁹ As abordagens que enxergam o desenvolvimento das milícias ou a criminalização dos pobres menos como um efeito do que como o objetivo das intervenções na segurança pública acabam promovendo apenas uma inversão do ponto de vista segundo o qual tais fenômenos seriam efeitos secundários das

lucratividade do tráfico, que expressa a mesma situação porém do ângulo de uma economia ilegal, ampliou substancialmente o quadro de crise ao levar as diferentes facções a práticas cada vez mais irracionais. Se em algum momento era possível ver a “opção pelo tráfico” como fruto da racionalidade econômica, o morticínio verificado nos últimos anos — especialmente entre os jovens das favelas e periferias — torna ridículo esse tipo de cálculo supostamente racional, do mesmo modo que as novas drogas baratas introduzidas já no contexto de crise não são capazes de criar um “novo mercado” para o tráfico, podendo, apenas, ampliar o espetáculo “pós-urbano” de desagregação social.

A “Cidade Olímpica” torna-se cada vez mais dual: da mesma forma que a Reforma Passos acabou com a “promiscuidade” entre camadas sociais na antiga área central, dando origem a favelas e ocupações suburbanas irregulares, a reestruturação pela qual a cidade vem passando nas duas últimas décadas (e, com maior ênfase, desde o início das obras de preparação para os eventos esportivos internacionais) ampliou as segregações e as formas violentas de administração da pobreza. Essa estratégia urbana, comum em metrópoles de países periféricos, faz parte de uma “economia básica de distribuição dos espaços, que implica a construção de dois territórios dentro de uma mesma sociedade” (MENEGAT, 2006: 105).⁵⁰ A cidade que pretendia repetir o

estratégias de segurança do Estado. Com a referida inversão corre-se o risco de perder a dimensão estrutural do problema, que se vê reduzida à intencionalidade dos “atores sociais”. Dito de outro modo: é um tanto absurdo afirmar que as estruturas mafiosas e a vigilância nas favelas são objetivos inconfessos que as políticas de Estado devem “mascarar”. Mesmo quando os agentes do Estado fabricam um inimigo como o “crime organizado” – ou eles próprios se organizam de forma ilegal –, o fazem através de relações de poder e interesses imediatos e não “a serviço” de um projeto político. A ampliação dos mecanismos de controle sobre a população pobre não é, portanto, nem um efeito secundário nem uma meta a ser alcançada e sim um segundo aspecto, igualmente importante, das novas formas de administração da pobreza que se impõe aos governos quando os mecanismos de integração social perdem força. E as milícias, por sua vez, são a expressão mais clara dessa integração “falhada”.

⁵⁰ Mas não se pode dizer que tal processo siga fielmente a uma “estratégia de classe” ou que seja determinado por um processo de “especialização da dinâmica de classes” como sustenta o autor, correspondendo, antes, a uma diferenciação entre os segmentos da população que se encontram em uma situação de maior “integração” à lógica econômica e o segmento de “não-rentáveis”, que também podem ser definidos como uma massa de “desclassificados”. Em outras palavras: a especialização dos conflitos sociais não é redutível ao conflito de classes. É claro que essa diferenciação entre as elites econômicas e as camadas médias, de um lado, e a população pobre, de outro, não exclui o fato de que o grande volume de investimentos e obras públicas mobiliza um contingente assalariado de baixa qualificação e mal remunerado, mas que se torna parcialmente integrado, ajudando a produzir uma diferenciação no interior das camadas populares.

aparente sucesso de Barcelona — que, nesse meio tempo, se tornou mais do que duvidoso — conseguiu apenas reproduzir algumas das lições de Medellín, cidade que inspirou uma série de aspectos do nosso modelo de “pacificação”, desde a concepção geral das ocupações permanentes até detalhes como os teleféricos, parques literários e acanhados projetos sociais idealizados para “disputar” os jovens com as redes do tráfico. Mas a maior lição, que, aparentemente, confirmava uma idéia repetida de forma dogmática pela maioria dos especialistas, é que a redução da pobreza não é uma condição para enfrentar o problema da criminalidade. Em todo caso, o que já acostumamos a chamar de “enfrentamento da violência” não significa uma menor necessidade de regulação armada da sociedade e, muito menos, uma redução substancial da criminalidade. Trata-se apenas de criar um impacto positivo com o qual se espera garantir um “salto nos negócios”. Também aqui Medellín nos oferece um exemplo: a “pacificação”, que varreu os grupos insurgentes das favelas, conseguiu substituir os conflitos e massacres cometidos por paramilitares por assassinatos seletivos de lideranças comunitárias. Com a desmobilização desses grupos, o centro da cidade finalmente se tornou um lugar seguro para os negócios, incluindo o *boom* imobiliário financiado com o dinheiro das drogas. Enquanto isso, “milícias civis” infiltradas por traficantes e ex-paramilitares se convertiam em grupos legalizados de vigilância privada. Não foram poucos os que viram a articulação entre negócios ilícitos, corrupção política e paz armada como um bom exemplo. Será uma nova lição de Medellín?

Referências bibliográficas

ALVES, José Cláudio. “Uma guerra pela regeografização do Rio”, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/38721-uma-guerra-pela-regeografizacao-do-rio-de-janeiro-entrevista-especial-com-jose-claudio-alvese>. Acesso em novembro de 2012.

CANO, Ignácio (coord). “‘Os Donos do Morro’: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) no Rio de Janeiro”. Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em:

<http://riorealblog.files.wordpress.com/2012/07/relatc3b3riofinalcaf13.pdf>. Acesso em: novembro de 2012.

COCCO, Giuseppe. “A guerra no Rio de Janeiro: a ofensiva do capitalismo cognitivo”, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40005-a-guerra-no-rio-de-janeiro-a-ofensiva-do-capitalismo-cognitivo>. Acesso em: novembro de 2012.

DEBORD, Guy. *Commentaires sur la société du spectacle*. Paris: Éditions Gérard Lebovici, 1988.

DOSSIÊ do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos. Acesso em: novembro de 2012.

FLEURY, Sonia. “Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n. 30, mai./ago. 2012, pp. 194-222.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LUZ, Hélio. “O Estado criou estes caras”, disponível em <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/helio-luz-o-estado-criou-estes-caras-2.html>. Acesso em: novembro de 2012.

MALAGUTI, Vera. “O Alemão é muito mais complexo”, disponível em <http://www.fazendomedia.com/o-alemao-e-mais-complexo/>. Acesso em: novembro de 2012.

MARTINS, Leonardo. “UPP: Unidade de Polícia Pacificadora ou um projeto de poder?”, disponível em <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2011/06/06/upp-unidade-de-policia-pacificadora-ou-um-projeto-de-poder>. Acesso em: novembro de 2012.

MENEGAT, Marildo. “A guerra civil no Brasil”. In: *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 105-122.

MISSE, Michel. “Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro”, disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959>. Acesso em: novembro de 2012.

MONCAU, Joana. “Unidades de polícia pacificadora, uma nova face da repressão policial no Brasil”, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/514847->

unidades-de-polícia-pacificadora-uma-nova-face-da-repressão-policial-no-brasil. Acesso em: novembro de 2012.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA, L. A. Machado. “As várias faces das UPPs”, disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2010/276/as-varias-faces-das-upps>. Acesso em: novembro de 2012a.

SILVA, L. A. Machado. “Afiml, qual é a das UPPs?”, Disponível em: http://www.observatoriodasmetroloes.ufrrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf. Acesso em novembro de 2012b.

SOARES, Luiz Eduardo Soares. “A crise no Rio e o pastiche midiático”. Disponível em: <http://luizeduardosoares.blogspot.com.br/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>. Acesso em: novembro de 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “A ‘reconquista do território’, ou: um novo capítulo na militarização da questão urbana”. Disponível em <http://passapalavra.info/?p=32598>. Acesso em: novembro de 2012.

O ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO COMO ELEMENTO DE REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO FLUMINENSE

Júlio César Gomes Filho*

Resumo: o trabalho propõe a análise da construção do Arco Rodoviário Metropolitano através do papel fomentador do Governo Federal para a inserção do estado do Rio de Janeiro em uma lógica de fluxos intensos de capitais e mercadorias, com a ligação de pontos fixos e estratégicos de interesse econômico. O objetivo é compreender como tal projeto pode servir como elemento de reestruturação do espaço produtivo da metrópole, analisando os principais atores envolvidos no processo de construção e os benefícios do arco rodoviário metropolitano para a economia da metrópole fluminense.

Palavras-chave: Estado; território; infraestrutura; reestruturação.

THE ROAD METROPOLITAN ARC: AN ELEMENT OF RESTRUCTURING THE URBAN SPACE IN RIO DE JANEIRO

Abstract: the article analyses the construction of the Arco Rodoviário Metropolitano through the role of the Federal Government as a developer to insert the State of Rio de Janeiro in a logic of intense flows of capitals and goods, connecting fixed and strategic points of economical interest. The objective is understand how this project can work as a restructuration element of the metropolitan productive space, analyzing the main actors involved in the process of construction of the Arco Rodoviário Metropolitano and its benefits to the Rio de Janeiro's metropolitan economy.

Keywords: State; territory; infrastructure, restructuration.

L'ARC ROUTIER MÉTROPOLITAIN: L'ÉLÉMENT DE RESTRUCTURATION DE L'ESPACE À RIO DE JANEIRO

Résumé: ce texte analyse la construction de l'Arc Routier Métropolitain à Rio de Janeiro et le rôle du Gouvernement Fédéral, dont l'objectif c'est d'inscrire l'État de Rio de Janeiro dans la logique des flux de capitaux et de marchandises. Pour cela, il faut créer les noeuds stratégiques sous le point du vue économique. On veut comprendre ce projet tandis qu'un élément de restructuration de

* Universidade Estácio de Sá - Licenciando em Geografia - juliofdh@gmail.com.

l'espace productif de la métropole, en signalant ses principaux agents et ses bénéfiques pour l'économie de Rio de Janeiro.

Mots-clés: État; territoire; métropole; restructuration.

1. Introdução

A partir da discussão de autores que abordam a temática do Estado, território, espaço social, redes e reestruturação produtiva, objetivamos neste artigo entender a importância do projeto do Arco Rodoviário Metropolitano como elemento reestruturador do espaço produtivo da metrópole fluminense. Além disso, também é interesse compreender o Arco Rodoviário Metropolitano Fluminense como fruto de um amplo processo de investimentos públicos e privados para ampliação do parque industrial e de grandes obras de infraestrutura na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O trabalho também tem como objetivo compreender como o arco metropolitano influenciará os fluxos da metrópole fluminense, ligando *fixos* de interesse econômico, além de inserir novas áreas no processo da rede urbana metropolitana e, por que não, da globalização.

O cenário econômico brasileiro perpassa pelo investimento crescente do Estado no setor de logística e infraestrutura, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contando com grande aumento de investimentos no estado do Rio de Janeiro. O presente trabalho se justifica pela necessidade de estudos sobre a reestruturação produtiva do estado do Rio de Janeiro, através desses novos e crescentes investimentos, tirando o estado de uma situação pouco competitiva no que se refere à esfera produtiva e tornando-o atualmente um grande captador de investimentos internos e externos. O arco metropolitano, então, está atrelado à superação dos grandes entraves em infraestrutura de transportes, considerado um imenso “gargalo” para uma maior dinâmica das atividades econômicas.

Para alguns autores do campo das ciências sociais, o mundo assiste a consolidação de um novo modo de vida e um novo padrão de produção, baseado em estruturas mais

Júlio César Gomes Filho, *O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense*

flexíveis e pautado no desenvolvimento e difusão crescente de novas tecnologias. Para Milton SANTOS (1994), o *meio técnico-científico-informacional* surge a partir da década de 70 do século XX a partir do incremento das tecnologias de comunicação e informação, que se articulam também na escala produtiva e científica, em todo tipo de fluxos. O meio técnico-científico-informacional configura o espaço atual da rede de informações, transportes, mercadorias e pessoas. A transformação técnica é um elemento essencial nessa nova fase e se impõe no território, formando a tecnosfera, onde a lógica do capital e da tecnologia comanda as relações. Para SANTOS (1994: 50), algumas características marcantes desse novo momento histórico são:

a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional; a exacerbação da especialização produtiva no nível do espaço; a aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas; a produtividade espacial como dado na escolha das localizações; o papel da organização e o dos processos de regulação na constituição das regiões.

Para David HARVEY (1992), o período atual tem como marco fundamental a profunda recessão de 1973, referente ao choque do petróleo que abalou as estruturas do modo de produção fordista. As décadas de 70 e 80 tornaram-se um período de reestruturação econômica, incluindo novas experiências no modo de organização industrial. Esse novo período traz à tona a *acumulação flexível*, que se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões do consumo. As características são: “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992: 140). Portanto, essa nova fase é marcada pelas inovações tecnológicas, pela fluidez crescente do espaço e a necessidade de interligação entre os lugares, entre o local da produção e do mercado, além de provocar uma nova redistribuição das regiões geográficas industriais, incluindo os países de industrialização tardia, o que é o caso do Brasil.

1. Reflexões sobre a ação do Estado como elemento de reestruturação produtiva no território

Segundo SANTOS (1994), o espaço atual se caracteriza cada vez mais como espaços de racionalidade, cuja disposição obedece aos interesses dos fluxos hegemônicos. Esses fluxos hegemônicos são aqueles que atendem ao grande capital, cujas decisões ocorrem nos principais centros do capitalismo e são denominadas *verticalidades*. Essas decisões subordinam o território às demandas dos agentes do capital corporativo, impondo-se aos sujeitos sociais locais e obtendo real poder de decisão sobre o uso dos territórios. A fluidez é cada vez mais exigida dos espaços, no sentido de reduzir as fronteiras, melhorar os transportes e a comunicação, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro e suprimir as rugosidades hostis aos processos de acumulação.

A técnica é um fator essencial no espaço atual. A técnica unificada torna os lugares mais homogêneos, o que é primordial para o processo de globalização acontecer. A ciência, a tecnologia e a informação configuram a base técnica da vida social atual. Sob esta perspectiva, a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, com a amplificação em “sistema-mundo” de todos os lugares e todos os indivíduos em graus diversos. As ações sobre o espaço, nesse novo momento, se tornam cada vez mais técnicas e específicas e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos.

O espaço de fluxos se torna objeto das intencionalidades de nível hegemônico superior, assim o espaço se torna cada vez mais especializado produtivamente pelas condições técnicas e sociais. A especialização produtiva necessita de *circulação*, que desempenha papel fundamental na transformação da produção e do espaço (SANTOS, 1988).

Assim, o processo de especialização produtiva se torna evidente nas atuais mudanças em curso na metrópole fluminense, onde as áreas são selecionadas conjuntamente pelo capital e pelo Estado para servirem de *lócus* da produção industrial. Nesses locais são implementados infraestrutura, logística, insumos ao saneamento básico,

urbanismo, dentre outras benesses diferenciadas para facilitar todo o processo de instalação, deslocamento, escoamento da produção; ou seja, as bases necessárias para o capital industrial. Pode-se assim entender o espaço como fruto de um sistema de ações estratégicas a partir de um sistema de objetos que o dinamiza e transforma, conferindo ao espaço da metrópole um ambiente extremamente técnico (SANTOS, 1988).

A lógica territorial do poder advém de processos de acumulação do capital no tempo e no espaço e, portanto, as especializações regionais se tornam um aspecto fundamental do funcionamento do capitalismo. O Estado usa seus poderes para aumentar a diferenciações e dinâmicas regionais, através de investimentos em infraestrutura mediante a imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Os estados continuam se desdobrando para aumentar seus próprios poderes mediante a criação de “paraísos” para o investimento do capital, já que um ambiente de negócios atraentes traz novos fluxos de capital.

O processo de reestruturação produtiva em curso promove transformações nas bases econômicas dos lugares e amplia a intervenção de novos sujeitos sociais no uso do território. O território é visto como um campo de forças de interesses diversos, que através de relações de poder, modificam seu uso de acordo com seus interesses. Logo, o território atual é marcado por uma intensa disputa entre diversos sujeitos sociais pelo seu *uso*.

O sistema capitalista precisa constantemente produzir novas territorialidades para fugir das crises. As maneiras mais eficazes são a *reorganização espacial* e a *expansão geográfica*, tomando como grande exemplo a retomada norte-americana após a crise de 1929, com a política de obras públicas voltada para lugares até então não desenvolvidos. Como ensina HARVEY (2004: 79), “a formação de um Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa têm sido, por conseguinte, características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo”. O papel do Estado como proteção para a acumulação capitalista é essencial para o desenvolvimento desse sistema, tal como para a sua estabilidade e continuidade.

Ainda segundo HARVEY (2004: 87, *grifos do autor*)

O movimento fluído *sobre o espaço* só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infra-estruturas físicas *no espaço*. Vias férreas, rodovias, aeroportos, instalações portuárias, redes de cabos, sistemas de fibra ótica, redes elétricas, sistemas de água e esgoto, oleodutos, etc. constituem “capital incorporado à terra.

O capital investido no espaço necessita que as interações espaciais sigam o padrão dos seus investimentos para que o seu próprio valor se realize, ou seja, para que o seu próprio uso gere lucros que possam justificar todo o valor investido. O autor chega à conclusão de que o capital cria perpetuamente novas paisagens geográficas que facilitem suas atividades num dado tempo, para poder posteriormente destruí-las; a seguir, novamente o capital passa a construir uma paisagem totalmente diferente num para continuar o seu processo de acumulação. Este processo aqui explicado de maneira simples pode ser exemplificado pelo caso brasileiro de atuação estatal sobre o território, onde se pode verificar historicamente uma estreita relação entre capital e Estado, promovendo constantes “construções”, “destruições” e “reconstruções”, tanto no que se refere à base da produção quanto no investimento direto em infraestrutura e logística.

A atuação do Estado brasileiro, através das esferas federal e estadual, busca criar as condições favoráveis para a produção e a reprodução do capital privado com o funcionamento do Arco Rodoviário Metropolitano. O papel do Estado brasileiro de investimento direto, tanto na produção industrial quanto na dotação de infraestrutura no espaço, foi essencial para o desenvolvimento industrial nacional desde a década de 1930, com o início da industrialização no país. Resumidamente, [1] A criação das empresas estatais foi a base de um grande projeto de desenvolvimento econômico do governo de Getúlio Vargas; [2] com o Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek, aludia-se crescer “50 anos em 5”, o que implicou no investimento em produção de energia, programa nuclear, prospecção e refinamento de petróleo, reaparelhamento e construção de ferrovias e rodovias; [3] no período de João Goulart, o Plano Trienal buscou as reformas de base e onde o Estado teve um amplo

fortalecimento no investimento em usinas, estradas, pontes, etc.; [4] por fim, o chamado “milagre econômico” brasileiro, no período da ditadura militar, elevou o PIB (Produto Interno Bruto) do país de 43º do Planeta em 1964 para o 8º em 1985. Graças à grande captação de recursos no exterior, contou com grandes investimentos estatais em obras faraônicas de infraestrutura, tais como: a rodovia Transamazônica e a Perimetral Norte (ambas jamais integralmente terminadas), a Ponte Rio-Niterói, a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e projetos de extração mineral.

O Estado tem demonstrado interesse em inserir as áreas não urbanizadas da metrópole fluminense em novos vetores de expansão urbana. O perímetro urbano dessas localidades certamente será aumentado, bem como devem emergir problemas que já nascem crônicos, tais como carência de infraestrutura, expulsão de atividades agrícolas produtivas, falta de serviços básicos, etc. A lógica do Estado é facilitar os fluxos, tanto de pessoas quanto de mercadorias, e assim investe maciçamente na infraestrutura e na logística sob a ótica do capital. No estudo em tela, os investimentos têm como objetivo central escoar com mais rapidez a produção do futuro Complexo Petroquímico de Itaboraí para o Porto de Itaguaí.

A partir da década de 1970, a população urbana supera a população rural no Brasil. De acordo com LENCIONI (2008), nesse momento, a questão da gestão urbana ficou mais evidente para o Estado brasileiro e fez-se a necessidade de criar novos organismos governamentais para implementação de políticas urbanas e regionais. Por um lado, buscava-se promover um desenvolvimento urbano capaz de promover o equacionamento dos problemas relativos a transporte, saneamento e habitação.

Por outro lado, buscou-se descentralizar as atividades industriais até então concentradas no eixo do Sudeste do país. A instituição de nove regiões metropolitanas, por exemplo, teriam a função de irradiar o desenvolvimento ao longo do território brasileiro. Portanto, havia uma *hierarquização das regiões metropolitanas*, de acordo com o grau de importância econômica. As regiões metropolitanas, portanto, ganham destaque por se tornarem pólos estruturadoras do ordenamento territorial. A tese

dessa irradiação do desenvolvimento econômico através de pólos de desenvolvimento pautou as políticas urbanas e territoriais brasileiras ao longo das últimas décadas.

O próprio desenvolvimento interno dessas regiões metropolitanas se deu de forma extremamente desigual, abarcando atuações distintas do Estado, e, portanto, não permitindo um desenvolvimento que integrasse as políticas públicas de forma coordenada. Para piorar a situação, a partir da década de 1980, os organismos de planejamento regional perdem verbas e o tema regional passa a ser visto como obsoleto, fazendo com que o planejamento integrado passe a ser uma realidade distante nas metrópoles brasileiras. Com o advento do neoliberalismo econômico e a desregulação dos mercados, ocorrem muitas mudanças estruturais, provocando a reestruturação de algumas regiões e a marginalização de outras (LENCIONI, 2008).

No contexto da globalização, o processo dominante é o de metropolização, que está intimamente associado à reestruturação capitalista. Para LENCIONI (2008), nesse contexto as metrópoles contemporâneas exprimem o estágio máximo da urbanização, tornando-se condição para a reprodução do capital; mas também tornam-se um meio para a reprodução do capital e, ainda, um produto do capital. Neste sentido, apresenta-se a tendência da expansão das regiões metropolitanas e de seus reflexos imediatos, com a conurbação de maneira ostensiva..

Esses territórios metropolitanos atraem para si a modalidade de empresas do novo momento da acumulação flexível: as chamadas *empresas-rede*, que não se fixam no território, isto é, que migram para outros locais que apresentem mais vantagens competitivas. Forma-se um complexo sistema de redes, que interligam o lugar com localidades distantes, podendo não existir relação com as cidades mais próximas. Existe uma ligação maior com a rede global de produção e distribuição nesses novos territórios que sofreram o processo de metropolização, de maneira que uma cidade como Duque de Caxias pode ter mais ligações com o mercado consumidor de petróleo em São Paulo do que com a cidade vizinha de Magé, por exemplo. Evidentemente, este exemplo não é fictício.

A escala metropolitana é essencial para a localização espacial do Arco Rodoviário Metropolitano. Segundo Floriano OLIVEIRA (2008), o espaço geográfico, fruto do somatório das relações sociais, econômicas, políticas e culturais, é o *locus* da reprodução das relações de produção, produção essa da própria sociedade. E a área metropolitana configura-se “como espaço social que vive processos urbanizadores compartilhados, com descontinuidades físicas, porém com dinâmicas de fluxos que tendem a construir uma realidade que requer projetos de desenvolvimento e serviços comuns” (BORJA, 2009: 24 *apud* OLIVEIRA, 2008). Logo, o Arco Rodoviário Metropolitano, envolvendo uma região com afinidades diversas e particularidades com a cidade do Rio de Janeiro, e constituindo uma rede de municípios que compartilha, dentre outras coisas, uma infraestrutura de transporte e mobilidade, é um exemplo complexo desse processo onde diversos atores se envolvem na reconfiguração do espaço metropolitano.

2. Arco Rodoviário Metropolitano e as estratégias produtivas

As necessidades do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ) já eram sentidas, pelo menos, desde a década de 1970, quando um projeto mencionava a duplicação da rodovia RJ-109, que liga Itaguaí a Japeri e Nova Iguaçu. Sua execução nunca saiu do papel. A centralização das estradas federais passando pela cidade do Rio de Janeiro sempre foi uma realidade e impossibilitou uma maior integração entre os municípios periféricos na metrópole fluminense.

A necessidade atual de acesso rápido do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em implantação no município de Itaboraí ao Porto de Itaguaí obriga a construção rápida do arco. As obras foram licitadas no ano de 2007, incluídas nos recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. De maneira complementar, as obras de duplicação do trecho da BR-101, entre a cidade do Rio de Janeiro e Mangaratiba, foram concluídas e puderam facilitar o acesso das indústrias do município do Rio de Janeiro ao porto.

A lógica de construção do Arco Rodoviário Metropolitano faz parte de um processo maior de investimentos governamentais em transportes, onde o orçamento para infraestrutura para este setor dobrou no Brasil no período de 2000/2001 e quase quadruplicou no Rio de Janeiro nesse mesmo período, segundo um estudo da FIRJAN de 2008. A proposta apóia-se em três funções básicas. Primeiro: a integração do Porto de Itaguaí à malha rodoviária nacional. Segundo, ligação entre os cinco eixos rodoviários beneficiados pelo projeto sem a necessidade de conexão via Avenida Brasil e Ponte Presidente Costa e Silva, desviando assim o fluxo de tráfego das principais vias de acesso à capital. Por fim, aumento da acessibilidade aos municípios próximos ao AMRJ, que concentram grande contingente populacional e atualmente só se conectam através de percursos mais longos que utilizam os grandes eixos rodoviários convergentes para o Rio de Janeiro. A figura abaixo permite verificar os municípios no qual o Arco Rodoviário Metropolitano estará presente:



Fonte: <http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=16222>

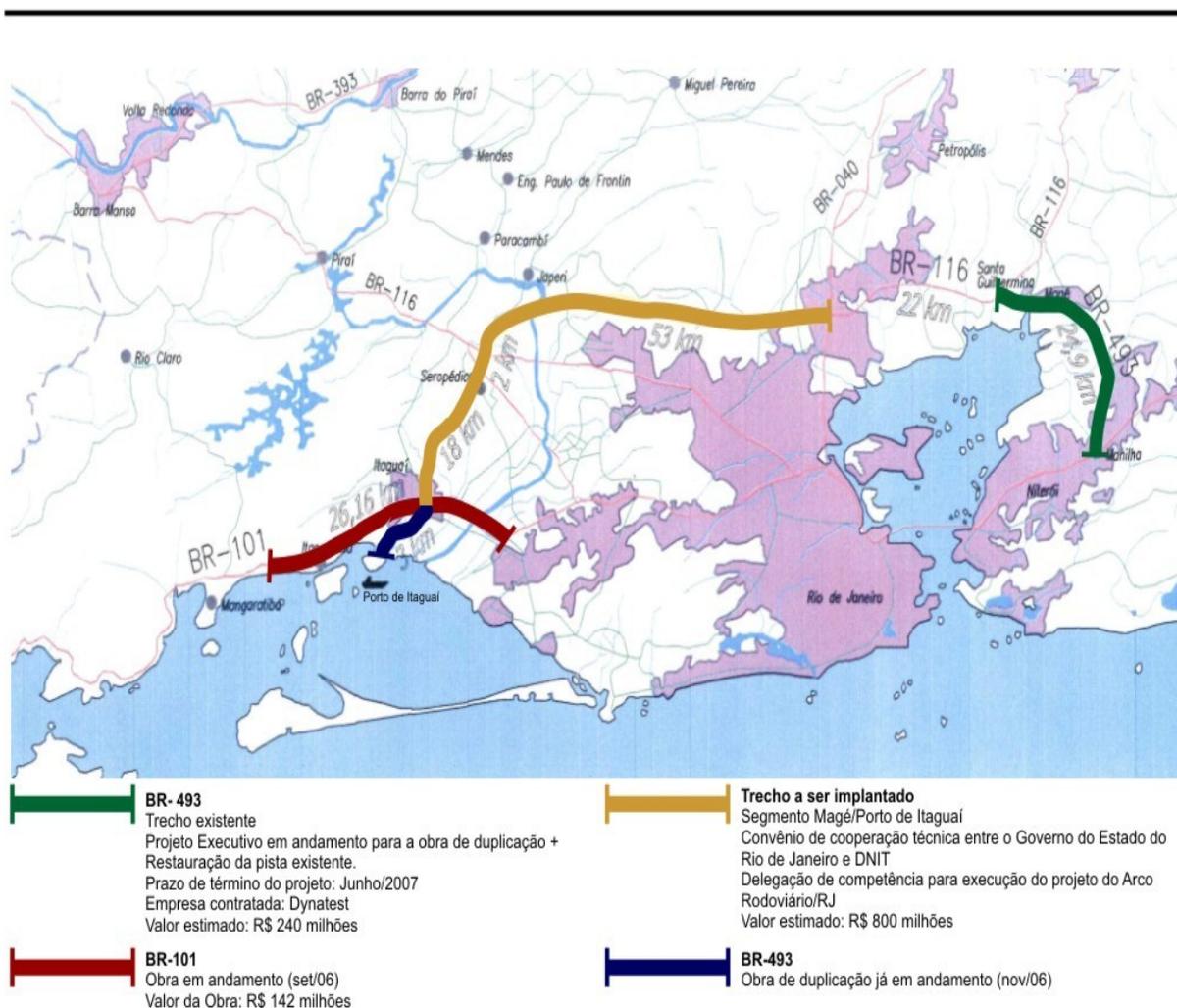
Acesso em: 5 de setembro de 2011.

Conforme pode se observar no mapa [imagem apenas ilustrativa, sem escala] a seguir, o projeto do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro é composto por trechos de rodovias perpendiculares aos grandes eixos rodoviários que convergem para o município do Rio de Janeiro e atravessam a Baixada Fluminense, notadamente a BR-101/RJ Sul, BR-116/RJ Sul, BR-040/RJ, BR-116/RJ Norte e BR-101/RJ Norte.

Júlio César Gomes Filho, *O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense*

Tendo como objetivo chegar até o Porto de Itaguaí, a área servida pela BR-101 Norte utilizará um total de 118 km em três trechos do Arco. Em ordem decrescente vem as regiões atingidas pela BR-116 Norte, percorrendo 93 km dentro do Arco; a BR-040, usando 71 km; a BR-116 Sul num total de 22 km; e a BR-101 Sul, a menos impactada pelo arco, a partir de onde os veículos de carga percorrerão apenas seis quilômetros até Itaguaí.

Figura 2
Arco Rodoviário do Rio de Janeiro



Fonte: <http://memoria801.blogspot.com.br/2010/12/lula-inaugura-duplicacao-da-br-101-no.html>

Acesso em: 05 de setembro de 2011.

Conforme se pode notar na próxima imagem, retirada do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (BR-493, RJ-109), de junho de 2007, os segmentos do Arco Rodoviário são os seguintes: o segmento A corresponde ao trecho da rodovia BR-493/RJ, entre a BR-101, em Manilha (Itaboraí), e o entroncamento com a BR-116, em Santa Guilhermina (Magé); o segmento B corresponde ao trecho da rodovia BR-101 (Rio – Santos), entre Itacuruçá e a Avenida Brasil; o segmento C corresponde a RJ-109, entre as rodovias BR-040 (Rio-Juiz de Fora) e a BR-101/SUL; o segmento D corresponde ao trecho da rodovia BR-116/Norte, entre a BR-493/RJ em Santa Guilhermina (Magé) e a BR-040/RJ em Saracuruna (Duque de Caxias).

Figura 3 - O Arco Metropolitano e seus segmentos



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental, 2007, disponível em http://www.firjan.org.br/site/anexos/Decisaorio/2012-2014/RIMA_-_Arco_Metropolitano.pdf

Acesso em: 11 de setembro de 2011.

Essa lógica do Estado de fornecer a infraestrutura básica para a viabilidade crescente dos fluxos de mercadorias e capitais fundamenta-se no processo de inserção do Brasil e do estado do Rio de Janeiro no chamado mercado global. Com a fluidez sendo cada vez mais importante para que os pontos nevrálgicos de produção se interliguem com

Júlio César Gomes Filho, *O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense*

mais rapidez e para que os custos de produção sejam cada vez menores, se faz necessário a intervenção do Estado nessa logística, se associando aos grandes empreendimentos capitalistas como facilitador da sua expansão.

Certamente há uma motivação indutora de desenvolvimento da região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde serão interligadas cinco rodovias federais, uma ferrovia e vários pólos industriais de grande porte. Uma das prerrogativas mais importantes para a construção do Arco Rodoviário é a ligação mais fácil com o porto de Itaguaí, para escoamento da produção do futuro COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) – *um conjunto de indústrias petrolíferas com cerca de 15 quilômetros quadrados* – e diversas indústrias químicas de produção de material plástico, que têm previsões de números vultosos de produção. O porto de Itaguaí teria ligação com as principais vias de acesso interestadual que cortam o estado do Rio de Janeiro.

Um fato muito marcante na escolha da instalação do COMPERJ no município de Itaboraí é o fato de que o Leste Metropolitano fluminense, sobretudo o município de São Gonçalo, pode mobilizar seu imenso exército de reserva de mão-de-obra. Por outro lado, criou-se a necessidade de uma ligação rápida com o Porto de Itaguaí, portanto, a mobilização pela construção do Arco Rodoviário Metropolitano na região oeste metropolitana (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí são os municípios cortados por esta via), irá incorporar áreas rurais à dinâmica urbana, já que ao longo dessa rodovia serão definidas áreas de uso industrial e logístico, tal como já acontece ao longo da Rodovia Presidente Dutra (Via Dutra) no trecho fluminense.

Os benefícios previstos pelo relatório do TESOURO NACIONAL (2005) prevêm a diminuição dos custos de exportação de várias indústrias no estado. O interesse das indústrias e do capital privado é diminuir consideravelmente o custo com transporte, o que faz perder parte da lucratividade dos produtos, pois o mesmo pode representar 60% dos custos logísticos.

Um estudo da FIRJAN do ano de 2008 sobre os impactos do Arco Rodoviário Metropolitano informa que o projeto ampliará a competitividade do Porto de Itaguaí na movimentação de soja e grãos líquidos, chegando a até 500 mil toneladas nos

fluxos rodoviários futuros. Além disso, outros impactos positivos também poderão ser sentidos; segundo esse estudo, o Arco trará economia da ordem de 3% no custo de transporte para a ligação entre o COMPERJ e a cidade de São Paulo.

Segundo a FIRJAN (2008), os municípios no entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro terão redução dos custos de transporte no acesso a Itaguaí entre 15% e 20%. Além disso, os impactos logísticos da construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro se estendem por sete estados brasileiros através da redução do custo de transporte de e para o Porto de Itaguaí. Mesmo estados afastados desse porto – como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – poderão obter ganhos com a obra. Naturalmente, esses ganhos diminuem com a distância e podem chegar, no caso dos estados mais afastados, a 2,5%, o que não é irrelevante, porque pode significar ter um produto competitivo ou não para exportação. A redução dos custos de transportes é mais intensa nos quatro estados do Sudeste, que representam conjuntamente mais da metade do PIB nacional.

A região do Vale do Paraíba – região que concentra a maior parte da produção nacional – terá redução do custo de transporte de no mínimo 10%, podendo alcançar até 20%. Essa área se apresenta como uma região de grande atração para criação de centros logísticos industriais.

Ainda segundo a Firjan, considerando o *mix* de produtos movimentados pelo Porto de Itaguaí e as projeções futuras de seu crescimento, a economia total de gastos com transporte trazido pelo Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro nos fluxos atuais de e para Itaguaí varia de 2,1% a 6,4% em 2011 e de 0,9 a 2,7% em 2015, dependendo do cenário analisado. A economia de transporte trazida pelo Arco nos fluxos otimizados varia de 2,3 a 4,7% em 2011 e de 0,2 a 1,6% em 2015, dependendo do cenário observado.

3. Conclusão

Os impactos positivos para a macroeconomia não podem ser desconsiderados. As estimativas de impacto sobre comércio exterior em decorrência de uma maior proximidade aos portos indicam, em longo prazo, um aumento de cerca de R\$ 2 bilhões no Produto Interno Bruto da área de abrangência do Porto de Itaguaí, acompanhado de um incremento de R\$ 275 milhões na arrecadação de impostos. A estimativa de criação de empregos chega a 16 mil vagas (FIRJAN, 2008).

Considerando o viés positivo da construção do Arco Rodoviário Metropolitano, do ponto de vista da integração e de novos vetores de expansão nos municípios abrangidos pelo projeto, os benefícios logísticos, melhor escoamento de produtos, ligação urbana mais rápida entre os municípios da Região Metropolitana, criação de novas centralidades urbanas e dinamismo da economia metropolitana, o Arco Rodoviário Metropolitano é um elemento essencial para uma nova reestruturação produtiva da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Trata-se de processo em curso que se ampara em grandes obras de infraestrutura e parques industriais em implantação, com o potencial de retomar a competitividade da indústria fluminense em comparação com outras regiões do país.

Outro ponto importante é a formação de uma rede metropolitana mais integrada. A construção do Arco Rodoviário Metropolitano é uma oportunidade ímpar para o fortalecimento da rede urbana da metrópole, contando com uma interligação direta entre a Baixada Fluminense e o Leste Metropolitano. Essas áreas podem formar um corredor industrial e logístico integrado, caso o desafio de integrar as áreas rurais desses municípios à dinâmica urbana seja vencido. Essa rede de mercadorias e pessoas pode vir a se integrar em uma rede maior, que têm amplitudes globais de comando e com viés de exportações importantes para a economia do país.

Por outro lado, existe a possibilidade de um crescimento populacional de mais de 111 mil pessoas, segundo dados da FIRJAN (2008), na área de influência do novo eixo rodoviário, o que irá aumentar a demanda de serviços de infraestrutura básica. É

necessário, portanto, que as políticas públicas do Estado possam viabilizar as demandas dessa população, atendendo essas áreas com serviços de arruamento, esgoto e saneamento, atendimento de saúde e educação, lazer, etc. para que esses futuros novos bairros possam ter infraestrutura mínima e não se tornem apenas dormitórios.

Portanto, a inserção da metrópole fluminense na lógica do mercado global depende de maiores esforços do Estado. Dentre estes esforços, podemos apontar a necessidade de formação técnico-especializada no território da metrópole, fortalecendo a criação de novos centros de pesquisas integrados à indústria. Da mesma maneira, o Estado pode atuar inserindo áreas não rurais no contexto urbano, bem como integrando melhor a rede urbana com o desenvolvimento de vias de transportes mais estruturadas, com uma melhor rede de comunicação e logística. Todas essas medidas não serão suficientes se a mão-de-obra local não for qualificada para o trabalho técnico e científico, já que, sem esta pré-condição, novos bolsões de pobreza serão reproduzidos ao longo de todo o espaço da metrópole e boa parte das más condições de emprego e de qualidade de vida se perpetuarão ao longo dos anos.

4. Referências bibliográficas

EIA-RIMA. *Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (BR-493, RJ-109)*. Junho de 2007. Disponível em: [http://www.firjan.org.br/site/anexos/Decisaorio/2012-2014/RIMA - Arco Metropolitano.pdf](http://www.firjan.org.br/site/anexos/Decisaorio/2012-2014/RIMA_-_Arco_Metropolitano.pdf). Acesso em: 11 de setembro de 2011.

FIRJAN. *Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro*. Edição Nº3, 2008.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LENCIONI, Sandra. *Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo*. In: PEREIRA, Paulo César Xavier & HIDALGO,

Júlio César Gomes Filho, *O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense*

Rodrigo. *Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina*. Santiago: PUC-Chile, 2008, p. 41-54.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. Políticas e planos territoriais nas escalas metropolitanas e regionais: Análise das mudanças no Rio de Janeiro. *Anais do XIV ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias. Rio de Janeiro, 23-27 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT1--349-20110104125448.pdf>. Acesso em: 5 de setembro de 2011.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio-técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

TESOURO NACIONAL. *Relatório de projeto STN Nº1. Projeto Arco Rodoviário do Rio de Janeiro*. Brasília: 2005.

RESENHA

PARA PENSAR A GEOGRAFIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO: Diálogos com Eric Hobsbawm

André Santos da Rocha*

Resenha de: HOBBSAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 182 pp.
Tradução do original em inglês: José Viegas.

No limiar do presente século, muitos questionamentos surgiram em torno das transformações econômicas, políticas e culturais que implicavam em um (re)ordenamento da geografia mundial. Após os anos de 1990, diante das mudanças na ordem geopolítica e geoeconômica na escala mundo, alguns autores chegaram a afirmar que passaríamos a viver em um mundo marcado pelo “fim da história” e pelo “fim dos territórios”, para retomar as expressões de Francis Fukuyama (1992) e de Bertrand Badie (1995).

De certo modo, muitos autores estavam inclinados a pensar, como Thomas Friedman, no “mundo como um plano” (2001), onde as vicissitudes do sistema financeiro mundial, apoiado no âmago do sistema capitalista de produção, seriam capazes de homogeneizar e suprimir as diferenças de cunho territorial. Tal “planificação” estabelecer-se-ia, sobretudo, via capitalismo mundializado sob hegemonia norte-americana.

Para o século XXI, são levantados alguns questionamentos sobre alguns elementos que poderiam caracterizar e produzir novas geografias para o mundo contemporâneo. Contudo, gostaríamos de perguntar: há uma perspectiva não-“simplificadora” das relações de poder que compõem a tessitura em escala mundial via “planificação”? De que maneira podemos fazer uma leitura geográfica do mundo contemporâneo neste início de século?

* Professor do Departamento de Geociências da UFRRJ. Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas (LAGEPPE/UFRRJ). E-mail: asrgeo@ufrj.br

É na tentativa de responder parte destes questionamentos que destacamos o livro *Globalização, Democracia e Terrorismo*, do historiador britânico Eric Hobsbawm. Falecido em 1º de outubro de 2012 aos noventa e cinco anos, foi reconhecido pela lucidez da interpretação marxista sobre as transformações da realidade. Entre seus principais livros podemos destacar a trilogia do “longo século XIX”: *Era das Revoluções (1789-1848)*, *Era do Capital (1848-1875)* e *Era dos Impérios (1875-1914)*. Além de escrever a *Era dos Extremos*, obra mais conhecida do autor no Brasil e que faz referência ao “breve século XX”, iniciado em 1914 na Primeira Grande Guerra e encerrado com o fim do Socialismo Real em 1991. É oportuno destacar que ambos os fatos que delimitam tal século são atravessados por questões territoriais. De um lado, as motivações da Primeira Guerra Mundial, ligadas claramente à rivalidade por territórios e à ascensão de novas identidades. De outro, na dissolução da União Soviética, que se debruçava ao mesmo tempo sobre a hegemonia e a contenção de conflitos territoriais no Leste Europeu e na disputa de influências regionais pelo mundo.

O livro aqui resenhado foi publicado em português em 2007 e é composto por um conjunto de dez textos escritos e apresentados em diferentes partes do mundo, sobretudo em ocasiões de recebimento de títulos de *Doutor honoris causa*, participação em conferências, seminários temáticos e contribuições para jornais como o *Le Monde Diplomatique* entre 2001 e 2006. São reflexões de Hobsbawm a partir da análise da conjuntura que forjou o “breve século XX”, vislumbrando as transformações ocorridas e indicando pistas para pensarmos os elementos constitutivos deste novo período. Tais elementos possuem grande correlação com uma análise geográfica do mundo.

No prefácio, Eric Hobsbawm levanta uma indagação: “qual é a melhor maneira de refletir sobre essa ‘era dos extremos’ e imaginar as perspectivas da nova era que surge a partir da antiga”? (p. 9, grifo nosso). O autor induz a pensarmos como a “era dos extremos”, que caracterizou o século XX, pôde, de alguma forma, contribuir com a construção social, política e econômica do século XXI. Esse questionamento insinua

que o século XX deve ser tomado como eixo de referência na constituição do mundo atual.

Nos diferentes momentos de seus dez capítulos, Hobsbawm enfatiza que o século XX foi tão extremo que o classifica como “o mais extraordinário da história da humanidade”. Esse adjetivo se justifica por este período ter sido recheado por crises econômicas e momentos de glória e crescimento; mudanças nas relações hegemônicas com a ascensão do poderio bélico e econômico norte-americano; construção de uma era de catástrofes onde a guerra é um elemento primaz das relações de poder; grandes inovações oriundas dos avanços tecnológicos; aumento da velocidade impressa pelo progresso técnico; novas dimensões da urbanização e da industrialização; e o processo de globalização em curso.

Destarte, frisamos que as questões geográficas são tão importantes no contexto da obra de Hobsbawm que os elementos delimitadores de sua periodização para o século XX são, como já apontamos, aqueles que envolvem as grandes questões de cunho territorial e hegemônico sobre a ordem global e a constituição de áreas de influência e dominação. Logo, indicamos aqui a forte relação entre a ordem espacial e a construção geopolítica e geoeconômica do mundo atual.

É na tentativa de interpretar o século vigente que os três primeiros capítulos do livro iniciam com uma análise sobre temas como guerra, paz e hegemonia nos séculos XX e XXI, comparando o contexto atual da hegemonia norte-americana com aquela exercida pelos britânicos e enfatizando mudanças nos contextos cultural e econômico destes dois “impérios”.

No decorrer desses capítulos, o autor destaca que este período de catástrofes, marcado por mudanças no ciclo hegemônico, delinearam para o século XXI a guerra como uma forma de reprodução sociopolítica. Ao mesmo tempo em que a guerra se tornou uma indústria, capaz de legitimar uma unipolaridade norte-americana, ela serve para constituir uma “ditadura da democracia”, na medida em que o termo “guerra justa” é evocado das mais diversas maneiras, minando a soberania de Estados mais frágeis diante do belicismo norte-americano.

No compasso da disseminação de um período de “guerras totais”, o terrorismo global surge, ao mesmo tempo, como um trunfo para a ampla disseminação da guerra global e para demonstrar as perspectivas de resistências, revelando certas fragilidades da potência beligerante. Fragilidades que são sentidas também no surgimento de crises econômicas e na emergência de outros centros capitalistas de poder, contextualizados no avançar de uma ordem em que os fluxos de capitais se tornam, como diria o geógrafo Milton Santos (2007), o “motor único” de mobilização — na constituição de fluxos hegemônicos, acrescentaríamos. Entretanto, a perspectiva norte-americana depositou na guerra ao terrorismo suas principais “fichas” na tentativa de legitimar sua hegemonia global.

Eric Hobsbawm argumenta, nos capítulos oito e nove — “O terror” e “Ordem pública em uma era de violência” —, que o terrorismo não é um dado novo. Contudo, o autor reconhece que tal fenômeno revela-se de outra forma — sobretudo no atual modelo de organização e na capacidade de destruição pautada no desenvolvimento da tecnologia que pôde, facilmente, ser aplicado à guerra. Todavia, gostaríamos de salientar um aspecto sobre o terrorismo pouco explorado pelo autor mas de forte dimensão geográfica, que reside em sua forma de *organização espacial em rede*.

A organização em rede se constitui pela presença fugaz que impede o combate ostensivo a diferentes organizações criminosas. Esta forma de presença fugaz ocorre pela apropriação da tecnologia, que permite estabelecer conexões com diferentes pontos do planeta e alicerçar ligações entre diferentes grupos. O combate ao terrorismo tornou-se “a nova coqueluche” nas geometrias de poder global, que serviu de pressuposto para imposição de um ideal de democracia à moda hegemônica estadunidense.

Neste mesmo tom, a idéia de *democracia* na contemporaneidade é transversalmente apresentada em todos os dez capítulos, com destaque para o seis e o sete, intitulados “As perspectivas da democracia” e “A disseminação da democracia”. Para o autor, a noção de *democracia* é colocada em xeque num mundo onde a reprodução do medo e os respeito às diferenças são postos de lado. Os termos *democracia* e *justiça* não servem como elementos analíticos, pois acabaram encontrando no lugar comum o

tom de juízo de valor, sobretudo nos valores ocidentais amparados em concepções liberais. Outrossim, não podemos ignorar que esses termos também precisam ser repensados no contexto de uma política socialista de Estado.

Contudo, é no atual contexto de hegemonia norte-americano que a *democracia* e a *justiça* transformam-se em ideologias *territoriais*, legitimando perversidades. Apenas para ilustrar, David Harvey aponta que os Estados Unidos “foram concebidos como um farol de liberdade dotado do poder exclusivo de engajar o resto do mundo numa civilização duradoura caracterizada pela paz e pela prosperidade” (HARVEY, 2009: 53). O processo de descolonização da África evidenciou o declínio do poder britânico e mostrou a face mais cruel do imperialismo europeu, o que permitiu que os Estados Unidos se apresentasse como uma espécie de “*bastião da paz*”.

Hobsbawm lembra que as invasões norte-americanas no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003 foram uma tentativa de “livrar esses países de governos não democráticos”. Contudo, essas mesmas noções foram abandonadas nos pleitos internacionais quando da desobediência norte-americana na invasão do Iraque e, principalmente, na forma coercitiva e violenta que provocou o massacre de civis. Neste sentido, cabe perguntar: *que tipo de democracia é esta?* Trata-se de uma ordem democrática que incorpora uma voz “politizada” e que torna deliberada a criminalização da vida pública, conforme destaca no capítulo “A ordem pública em ma era de violência”. A retórica do medo toma conta de diferentes escalas — da cidade ao mundo —, onde as ações repressoras e violentas se fundamentam no quadro de instituição de justiça e democracia comuns, constituindo diferentes territórios que são delimitados por ações repressoras e por meio da classificação de áreas perigosas.

Assim, é mister sublinhar o exercício do *biopoder*, onde se propõe o controle da vida e de seu modo de reprodução, algo que possui seus fundamentos, como diria Giorgio Agamben (AGAMBEN, 2004), num *Estado de Exceção*, que se tornou permanente e que delibera um controle parcial e, muitas vezes, total, sobre a circulação de informação, pessoas e formas de pensamento. O autor exemplifica a questão mostrando como esse modelo modificou o tratamento de problemas internos em alguns países. Por exemplo: no Reino Unido, entre 1950 e 1980, o combate ao IRA era

tratado como um caso de polícia e, após 1990, passou a ser incorporado à pauta da defesa nacional, fortalecendo ainda mais o debate sobre a questão territorial.

Demandas sobre a questão territorial são analisadas no capítulo cinco, “As Nações e o nacionalismos no novo século”. O autor argumenta que o fim do duopólio das superpotências hegemônicas da Guerra Fria e as transformações promovidas pela globalização foram fundamentais para trazerem à tona as questões que envolvem nações e nacionalismo — e, adicionaríamos, novos “territorialismos”.

Embora destaque em sua obra a globalização como um elemento chave, o autor não está preocupado em definir este processo, mas em apresentar de que forma ele influencia as questões que envolvem litígios territoriais para este período, destacando principalmente que os efeitos da globalização sobre as migrações humanas têm impulsionado conflitos e transformações de ordem econômica e cultural.

As facilidades de deslocamento proporcionam uma “enxurrada cultural” que a perspectiva identitária de muitos países não suporta. Esse mesmo processo de globalização “trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais no interior das nações” (p. 11), produzindo ainda mais as diferenças regionais na escala mundo e impulsionando fluxos migratórios no sentido “sul-norte”, de modo que países da União Europeia e dos Estados Unidos se vêem “invadidos” por seus novos habitantes.

Ao mesmo tempo em que se cria uma economia da migração — vide alguns países da América Central que têm grande parte de seu Produto Interno Bruto (PIB) ligado às remessas de divisas por trabalhadores em todo o Mundo —, a mobilidade reacende as questões referentes à identidade cultural e ao nacionalismo, principalmente na Europa. Tais questões ainda estão mal resolvidas, uma vez que, além de ter sido um dos fatores motivadores da Primeira Guerra Mundial, ela perpassa as atuais tensões separatistas em diversos países.

Assim, as acelerações das migrações internacionais colocam uma nova questão: como dividir o território com os novos habitantes que se re-territorializam, delimitando suas áreas de vivência, sobretudo, em áreas segregadas como nos bairros porto-riquenhos e latinos em Miami, nos bairros indianos em Londres e nas famosas *Chinatowns*

espalhadas por diversos países do mundo? O crescimento da xenofobia acaba por se apresentar como elemento atrelado a essas demandas, em que o racismo e as ações agressivas tomam conta das ruas de diferentes cidades no mundo. A xenofobia reverbera, também, na ascensão de partidos de extrema direita e nas políticas migratórias de muitos países.

Este caso nos fez perceber o quanto a análise geográfica da constituição de territórios e de lugares permite um olhar mais apurado a respeito dos aspectos relacionados aos nacionalismos e às identidades culturais, bem como aos conflitos deles resultantes. Embora Hobsbawm destaque apenas o caso europeu, tais conflitos também ocorrem na América Latina — vide os “brasiguaios” no Paraguai, assim como os bolivianos e os haitianos no Brasil.

Ao exemplificar o debate que envolve globalização, identidade e xenofobia, partindo dos “Mega-clubes” ou “Super-Clubes” de futebol Hobsbawm explica como a identificação nacional torna-se confusa em um mundo globalizado, mundo que é “confusamente percebido” (SANTOS, 2007) e enfrenta um antagonismo entre a valorização da cultura local e uma lógica homogeneizadora de cunho global.

Para Hobsbawm, o futebol tornou-se um “complexo industrial de categoria mundial” (p. 92) que revela as dicotomias entre o local e global. Seria o exemplo do Barcelona o fundamento da uma identidade catalã ou um produto global, tendo em vista que muito de seus jogadores são oriundos de diferentes partes do mundo? Ao passo que o futebol revela parte da crise de identidade nesta conjuntura — as ações de cunho xenofóbico ocorrem tanto nos conflitos entre torcidas e jogadores quanto nas políticas que impedem a contratação de jogadores estrangeiros —, ele serve como mais um exemplo para pensar os embates identitários neste período.

A leitura que faz da superioridade dos Estados Unidos não permite estipular longas ou curtas durações, sua sobrevivência enquanto ator hegemônico (Vide capítulos quatro e dez). Tentar prever a duração e o desenrolar histórico deste período hegemônico cairia em descrédito. O autor fundamenta-se numa análise histórica, destacando, nesses capítulos, que todos os “Impérios” encontraram, mais cedo ou mais tarde, seu fim. O século XX foi testemunha do fim de muitos deles. Desse modo, necessitamos pensar

que a constituição de uma hegemonia global apresenta-se em um ciclo que envolve questões para além de um *Hard Power*.

Temáticas sobre a ordem hegemônica global, a crise das identidades nacionais e seus conflitos, as questões que envolvem as seguranças dos Estados e as políticas de guerras, as demandas que transversalizam ideais de democracia e justiça: tudo isso faz de *Globalização, Democracia e Terrorismo* um conjunto importante para pensar o século XXI e suas transformações. Ele grifa como são vivas as geografias e as histórias que não se findaram após os anos de 1990 como queriam Badie e Fukuyama. Tampouco o mundo apresenta-se como “um plano”. Contraditoriamente, o mundo atual é forjado por intensas questões sociais e territoriais, levantadas nos séculos passados e ainda hoje urgentes.

Assim, a leitura do livro é um convite para aqueles que se interessam por um olhar amplo sobre as questões que compõem o cenário do mundo atual sem deixar a simplificação tomar conta de suas análises. Pensamos também que é oportuno o olhar do geógrafo, a análise espacial do mundo, uma vez que os elementos principais que envolvem as temáticas sobre hegemonia, soberania, direitos, democracia e identidades passam necessariamente pelas dimensões territoriais.

Enfim, pensamos que, sem perceber, Hobsbawm fazia de sua história para os séculos XX e XXI uma grande aula de Geografia do Mundo Contemporâneo.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BADIE, Bertran. *La fin des territories*. Paris : Fayard, 1995

FRIEDMAN, Thomas. *O mundo é plano*. Uma Breve história do século XXI. São Paulo: Objetiva, 2001.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 182 pp.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

